

JOICY ANNE SILVA

**UMA EXPERIÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
PSICOLÓGICO AO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA
(LA): contribuições psicanalíticas**

**ASSIS
2016**

JOICY ANNE SILVA

**UMA EXPERIÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
PSICOLÓGICO AO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA
(LA): contribuições psicanalíticas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Gustavo Henrique Dionisio

ASSIS
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S586u	Silva, Joicy Anne Uma experiência do acompanhamento técnico psicológico ao adolescente em liberdade assistida (LA): contribuições psicanalíticas / Joicy Anne Silva. Assis, 2016. 141 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. Gustavo Henrique Dionisio 1. Adolescência. 2. Delinquência juvenil. 3. Liberdade assistida. 4. Psicanálise. I. Título. CDD 155.5 616.8917
-------	--

JOICY ANNE SILVA

UMA EXPERIÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
PSICOLÓGICO AO ADOLESCENTE EM LIBERDADE
ASSISTIDA (LA): contribuições psicanalíticas

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP para a obtenção
do título de Mestra em Psicologia (Área de
Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Data da Aprovação: 17/06/2016

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. GUSTAVO HENRIQUE DIONÍSIO - UNESP/Assis



Membros: PROF. DR. SILVIO JOSÉ BENELLI - UNESP/Assis



PROFA. DRA. REGINA PEREZ CHRISTOFOLLI ABECHÉ - UEM/Maringá

Sempre há o que fazer quando se tem esperança, quando se é movido pelo desejo de vida.

AGRADECIMENTOS

A caminhada trilhada foi de intensas emoções, devido às experiências vividas e de ampliação do conhecimento. Dela fizeram parte, direta e indiretamente, pessoas as quais gostaria aqui de agradecer.

Ao meu esposo e companheiro, Tarciano, obrigada por suportar as minhas ausências e lidar com elas como algo necessário para a minha conquista pessoal. Suas palavras de incentivo e orgulho serviram para eu acreditar em algo que nem mesmo eu percebia!

Aos familiares mais próximos, mãe, pai, irmã, tia e primos, que, na simplicidade de cada um, eu sempre notei as palavras que vocês não conseguiam verbalizar. Cada gesto de acolhimento foi tão importante para que eu continuasse seguindo.

Aos meus sobrinhos, Tomás e Benício, crianças amorosas que sempre demonstram o carinho por mim! Como é bom ter vocês!

Aos meus maravilhosos amigos. Aqueles que conheci em Assis: Bá, Vero e Rô. O cansaço das viagens e dos estudos transformava-se em alegria, cada vez que pudemos ficar juntos. Cada um com um jeito tão diferente e tão especial, tão sinceros! Vocês são presentes para mim! Obrigada!

Às amigas e confidentes, Fani, Silvia, Dani e Mar, que estão comigo nos momentos nos quais preciso relaxar e naqueles quando uma palavra ou o ouvir se faz necessário: eu encontro em vocês a compreensão, o respeito por nossas diferenças e a alegria de nossas amizades.

Ao orientador, Prof. Dr. Gustavo, meus sinceros agradecimentos pela paciência e dedicação que me auxiliaram para transformar a minha prática e tudo o que ela mobilizava em mim em palavras e conceitos de significados necessários para a construção de uma ação em prol do ser humano.

Aos adolescentes e seus familiares: sem o contato com vocês, este trabalho seria impossível. Agradeço por me proporcionarem a experiência da diversidade, da quebra de paradigmas e do anseio de recomeçar. Um “salve” para vocês!

SILVA, Joicy Anne. **Uma experiência do acompanhamento técnico psicológico ao adolescente em Liberdade Assistida (LA):** contribuições psicanalíticas. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

RESUMO

A presente Dissertação é resultado da experiência do psicólogo enquanto técnico responsável no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (L.A). Buscou-se, através do estudo, compreender os atos infracionais sob uma perspectiva psicanalítica, abordando a adolescência e a influência da sociedade de consumo na estruturação psíquica do sujeito, na contemporaneidade. Tendo em vista a recente política de socioeducação efetivada por meio de uma legislação própria, o SINASE (2012), que prioriza a promoção do adolescente, de estímulo ao desenvolvimento de sua autonomia, melhora da relação consigo mesmo, do reconhecimento de sua singularidade, devendo as ações socioeducativas propiciar a oportunidade de o jovem ressignificar seus valores, enquanto sujeito e cidadão de direitos e deveres, procurou-se analisar as práticas dos trabalhadores da socioeducação e tecer considerações necessárias para o incremento de um processo socioeducativo mais efetivo. Nesse sentido, foram observados os pilares nos quais essa política está pautada, referentes à inserção do adolescente na educação e no mercado de trabalho, levando-se em conta os aspectos psicológicos que contribuem para a autoria das infrações, na adolescência. Todos os questionamentos levantados durante o estudo resultaram da prática do psicólogo no cotidiano de uma instituição executora de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (L.A). Esta consiste em uma das modalidades de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem infrações, a qual não prima pela privação de liberdade, porém, é caracterizada pelo acompanhamento, auxílio e orientação a essa clientela específica. Considera-se que o dispositivo da LA possa vir a se constituir como um espaço de estímulo ao protagonismo do jovem, da vivência de uma relação do sujeito atuante com as condições de sua produção, possibilitando que este se reconheça enquanto produto e produtor de sua realidade. Escolheu-se como metodologia o Estudo de Caso de um adolescente acompanhado em Liberdade Assistida, por se acreditar que o contato com o indivíduo permite ao pesquisador em psicanálise escutar diferentes experiências emocionais, pelas manifestações verbais do sujeito, sem fins descritivos, de prescrição ou de controle. Com a intenção de elaborar um trabalho que auxilie o profissional da Assistência Social a pensar sobre sua atuação, de informar a sociedade sobre a importância e o papel dela no desenvolvimento dos adolescentes, de ajudar as instituições a terem visões diferenciadas sobre a complexidade do fenômeno, espera-se poder construir um trabalho ético e de contribuição social aos adolescentes e suas famílias.

Palavras-chave: Adolescência. Ato infracional. Liberdade Assistida. Psicanálise.

SILVA, Joicy Anne. **An experience of psychological technical support adolescents in Assisted Freedom (AF): psychoanalytical contributions**. 2016. 141 f. Dissertation (Masters dissertation psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

ABSTRACT

This work is result of the psychologist's experience as a technical responsible in monitoring of adolescents in compliance with socio-educational measure of Assisted Freedom (A.F). We try through of the study understand the illegal acts under a psychoanalytic perspective, approaching adolescence and the influence of consumer society in the psychic structure of the subject in contemporary times. In view of the recent socio-educational policy effected through its own legislation, SINASE (2012) that prioritizes the teenager's promotion, of the encourage the development of their autonomy, improve the relationship with themselves, recognition of its singularity and should the socio-educational actions propitiate to the young the opportunity reframe their values as citizens and subjects of rights and obligations, we analyze the practices of socio-educational workers and realize considerations necessary for the increase of a social and educational process more effective taking into consideration the pillars on which this policy is guided, referred to adolescent inclusion in education and the labor market, but also consider the psychological aspects that contribute to the authorship of the offenses in adolescence. All questions raised during the study resulted from the practice of psychologist in the daily life of a performing institution of social and educational measures for the Community Service Delivery (PSC) and Assisted Freedom (A.F). This is one of the modalities of educational measures applied to adolescents who commit offenses and do not press for the deprivation of liberty, but for monitoring, assistance and guidance to this specific custom. We consider that the AF can be as a stimulus space to the protagonism of the young, the experience of a relationship of the acting subject to the conditions of its production, enabling that their recognized themselves as a product and producer of its realidade. We choose the methodology as the case study of a teenager who was accompanied on Assisted Freedom for believing that contact with the individual allows the researcher in psychoanalysis listen to different emotional experiences through the verbal manifestations of the subject without descriptive purposes, for prescription or control. With the intention to prepare a job to assist the professional of the social assistance to think about his performance, to inform the society about the importance and her role in the development of adolescents, to help institutions have different views about the complexity of the phenomenon, we hope we can build a work ethic and social contribution to adolescents and their families.

Keywords: Adolescence. Infrational act. Assisted Freedom. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA SOCIOEDUCATIVA.....	18
1.1 Desamparo e adolescência.....	21
1.2 Processos de subjetivação: atuações e as saídas psíquicas diante do desamparo.....	27
2 A(S) ADOLESCÊNCIA(S) E A PSICANÁLISE.....	33
3 JUVENTUDE E ATO INFRACIONAL.....	47
3.1 Quem é o adolescente delinquente?.....	53
4 CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO E MISÉRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO ADOLESCENTE.....	70
4.1 A intervenção psicanalítica em uma instituição disciplinar: possibilidades de novos sentidos.....	85
CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES.....	123
APÊNDICE A.....	124

INTRODUÇÃO

Em meio às diversas áreas que o profissional da Psicologia tem ocupado, o trabalho na Assistência Social tem-lhe imposto uma série de indagações que o fazem questionar sobre o seu papel diante de realidades sociais e pessoais tão adversas ao desenvolvimento do sujeito. Após ter trabalhado na saúde e educação, no ano de 2014, passei a ocupar o cargo de psicólogo em uma instituição executora de medidas socioeducativas em um município do Estado do Paraná. Foi-me designado que, a partir de então, eu acompanhasse os adolescentes envolvidos com atos infracionais que eram determinados judicialmente a cumprir a medida de Liberdade Assistida (LA). Sem saber o que isso significava, por meio da leitura do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012) –, pude compreender que se tratava de um acompanhamento técnico ao adolescente, visando, principalmente, à sua inclusão social através da Educação e de sua inserção no Mercado de Trabalho. Ideia um tanto restritiva, compreendida assim por mim, comecei a me interessar ainda mais pelo trabalho, à medida que passei a conviver com esse público específico.

De início, antes mesmo de fazer parte da Assistência Social, questionava-me sobre as atitudes intempestivas de alguns sujeitos, diante de pequenas causas, ou seja, perguntava-me o porquê de algumas pessoas reagirem de maneira tão brutal em face de impasses que poderiam ser resolvidos com uma simples conversa, uma negociação e assim por diante. Não compreendia que o desenvolvimento do homem poderia não acompanhar a evolução tecnológica, que todas as descobertas científicas, os avanços da ciência não eram sinais de que nós havíamos nos tornado mais capazes de lidar com nossos conflitos e os alheios, ou seja, que o desenvolvimento cognitivo não tinha nada a ver com o desenvolvimento afetivo.

Passei então a me aproximar do universo dos “tão temidos” adolescentes envolvidos com os atos infracionais. Para meu espanto, adolescentes. Meninos e meninas desacostumados de falar e ser ouvidos. Alguns com receio de que seus discursos os implicassem ainda mais com a justiça, outros, com relatos de nos causarem medo, os quais, no meu modo de compreender, retratavam a violência em que eles viviam e o porquê de se utilizarem da onipotência para não sofrerem com essa realidade degradante. Muitos sem expectativas de um futuro melhor, justificando o tráfico de drogas ou os assaltos como meios de conseguir dinheiro imediato para o “rolê”, os “gole”, para terem as roupas e os calçados de marca. Quem sabe assim se sentiriam um pouco melhor, ficando parecidos com qualquer outro adolescente que aparece na televisão. Passivos, mediante as difíceis condições sociais

de suas famílias, os atos infracionais faziam deles sujeitos ativos no momento crepuscular do cometimento do ato. Uma atuação que os retirava da condição de passividade e humilhação, de não serem reconhecidos e pertencentes à sociedade. Tantas outras experiências e emoções vividas, comecei a me indagar sobre a minha postura enquanto profissional da Psicologia. O que eu poderia fazer? Pensei na minha impotência, também. Todavia, acima de tudo, sentia que gostava do que estava conhecendo e que gostaria de contribuir de alguma forma para a diminuição do estigma que tais adolescentes carregavam e ainda carregam, perceptível nos movimentos de uma sociedade empenhada em criar leis mais rígidas e restritivas, além de estar refletido nos serviços que os atendem, por meio de atitudes preconceituosas, deterministas e de descrença na mudança de comportamento dos adolescentes. Ficava evidente que muitos profissionais entendiam o ato infracional pelo viés criminal e, conseqüentemente, o adolescente que o pratica como um criminoso em potencial que estava iniciando sua carreira, se assim podemos nominar. Percebemos igualmente a intolerância dos trabalhadores da Assistência Social com os comportamentos dos adolescentes, sempre esperando deles atitudes dóceis e de obediência. Qual adolescente é assim?

Ante tantos relatos carregados de sofrimento que revelavam a precariedade de uma rede de sustentação para a existência desses meninos, em meio às diversas denúncias de abuso do poder da polícia, com ações violentas de espancamentos, do desespero ativo ou já calado pela depressão de não conseguirem meios de sair da marginalização, como não me comprometer com essas vidas?

Desse modo, surgiu o interesse em realizar a pesquisa sobre o acompanhamento técnico dos adolescentes em conflito com a lei. Haja vista a condição de exclusão socioeconômica da juventude brasileira, este trabalho visa a investigar certos mecanismos que o Sistema Socioeducativo tem utilizado para a inserção social do adolescente, dando particular atenção às práticas consideradas não enclausurantes. Quais seriam os sentidos que esses jovens atribuiriam às chamadas medidas socioeducativas? De que forma estas estariam contribuindo para a socialização e a eventual diminuição da vulnerabilidade do adolescente e sua família? Por meio do referencial psicanalítico, tendo como local de pesquisa um equipamento numa cidade de porte médio no interior do Paraná, temos o intuito de analisar como tem sido executado o acompanhamento técnico, efetuado pelo psicólogo de Liberdade Assistida (LA) e quais seriam suas “efetividades”. Em outras palavras, nosso anseio se refere mais especificamente à possibilidade da criação de um espaço reflexivo para o adolescente, onde este poderia compreender sua narrativa de vida, reinventando-a através do auxílio do técnico responsável pelo seu acompanhamento, da elaboração de seus conflitos e de seu

reconhecimento, não apenas como cidadãos de direitos, mas também como sujeitos de desejo. Dessa maneira, gostaríamos de investigar as mudanças que as medidas socioeducativas poderiam ou não exercer, no plano propriamente *psíquico*, junto ao adolescente envolvido com atos infracionais, isto é, se ocorreriam ou não transformações significativas, em nível subjetivo, na vida desses jovens, por meio do material de um estudo de caso coletado.

Igualmente consistiu motivo de indagação o papel do psicólogo na execução das medidas socioeducativas. Não me confortava exercer um papel orientador, direcionando os jovens que passavam por mim para participar de oficinas culturais e cursos profissionalizantes, regularizando a situação deles na escola, providenciando a documentação, dentre outras alternativas práticas. Considero essa parte importante no processo socioeducativo, porém, percebia que boa parcela dos adolescentes não conseguiam permanecer engajados, porque, naquele momento, tais alternativas não faziam sentido para eles. Muitas vezes, os lucros atraentes e imediatos do tráfico, por exemplo, compensavam mais, ao invés de investirem na profissionalização ou na escolarização, trajetórias longas, de recompensas a longo prazo e sobre as quais pairam incertezas.

Também não cabia a mim uma postura psicométrica e higienista, diante do adolescente, visível na atuação de muitos profissionais da Assistência Social, com a prática de uma atenção dirigida aos sintomas, aos comportamentos manifestados na escola, enfim, uma escuta da história dos meninos e meninas que ali se apresentavam, intencionada a diagnosticá-los, encaminhá-los para a saúde mental ou até mesmo para grupos religiosos. Medicados ou fazendo parte de alguma religião, alguns profissionais acreditam que o jovem passaria a não cometer mais os atos infracionais. De jovem infrator, ele passaria a deter um outro rótulo conferido por um diagnóstico médico. No que isso ajudaria esses meninos e suas famílias? De meu ponto de vista, esse olhar para a história do sujeito, a fim de diagnosticá-lo, não o auxiliava a refletir sobre a sua condição de alienação social, do desenvolvimento de um olhar crítico sobre a sociedade, de desconhecimento sobre quem ele era e o que gostaria de ser. Tais posturas favorecem o olhar estigmatizador que a sociedade mantém sobre os adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo, opondo-se ao aparato legal que rege a socioeducação. Esse acompanhamento de Liberdade Assistida (LA), se executado desse modot, corre um sério risco de funcionar como um instrumento de controle e de medição das condutas dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas. Os jovens e as famílias ficam à mercê da visão, que conduz a atuação dos técnicos, sobre os valores teórico-metodológicos e pessoais nos quais suas práticas e ideologias são embasadas.

Outro motivo de minha indagação consistiu no estranhamento, ao me deparar com a postura autoritária de alguns profissionais, os quais se posicionavam diante das famílias e dos adolescentes como senhores da verdade, reduzindo a problemática à falta de limite, determinando uma postura orientativa e restritiva. Penso que nosso trabalho implica mais uma construção com aqueles que são assistidos do que imposições a eles, numa reflexão sobre a ausência de limites, sobre as impossibilidades e fragilidades dos pais, por exemplo, em exercer suas funções maternas e paternas, além da implicação dos adolescentes com suas vidas.

Mello e Patto (2008) nos advertem sobre os riscos de uma prática da Psicologia limitada a análises individualistas da personalidade, que reduz as desigualdades sociais em incapacidades pessoais, estigmatizando os indivíduos e excluindo o contexto de uma sociedade exploradora e destituidora dos direitos. A origem desse cenário, segundo as autoras, é decorrente de uma formação deficiente de muitos profissionais, pautada em teorias psicológicas que encobrem as relações de poder de uma sociedade injusta, violenta e opressora, atendo-se a manuais de técnicas e avaliações psicológicas, sem se preocuparem com a formação intelectual dos psicólogos. Estes, investidos de autoridade, sentem-se no direito de definir os caminhos da vida de muitos cidadãos. Desavisada e acostumada à passividade, a população torna-se refém dessa armadilha reducionista e limitante do sujeito, entranhada na prática de muitos profissionais. As autoras alertam:

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado do que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta, e sem consciência da imensa responsabilidade dessas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais das pessoas e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. (MELLO; PATTO, 2008, p.594).

Mello e Patto (2008) acrescentam ainda que, aos profissionais que trabalham em instituições sociais, acostumados com os dramas tecidos pelos assistidos, os conhecimentos teóricos e práticos são necessários, contudo, deles são exigidas maior sensibilidade ética e atenção aos personagens e aos caminhos que se abrem diante deles, a fim de que suas práticas não venham a contribuir com o preconceito, com o ocultamento do desejo e dos direitos civis, conduzindo-os para a margem de uma sociedade que tortura simbolicamente o cidadão, através das relações que banalizam a vida.

Hoje contamos com um aparato legislativo avançado, quando comparado com o Código de Menores¹ regente durante o período da Ditadura Militar, em nosso país, o qual

¹ Essa doutrina fundamentou-se no Código de Menores (1927), caracterizado por uma visão discriminatória daqueles que eram considerados “menores” (crianças e adolescentes órfãos, carentes, em situação de rua e

prioriza a promoção do adolescente, o estímulo ao desenvolvimento de sua autonomia, à melhora da relação consigo mesmo, do reconhecimento de sua singularidade, devendo as ações socioeducativas propiciar a oportunidade de o jovem ressignificar seus valores enquanto sujeito e cidadão de direitos e deveres. Documentos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990/2010) e o SINASE (BRASIL, 2012), marcam a ruptura de um sistema coercitivo e punitivo direcionado ao adolescente autor de atos infracionais, o qual enfatizando sua responsabilização, a garantia de seus direitos, a reparação dos danos causados, o respeito, o incentivo ao protagonismo social e outras medidas que os auxiliem a romper com o ciclo da banalização da violência.

Ainda que estas sejam as prerrogativas desses documentos, a realidade do sistema socioeducativo possui sérias lacunas que dificultam o trabalho dos técnicos e prejudicam o público ao qual ele é direcionado: a falta de capacitação e supervisões aos trabalhadores da socioeducação, que diariamente lidam com realidades degradantes para o sujeito, as ações violentas da polícia, que lesam os direitos do adolescente, o medo das famílias de os denunciarem, devido às graves ameaças de vida contra seus filhos e familiares, as falhas do sistema judiciário em relação às determinações das medidas socioeducativas, a relação de autoridade excessiva e a desconsideração com o trabalho do técnico que executa a medida, junto ao adolescente. Como se não bastasse, a violência praticada por educadores sociais dentro das instituições de privação de liberdade ao adolescente infrator, a escassez de projetos e espaços públicos onde os jovens possam conhecer e desenvolver suas potencialidades, tudo isso vem demonstrar que o aparato legislativo funciona de modo utópico, tendo em vista essa decadente realidade.

Prosseguiremos caracterizando o trabalho do técnico responsável pelo acompanhamento do adolescente em cumprimento da medida de Liberdade Assistida (LA). Esta consiste em uma das modalidades de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem infrações, a qual não prima pela privação de liberdade, mas pelo acompanhamento, auxílio e orientação a essa clientela específica. O Ministério Público encarrega-se de encaminhar o adolescente para a instituição executora de LA, onde o mesmo será acompanhado por um profissional. No caso da instituição pesquisada, o adolescente e sua família são acompanhados por um psicólogo ou assistente social, semanalmente. Tal medida tem um prazo mínimo de seis meses, podendo ser revogada, prorrogada ou substituída.

infratores), legitimando a criminalização da pobreza, ao considerar os “menores” como portadores de desvios morais. A estes eram destinados os reformatórios, instituições de caráter punitivo e disciplinador, onde permaneciam até a vida adulta, segregando da convivência social e de seus direitos, dessa maneira, os jovens pertencentes às camadas socialmente desfavorecidas.

Preconiza, por meio do acompanhamento, a ruptura da conduta delituosa, através da inserção dos adolescentes em programas públicos ou comunitários de proteção. Também pode ser aplicada como etapa final do processo de (re)educação dos adolescentes que já cumpriram ou estão cumprindo outras medidas socioeducativas, tais como a de privação de liberdade.

Finalizando os seis meses, o técnico que realiza o acompanhamento da LA fica responsável em elaborar um relatório para a Vara da Infância e da Juventude, de acordo com o que ele “avalia” da situação do adolescente e de sua família, como também mediante o cumprimento ou não das metas estabelecidas no Plano Individual de Atendimento (PIA), no que determina, em tese, o término da medida ou a sua prorrogação. O PIA consiste em um documento confeccionado pelo técnico, em conjunto com o adolescente e sua família – ou, pelo menos, deveria ser. Levando-se em conta a história de vida, a singularidade do adolescente, são estabelecidos planos e metas para a construção de um novo projeto de vida para o jovem. Esse documento pode ser reescrito a qualquer momento, pois deve acompanhar as mudanças, a realidade da vida daquele que é assistido. Os atendimentos podem ser espaçados, quinzenalmente, mensalmente, caso o adolescente esteja estudando, trabalhando, fazendo um curso profissionalizante, sempre com a intenção de não prejudicá-lo nessa tentativa de inserção social. Pelo contrário, devemos ser facilitadores, nesse processo.

Durante o período de acompanhamento de LA, temos a oportunidade de transformar essa prática em algo mais, como uma ferramenta do conhecimento do sujeito sobre si e sobre as condições que o cercam, auxiliá-lo para que ele consiga sair de uma condição alienante para uma postura mais crítica a respeito de como ele vem construindo sua história. Afinal, o jovem passará um tempo significativo, mesmo que determinado judicialmente, em acompanhamento psicológico. Assim, entendemos que o dispositivo da LA possa vir a se constituir como um espaço de estímulo ao protagonismo do jovem, da vivência de uma relação do sujeito atuante com as condições de sua produção, possibilitando que este se reconheça enquanto produto e produtor de sua realidade. A realidade, aqui, é baseada no conceito freudiano de realidade da castração, onde o homem, através de seu contato com a realidade, é obrigado a dar respostas de elaboração psíquica, de sentido, para transformá-la e se transformar. Aqui, temos uma relação de imanência entre o homem e seu trabalho, entre a objetividade e a subjetividade, como afirma Costa-Rosa (2013).

Por meio de nossas reflexões, pensamos no aprimoramento de uma prática que não comporte, ou pelo menos minimize, a separação entre saúde psíquica e subjetividade do sujeito do sofrimento como um agente do processo de produção. Parece uma construção utópica, ou a palavra utopia tem sido utilizada para nos mantermos dóceis e produtores de

subjetividades passivas? Seria uma construção de um pensar, de novos sentidos e olhares que se fazem necessários frente a um sistema monopolizante e estruturante de um saber de fabricação em série, de irresponsabilidade e desvalorização do ser humano.

Em face das considerações levantadas até o momento, resultantes da experiência profissional enquanto psicóloga no cotidiano de uma instituição executora de medidas socioeducativas, a presente Dissertação foi pensada e estruturada, a princípio, em um capítulo que relacionasse a questão da adolescência e a violência em decorrência do estado de desamparo; um segundo capítulo, no qual tentamos discutir sobre as diversas formas de subjetivação da adolescência, chamando a atenção para as atuações enquanto aspectos do psiquismo não representáveis que retornam ao social, enquanto um pedido de socorro, sinalizando o sofrimento do adolescente. O terceiro capítulo inclui uma discussão sobre a delinquência como uma possível estruturação do sujeito adolescente, introduzindo a nossa compreensão acerca dos atos infracionais de acordo com o referencial psicanalítico.

Já o quarto capítulo foi uma tentativa de construir uma compreensão da estruturação do psiquismo do sujeito, ante as difíceis condições de miséria. Esse termo abrange as condições sociais, como a pobreza, a falta de reconhecimento, o não respeito aos direitos do cidadão e outras dificuldades pelas quais a classe pobre de nossa sociedade está acostumada a viver. Também procuramos abordar os impasses presentes na história de qualquer sujeito, analisando as funções materna e paterna como estruturantes fundamentais do psiquismo. Fazemos uma breve discussão sobre as práticas dentro de instituições disciplinares, as quais foram pensadas tanto como o órgão responsável pela execução da medida quanto como a microinstituição do profissional que atua com seus anseios educativos e disciplinares.

Por último, apresentamos um anexo que se refere aos relatos dos atendimentos com o adolescente escolhido para a realização da pesquisa, que só foi possível mediante a aprovação do projeto de pesquisa no comitê de ética responsável e a aceitação do jovem entrevistado e sua família, conforme documentado no Termo de Consentimento e Assentimento, assinado pelos participantes implicados. Com vistas a elaborar um estudo de caso, escolhemos tal metodologia, por acreditarmos que o contato com o indivíduo permite ao pesquisador em psicanálise escutar diferentes experiências emocionais, por meio das manifestações verbais do sujeito. Esse método, segundo Rey, direciona-nos “[...] para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não têm como objetivos a predição, a descrição e o controle.” (REY, 2002, p.48). Com a intenção de preparar um material que venha a auxiliar o profissional da Assistência Social a pensar sobre sua atuação, de informar a sociedade sobre sua importância e seu papel, no desenvolvimento dos adolescentes, de ajudar

as instituições a terem visões diferenciadas sobre a complexidade do fenômeno, esperamos poder construir um trabalho ético e de contribuição social aos adolescentes e suas famílias.

1 ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA SOCIOEDUCATIVA

Discorrer sobre adolescência e violência implica nos termos sobre um campo bastante complexo, no qual questões típicas a essa fase e as condições sociais não podem deixar de ser questionadas, pois entendemos que, evidentemente, o psiquismo se constitui em sua interação com o ambiente externo e em como o sujeito o transforma, de acordo com seus recursos internos. Compreendemos o homem como sujeito psíquico que apreende sua própria realidade interna, formada através de suas relações exteriores com a cultura e os que fazem parte desta, por sua consciência e seu inconsciente. Este, por sua vez, ganha tons durante a adolescência, passando a vida psíquica a ser regida preponderantemente por essa lógica, tornando tênue a linha que separa o passado do presente e a relevância da ambivalência. Essa dinâmica interacional é válida de ser mencionada, uma vez que ela nos traz a noção de como uma realidade externa favorável é capaz de transformar o sujeito psíquico e, este, por sua vez, a realidade concreta a sua volta, em especial na adolescência, quando o fator social ganha dimensões ampliadas, pelas relações pessoais e pela escolha de outro grupo que não a família.

Abordaremos a delinquência enquanto um fenômeno social e um acontecimento próprio da adolescência; este último reflete um prisma de possibilidades a serem pensadas sobre esse tipo de atuação, que ora pode significar um sintoma, uma experimentação, um meio de ser reconhecido, e ora pode percorrer o campo do desamparo e seus efeitos na subjetivação do indivíduo.

No nosso caso, em especial, trataremos de uma peculiar parcela de adolescentes brasileiros que passam pelo sistema socioeducativo. São meninos e meninas que, por terem cometido algum ato infracional, como tráfico de drogas, brigas, roubos, dentre outras contravenções, são encaminhados pelo Ministério Público para o órgão público responsável pela execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, porque estas correspondem às medidas que não privam a liberdade. Dependendo da gravidade da ação cometida, os adolescentes ficam primeiro em uma instituição de privação de liberdade, por um período determinado judicialmente, e só depois são encaminhados ao estabelecimento executor de medida socioeducativa em meio aberto.

Por medida socioeducativa entende-se aquela que, de acordo com o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2012) –, tem por objetivos:

responsabilização dos adolescentes quanto às consequências do ato infracional, incentivando, sempre que possível, a sua reparação; integração social do adolescente e garantia de seus direitos e deveres; desaprovação da conduta infracional, mediante a efetivação das sentenças como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos.

Essa legislação constitui-se como marco concreto do início de uma política pública de socioeducação, no Brasil, a qual, de acordo com o recém-formulado Plano Nacional de Atendimento Socieducativo (BRASIL, 2013), vem contribuir para que o processo de responsabilização do adolescente adquira caráter educativo, de modo que as medidas a serem tomadas sejam meios de restituir seus direitos, de interromper a trajetória infracional e permitir a inclusão social, cultural, educacional e profissional, criando oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã. Conforme o referido documento, tais itens vêm constituir eixos prioritários de uma política que leva em conta a difícil situação dos jovens brasileiros e que focaliza a socioeducação como imprescindível enquanto política pública responsável por resgatar a dívida histórica da sociedade brasileira com a sua população adolescente – esta, por sinal, vítima de altos índices de violência – e como edificação de uma sociedade mais justa, menos discriminatória e consciente de sua realidade social. A legislação vigente em nosso país (ECA – BRASIL, 1990) determina que a família, o Estado e a sociedade são os responsáveis em salvaguardar os direitos fundamentais à criança e ao adolescente, como saúde, alimentação, moradia, profissionalização, cultura, educação, convivência familiar, dentre outros, protegendo-os de qualquer forma de violência, discriminação, situação de opressão e exploração.

Através dos objetivos das medidas socieducativas descritos anteriormente, podemos entender que o documento o qual embasa a socioeducação pressupõe que os adolescentes que cometem atos infracionais, na sua maioria, têm seus direitos violados e não têm acesso ao que a sociedade deve oferecer para a potencialização do indivíduo. No entanto, a experiência no campo tem-nos permitido constatar que apenas a mudança da realidade social do adolescente, como o seu engajamento no mercado de trabalho e seu retorno à escola, não são critérios suficientes para que os mesmos abandonem a trajetória dos atos infracionais, levando-nos a supor que as políticas públicas e uma parcela dos profissionais que executam as medidas socieducativas ainda não abarcam ou desconhecem os aspectos psicológicos, inerentes à formação da personalidade como fatores determinantes na consolidação da subjetividade de tais adolescentes. A ênfase da socioeducação se dá em termos da aquisição dos direitos básicos, como educação, cultura e lazer, os quais, muitas vezes, são negligenciados pelas condições sociais da família do adolescente e também pelas instituições que deveriam promover os

programas de uma maneira mais responsável. Na verdade, muitas instituições que oferecem as oficinas culturais não passam de um espaço onde se faz uma determinada atividade para contar horas na prestação da medida socioeducativa aplicada ao adolescente, quando não funcionam com um pequeno número de frequentadores apenas porque foi concedida a verba e o projeto é obrigado a funcionar. Pensamos que dificilmente ocorre um trabalho de compromisso com os adolescentes, na intenção de oferecer instrumentos culturais e educativos para o desenvolvimento de sua cidadania. Todo esse discurso formulado pelos documentos que amparam o sistema socioeducativo são bastante otimistas frente às reais condições de como os serviços estão sendo desenvolvidos, distantes da lógica que pauta a socioeducação. Certamente, muitos profissionais e aparatos judiciais, infelizmente, ainda são regidos por visões e práticas excludentes, patologizantes, marginalizantes de educação repressora, punitiva e ausente de implicação com os usuários e sua responsabilização. Essas condutas, na maioria dos casos, são protagonizadas pela falta de conhecimento e, como afirma Benelli (2014), geridas por uma visão normalizadora do comportamento do sujeito, de ajustamento e adaptação do homem à norma vigente social. Somado a isso, percebemos o quanto a sociedade tem resistência em aceitar os princípios que conduzem as normativas da socioeducação, priorizando os direitos e deveres dos adolescentes. Nós, cidadãos, permanecemos com a ideia de que jovens e crianças são responsabilidade de seus familiares e que a sociedade não tem algum encargo sobre os mesmos, pelo contrário, os cidadãos têm atuado na contramão das prerrogativas da socioeducação, apoiando e sendo manipulados por políticos e pela mídia, os quais encaram os adolescentes da periferia como marginais, que merecem ser tratados com a mesma severidade de um adulto que comete um crime.

A nosso ver, a medida de Liberdade Assistida (LA) pode vir a constituir-se em um mecanismo significativo dessa política, pois enseja o contato direto com o adolescente, nos encontros estabelecidos semanalmente. Ali, dentre outras atividades, o jovem tem condição de protagonizar o relato de sua vida, de suas experiências conflitivas e de ser auxiliado em suas dificuldades, para além das concretas, onde se possa pensar sobre os impasses que o interpelam. Isto é, cria-se um espaço onde é permitida a criatividade e a livre expressão de sua visão de subjetividade, de seu modo de ser e compreender o seu entorno social. Essa aproximação pode propiciar uma experiência rica de resignificação, se o espaço de cumprimento da Liberdade Assistida – a relação técnico e adolescente – for baseada em uma escuta não discriminatória e desprovida de um olhar estigmatizador sobre tais jovens.

A psicanálise nos servirá como embasamento teórico para pensarmos sobre a compreensão da trajetória do adolescente envolvido com atos infracionais, em função de sua

contribuição e possibilidade de contrução de intervenções mais eficazes para a problemática da adolescência e violência. O técnico, em especial o psicólogo orientado pela psicanálise, através de sua escuta, pode desempenhar o papel de um continente de enzima digestória das angústias que afligem os adolescentes, as quais, devido à precariedade da simbolização, muitas vezes são regurgitadas como atuações prejudiciais a eles próprios e à sociedade, funcionando como uma via para o escoamento da excitabilidade pulsional. Essa especificidade da Liberdade Assistida incentiva o protagonismo do adolescente, a construção de novos projetos pactuados com ele e sua família, sempre valorizando suas narrativas, podendo “vir a se tornar” um espaço potencial para traduzir em palavras e refletir sobre o ocorrido com ações apoiadas no princípio de realidade, em que o pensar passa a ser preponderante, em relação às atuações. Ou, ainda, possibilita que eles sejam e compreendam o que são, apenas jovens experimentando a vida rumo à formação de sua personalidade, de uma forma mais consciente e crítica, sem negligenciar o aspecto psíquico revolucionário da adolescência.

Não nos ocorre a intenção de transformar o instrumento da Liberdade Assistida em uma psicoterapia, todavia, de pensar esse dispositivo como uma oportunidade onde alguns conceitos da psicanálise, como a escuta e a continência, possam ser operados para a criação de um vínculo de confiança entre adolescente e técnico, a fim de que aquele tenha condições de pensar em suas experiências de vida e nas emoções que elas acarretam, auxiliando na construção de um projeto de vida que faça sentido e o auxilie, em face de sua singular realidade.

Com a finalidade de compreendermos melhor a complexidade do fenômeno da adolescência envolvida com a prática de atos infracionais, faremos uma discussão, ainda que panorâmica, utilizando alguns autores de referencial psicanalítico, os quais abordam o tema sob enfoques diferenciados.

1.1 Desamparo e Adolescência

Freud (1930/1996a) conceitua o desamparo em termos do excesso pulsional que toma conta do psiquismo do bebê, desde o seu nascimento, o que preconiz a condição de dependência do infante em relação à proteção e aos cuidados dos pais, para a sua sobrevivência e alívio das sensações de desconforto a que esse estado o remete. Essa necessidade intensa e a satisfação que dela provém, se a criança é atendida, são fundantes para o seu psiquismo. Elas fornecerão o protótipo das medidas paliativas de que o indivíduo irá

lançar mão, no decorrer de sua vida. Desse modo, o outro, primeiramente ocupado pelas figuras dos pais ou daqueles que exercem os cuidados à criança, ganha dimensão de excelência, pois ele vem representar a fonte de vitalidade para o indivíduo, protegendo-o da sensação de desprazer causada pelo excesso pulsional ao qual o bebê está submetido.

Birman (1999), ao discorrer sobre o conceito de desamparo na obra de Freud, aponta a sua relação com a morte, na origem do ser, sendo a vida possível mediante a consecução do outro, ou seja, a vida consistiria em uma aquisição, e não algo inato, que se inscreveria a partir do Outro. Em oposição à vitalidade, devido à prematuridade de nosso organismo, a vida seria (é) fundada na morte, e nossa luta se daria pela suficiência desta, consequência de sua fragilidade e fugacidade, o que nos tornaria reféns dos percalços da morte, com suas ruidosas entranhas capazes de provocar a ruptura da ordem vital. Frente a essa conflituosa luta das ambivalências entre as pulsões, o outro ganharia dimensões notórias, conforme destaca Birman (1999):

Seria em função mesmo dessa prematuridade biológica, isto é, dessa deiescência e incapacidade vital, que o organismo humano precisaria do outro, de maneira absoluta, como condição **sine qua non** para a sua sobrevivência enquanto organismo. Com isso, o ser humano incluiria a vitalidade do outro no seu ser, marcado que seria pela insuficiência abissal. Seria o outro como ordem que inscreveria o infante marcado pela desordem no registro da vida. Seria por isso mesmo que a natureza humana desenvolveria uma marca insuperável de dependência ao outro, condição de possibilidade que este seria para a sua produção vital e para a sua reprodução vital, já que a vida teria que se impor permanentemente sobre esse fundo amorfo perpassado pela morte. (BIRMAN, 1999, p.19).

Birman (1999) nos revela a vinculação do conceito de desamparo com a teoria da dualidade pulsional de Freud. O discurso da psicanálise passa, então, a primazia da pulsão de morte, a qual coloca em questão a ordem da vida, enquanto força primordial que tende para a descarga total e a quietude do ser. A pulsão de vida, Eros, se contraporía a esse movimento, funcionando como potência de união e ordem. O Outro vai se inscrevendo, na metapsicologia freudiana, enquanto agenciador da operação das forças da vida que lutam contra a morte. Tal movimento para a descarga seria inibido e regulado por algo exterior ao organismo, personificado na figura do outro, pelos cuidados e a erogeneização, permitindo o retorno para o interior do organismo e a fixação do sujeito na ordem vital, de sorte a possibilitar que a pulsão de morte fosse “[...] vinculada a um campo de objetos de satisfação e ao campo das representações que nomearia a força que impeliu para a descarga” (p.22). Portanto, a interioridade seria constituída como ordem sexual mediante a ação da exterioridade no território do autoerotismo, que tenderia à descarga mortífera.

Assim, o autor entende o desamparo como a propensão humana para a descarga absoluta das excitações, uma vez que não existe no sujeito qualquer meio de manejo destas, ficando restrito apenas à eliminação do contingente pulsional. Por conseguinte, por não possuir instrumentos próprios para o domínio da excitação e dar a ela respostas de vida, o sujeito permanece no plano do inanimado, eximindo-se de sua condição animada. O outro torna-se o responsável por retirar o sujeito do desamparo, na medida em que ele executaria o trabalho de ligação da força pulsional que o primitivo organismo humano seria incapaz de realizar. Dessa maneira, Birman (1999) afirma que o “[...] reconhecimento da incapacidade do organismo para a vida o coloca numa posição de recebê-la do outro pelas sendas da erogeneidade” (p.25). Este consistiria, então, na condição de desamparo fundamental do sujeito mediado pela dependência que jamais cessará, pois, mesmo que ele desenvolva recursos próprios para o manejo de suas excitações, a constância e a continuidade da força pulsional o recolocam sempre na condição de desamparo e dependência do outro.

A vida pulsional segue assim seu trâmite entre a força, os representantes da pulsão e os objetos de satisfação. A princípio, o outro exerce essa função por meio da nomeação das exigências vitais do bebê. Nesse sentido, o circuito pulsional constitui-se, segundo Birman (2009), nos objetos de satisfação inscritos no mundo das representações. Essas ligações são operadas pela pulsão de vida, na sua função da formação do corpo erógeno, para a consecução do circuito pulsional, caso contrário, o mesmo tenderia à descarga, como já mencionamos anteriormente. Isso vai possibilitar ao sujeito que ultrapasse o registro da ação, mediante o trabalho do outro, fundamentado no registro da palavra através da promoção da ligação entre os diferentes registros (força, objetos e representações).

Parafraseando Freud, Birman (1999) salienta que a condição de desamparo da humanidade é reforçada pela ausência do referencial fálico, no registro erógeno originário, que deixa o sujeito à mercê dos efeitos transbordantes do excesso pulsional.

Ceccarelli (2009) denomina desamparo psíquico a impossibilidade de o bebê lidar com o filogeneticamente herdado, por causa da inexistência de um aparelho psíquico no nascimento. A partir de Eros, os investimentos libidinais acontecerão confortando, imaginariamente, o Eu em constituição. Mediante os cuidados dispensados para a sobrevivência do bebê, os traços das primeiras satisfações são investidos, tornando possível a espera do objeto como algo suportável, o que o autor denomina como a satisfação alucinatória do desejo. Paralelamente à dependência fisiológica, ocorre a dependência psíquica, fomentada pela ação dos afetos, do amor, do reconhecimento, das palavras, os quais nos remetem à ilusão de sermos reconfortados, livrando-nos da sensação do desamparo. Com o ganhar dos

anos, nossa história vai-se inscrevendo e nossas escolhas objetais lançam-nos por diversos caminhos que a sociedade dispõe para nossa satisfação, sempre reativando a sensação primeva da satisfação alucinatória do desejo.

Esses investimentos, enquanto solução para o desamparo, dispõem de um amplo cardápio de objetos que variam desde as religiões, a ciência, as adições, até as mais variadas formas de relação com o outro. Nesse ínterim, frente a nossa angústia, buscamos alento em nosso mundo interno e nas construções do mundo externo, para fazermos parte do laço social. Essa trama prevê, segundo Cecarelli (2009), que a cultura dominaria o pulsional, no qual o recalcado se tornaria aproveitável mediante o trabalho da sublimação, podendo o sujeito privar-se um pouco de uma parte de sua satisfação pulsional e a sociedade obter ganhos com isso, por meio das construções oriundas do processo sublimatório.

Entretanto, essa solução não nos afasta do desamparo. Ela revela sua ineficiência: “À menor ameaça de perda dos objetos de satisfação, produz-se um retorno das pulsões destrutivas” (CECARELLI, 2009, p.38). O que a cultura nos fornece é a criação de estratégias para o recalque, disfarçando, desse modo, o nosso mal-estar. Nossas tendências destrutivas estarão sempre ali, à mercê de uma erupção em face da ameaça da perda de nosso objeto de satisfação: basta essa ativação, para que as ligações de Eros se desfçam.

Isso remonta à questão de que as soluções de satisfação são sempre narcísicas, dependem da história do indivíduo, de como o circuito pessoal de cada um foi estabelecido. E os laços sociais, aquilo que a cultura oferece, servem para manter o sentimento de que não estamos desamparados. Podemos pensar que muitos jovens se obstinam no mundo da criminalidade, a fim de eleger um mestre que suplante o desamparo que eles vivenciam.

A demanda de reorganização pulsional e edípica, com a iminência da agressividade e da sexualidade, coloca a adolescência na condição do desamparo, no que diz respeito a um excesso que demanda um outro, para a sua organização. O social ganha *status* maior, nesse período da vida, quando os jovens investirão em objetos que a cultura lhes oferece. Rocha e Garcia (2008) defendem a tese de que a adolescência se tornou um ideal da contemporaneidade, identificada pelo culto à liberdade e ao consumo, os quais se concretizam como um estilo de vida, tanto para as crianças quanto para os mais velhos. Ao discutir sobre os adultos ou os pais desta geração, as autoras apontam que estes não mais aniquilam suas vidas, devido às exigências das funções parentais, defendendo o direito de uma vida com mais liberdade.

Tendo em vista essa questão da idealização da juventude pela sociedade, pelos adultos, que insistem em persistir nessa fase, ante o que ela representa, torna-se um imperativo para os

jovens vivê-la de modo mais livre possível e de forma consumista. Esse apelo atinge a todos e se torna argumento que justifica muitas ações, como, por exemplo, a de adolescentes que afirmam terem roubado ou traficado para conseguirem dinheiro com a finalidade de frequentarem festas e comprar as roupas e os tênis das marcas enaltecidas pela sociedade. Isso implica, no nosso modo de ver, a fugacidade e a fragilidade do sentimento de pertencimento e reconhecimento do adolescente, apoiadas, sobretudo, na imagem, incapaz de sustentar a personalidade em formação e seus recursos para lidar com o desamparo. O estímulo ao imediatismo e ao prazer excessivo dificultam, para os jovens, o desenvolvimento de um projeto de vida e a dedicação necessária para sua edificação.

Os pais, cada vez mais adeptos do estilo de vida adolescente, não funcionam como modelos de identificação necessários para que seus filhos consigam manejar a ruptura com a infância. Rocha e Garcia (2008) sustentam que há um compartilhamento dos mesmos símbolos e valores pelas diferentes gerações, fazendo com que os pais e os filhos permaneçam juntos na multiplicidade e desorientação que caracterizam a nossa vida, na atualidade. Pensamos que essa questão vem provocar a indiferenciação entre as gerações, diferenciação esta necessária para que, no complexo de Édipo, a castração exerça sua função de separar o infante da mãe.

A indústria do consumo e do lazer, a imagem e a estética tornam-se símbolos e códigos sociais que determinam nossa maneira de ser e pensar, na sociedade. É nisso que o ideal social está pautado. Para a psicanálise, como afirmam as autoras, o ideal está a serviço do sujeito como uma maneira de lidar com o mal-estar, tendo a sua função protetora contra o desamparo e oferecendo recursos para o manejo da castração e do pulsional, em face da civilização. Assim, o homem vai tecendo suas ligações com o laço social, com os objetos que o mesmo oferece e estabelecendo vínculos civilizatórios que minimizam a ação da pulsão de morte.

O problema que a adolescência encerra, na contemporaneidade, enquanto um estilo de vida, encarnado nos atributos da liberdade, na fluidez das relações, na transitoriedade das identidades, na valorização narcísica dos corpos, se confunde com a fantasia do gozo sem limites, expondo os jovens a experiências de risco em função da valorização estética que as mesmas promovem, em determinados grupos sociais. Parece que tudo fica muito confuso para o adolescente, pois ele está desprovido de referências capazes de auxiliar o manejo desse excesso, contingente este, hoje, também valorizado e estimulado por nossa cultura. Dessa forma, Rocha e Garcia (2008) salientam o fato de que estamos colocando mais um impasse

para o adolescente, neste momento de subjetivação, ao esperarmos que ele cumpra a promessa de burlar a castração através da personificação da liberdade e do estímulo aos excessos.

Como consequência, resta aos jovens manifestar seu sofrimento, por meio do registro do ato que, de acordo com Savietto (2007), revela a precariedade dos mecanismos de simbolização. “Estes sujeitos, de maneira insistente e preocupante, recorrem às passagens ao ato – modo peculiar de defesa que envolve, dentre outros aspectos, exatamente um curto-circuito do trabalho de elaboração psíquica e a convocação do registro corporal.” (SAVIETTO, 2007, p.439). Isso nos dá dimensão, segundo a autora, da condição interna de violência psíquica que se expressa por meio de comportamentos também violentos, em desfavor a si mesmo e contra os outros, apontando para a dimensão do traumático, no que se refere ao campo do irrepresentável, da tendência de o psiquismo responder ao excesso de excitação, por meio da descarga, passando do impulso à ação, devido à ausência do trabalho de elaboração. Savietto (2007) resume essa condição do psiquismo na tentativa de manter seu equilíbrio nos seguintes termos: “[...] por não alcançar a simbolização nas passagens ao ato, o excesso pulsional persiste, e o aparelho psíquico repete compulsivamente a tentativa de dominação fadada ao insucesso.” (p.440).

A questão da violência interna, engendrada pela puberdade, por si só, situa a adolescência na dimensão do desamparo. O sujeito necessita simbolizar ou, então, diante do transbordante sinalizado através da angústia, utiliza-se de mecanismos de defesa urgentes, como as passagens ao ato, para remediar uma intensa dor. As transformações da contemporaneidade, já citadas anteriormente, exigem que o indivíduo construa sozinho suas referências e elabore as normas que regulem sua existência. Por conseguinte, acreditamos que as escolhas do adolescente se darão por aquelas que suplantem a vivência do desamparo, quase impossível de discriminar entre aquilo que favorece a Eros ou a Tânatos, sofrendo o impacto das contradições sociais, apenas na intenção de descarregar o excesso para o alívio imediato.

Garcia e Coutinho (2004) chamam nossa atenção para os efeitos no psiquismo da busca do prazer ilimitado e da fragilização das referências, em nossa cultura. Mediante seus questionamentos, as autoras supõem que as características do individualismo contemporâneo perpassam as experiências de desenraizamento e errância, atreladas a perdas de referências simbólicas, as quais remetem o indivíduo a uma busca constante por identidades nas quais possam se ancorar. Cremos que esse efeito na adolescência seja ainda mais acentuado, devido à necessidade do estabelecimento de uma personalidade, deixando os jovens à mercê de modelos que possam auxiliá-los nesse processo. Entretanto, perguntamo-nos: a respeito de

quais modelos os jovens têm respaldado a estruturação de suas personalidades? Ao mesmo tempo em que são necessárias experiências de liberdade, os jovens também são expostos a riscos, em meio a essas buscas, atenuando a linha que diferencia a experimentação da atuação.

São diversos os caminhos diante do desamparo. E os objetos escolhidos pelo sujeito para lidar com seu excesso pulsional vão depender de sua experiência subjetiva e daquilo que a cultura oferece, podendo ou não auxiliá-los a lidar com esse estado emocional. Sobre essa experiência, as autoras argumentam:

Sentir-se desamparado, nesta acepção, é ser confrontado traumáticamente com a impossibilidade de representar e organizar simbolicamente a experiência, e assim ter que suportar o que é da ordem do indizível, daquilo que não se consegue traduzir para o campo da linguagem, ou melhor, é dar-se conta da própria condição de assujeitamento ao Outro. Essa versão do desamparo mostra-se particularmente interessante na análise do campo subjetivo atual, no qual o excesso de informação e estimulação de vários tipos desestabiliza o sujeito e põe à prova a sua capacidade de metabolizar e atribuir sentido à experiência cotidiana, exacerbando uma condição que lhe é inerente como ser falante. (GARCIA; COUTINHO, 2004, p.134).

Desse modo, pensamos que os serviços oferecidos aos adolescentes devem se instrumentalizar a favor da promoção de sua fala, de sorte que estes possam contar suas experiências, falar das sensações e sentimentos que as mesmas lhes causam, sem a interferência de anseios por parte dos técnicos de julgamentos e adequação dos corpos. Em face das experiências de desamparo dos adolescentes e os excessos de violência, enfatizamos a necessidade de auxiliá-los a entenderem o que se passa na vida deles, o que aquilo lhes provoca, para que possam sair da condição de alheamento, permitindo que eles falem sobre o que os assustam e lhes causam desesperança, como também seja possível a eles verbalizar a respeito de seus impulsos agressivos, manifestados através de sentimentos de ódio ou até mesmo da apatia que possa estar servindo como um mecanismo para o apaziguamento desse sentimento.

1.2 Processos de subjetivação: Atuações e as Saídas Psíquicas diante do Desamparo

Tendo em a vista a condição de desamparo psíquico e social da juventude, na contemporaneidade, torna-se indispensável refletirmos sobre os caminhos pelos quais o jovem vai constituindo sua personalidade e, nessa construção, os mecanismos que adota para se livrar do sofrimento.

Levisky (1997) lista vários aspectos significativos, dentre os quais a questão dos modelos de identificações disponíveis em nossa cultura, que, segundo o autor, não primam mais por uma ética que auxilie na convivência social, valorizando a comunicação e o respeito pelo outro. São, a seu modo de ver, disponibilizados exemplos caóticos e idealizados de identificação que afetam a capacidade criativa e de discriminação da realidade. Afirma que há uma descrença geral no modo de nossa sociedade funcionar. Não acreditamos mais na justiça; sabemos, por meio da mídia, que instituições que deveriam estar a serviço de nossa proteção são corrompíveis; trabalhamos para um sistema que supervaloriza o lucro, em detrimento de qualquer valor e necessidade do trabalhador; quando carecemos de auxílio do Estado, a burocracia se encarrega de provocar a nossa desmotivação, sem contar as figuras de nossos políticos com suas extensas “fichas sujas”. Tudo isso vem colaborar para um estado de psicotização do social e o consequente aumento da violência, entendendo-a como a utilização de uma força arbitrária aplicada para um determinado fim. Para Levisky (1997), a situação de humilhação do cidadão descrente de qualquer coisa acarreta o aparecimento de subjetividades intensamente frustradas, pautadas em um funcionamento de descargas agressivas, favorecendo as diversas manifestações de violências morais e físicas decorrentes da ausência simbólica de pais, ou seja, da “[...] falta de um sistema social efetivo continente das angústias de seus integrantes”(LEVISKY, 1997, p.18).

A adolescência é um fenômeno psicossocial, dependente do contexto cultural, econômico e político onde o indivíduo se desenvolve. Constitui-se em um período onde os impulsos, na sua maioria, buscam satisfação imediata pela descarga vinculada aos processos primários, por isso, a passagem ao ato é tão corriqueira e o pensar ocorrer somente após a ação ter sido executada. Essas particularidades denotam a existência de um psiquismo funcionando predominantemente por meio de mecanismos primitivos, os quais diminuem a possibilidade de reprimir, postergar, substituir ou ponderar a satisfação de seus desejos. O fato de as passagens ao ato serem frequentes, na adolescência, requer um cuidado e atenção maiores por parte da família e da sociedade, uma vez que os comportamentos manifestados podem ser passageiros ou vir a constituir parte integrante do caráter que está se reestruturando.

Estamos diante de uma personalidade buscando se formar, e esse pensar somente poderá ser preponderante sobre as atuações, caso o adolescente tenha um referencial pensante, um ego auxiliar concretizado, geralmente, na figura dos pais, que o auxilie na elaboração de seus conflitos por intermédio do princípio de realidade. Levisky (1997) entende que a sociedade contemporânea, com suas características tecnológicas e de liberdade social,

favorece essa condição regredida do psiquismo, no adolescente, perpetuando um estado mental de cisão, ambivalências, intolerâncias, as quais, segundo o autor, parecem estar se solidificando em um padrão de comportamento social.

O mesmo autor adianta que as formas extremistas de comportamento estão instaurando um modelo de autoafirmação e contestação para o jovem, como a delinquência², por exemplo, mostrando, de um lado, a incorporação de objetos caóticos³ de identificação – na apresentação de atitudes intolerantes, onde não ocorre a possibilidade do discurso, do falar e do ser ouvido – e, de outro lado, uma tentativa desesperadora inconsciente de resgatar o que foi perdido ou não adquirido pelo sujeito, em seu desenvolvimento. Essa face é vivida pelo adolescente enquanto necessidade – no sentido da falta – que precisa ser sanada não somente pela família, como também pela sociedade. É por isso que muitos autores concebem a delinquência juvenil como um pedido de ajuda, utilizando-se de atuações violentas, em busca daquilo que existiu e que agora lhes falta.

O que nossos jovens têm incorporado? Quais modelos de relações objetais têm sido internalizadas por eles? Quais figuras têm sido os asseguradores de suas identidades?

Observa-se o quanto a velocidade das transformações culturais e tecnológicas carecem de tempo para ser elaboradas como novos parâmetros internos e sociais, cooperando para a existência de um clima tenso de instabilidade e insegurança, o qual resulta em descargas impulsivas do sujeito, no cotidiano. Ocorreria, pois, uma falha no processo simbólico, incapaz de apreender as mudanças, de sublimar os impulsos sexuais e agressivos, deteriorando a capacidade reflexiva do pensamento, tornando mais difícil a vida social. Somadas a isso, temos ainda as difíceis condições sociais de exclusão e pobreza. Desse modo, Levisky (1998) caracteriza a violência simultânea ao processo de identificação “[...] como uma reação consequente a um sentimento de ameaça ou de falência da capacidade psíquica em suportar o conjunto de pressões internas e externas a que está submetida” (p.21).

² Ressaltamos que, ao mencionarmos delinquência, estamos remetendo a uma estruturação psíquica determinada pela privação, termo conceituado por Winnicott – desenvolvido ao longo de sua obra, que culmina com o seu livro *Privação e Delinquência* (1896-1971) – e também pela condição com que o sujeito vai se estruturando, diante de sua posição em relação ao significante do Nome-do-pai, muito bem debatido por Rassial (1999). Tais conceitos serão esboçados em um capítulo mais específico sobre o tema.

³ Fazendo uma referência a Melanie Klein (1952), que concebeu a mente como um emaranhado de objetos internos – bons e maus – de onde se originam as fantasias inconscientes, vindo estas a se constituírem como nossa realidade psíquica, denominamos *objetos caóticos* a predominância de objetos parciais internalizados pelo sujeito e que, por alguma razão, no desenvolvimento, não atingiram a relação com o objeto total, ficando aqueles na forma de elementos dissociados e persecutórios, fixando a mente em um estado mais regredido do desenvolvimento, no qual a ambivalência, a voracidade e os impulsos destrutivos são projetados em diferentes elementos da realidade, incapacitando o sujeito de adquirir o sentimento de culpa e a reparação.

Marin (2002) faz uma articulação sobre o desamparo e a violência enquanto possibilidades de subjetivação. A autora discorre sobre a necessidade de assumir o que ela denomina *violência fundamental*, da violência existente em todos nós, decorrente do encontro com o outro e suas implicações afetivas, como condição para o aparecimento do sujeito. A autora defende – e nós concordamos – que entrar em contato com essa parte que compõe nossa pulsionalidade é uma maneira de auxiliar o indivíduo a se relacionar de formas mais criativas e não fusionadas. A negação dessa violência expõe o sujeito a um estado de desamparo insuportável, restando a este apenas as saídas de destruição ou aniquilação do outro, como a busca do alívio da tensão pulsional. Marin (2002) é direta, ao asseverar:

Proponho, então, que é preciso assumir de um lado a violência pulsional e, de outro, a violência da civilização, para permitir ao sujeito o acesso à ordem do humano e assim garantir que ele possa continuar criativamente a produzir cultura (p.31). O risco de se negar essa violência ou de considerá-la apenas de ordem da degeneração ou como efeito da exclusão social pode contribuir, sim, para que a única forma de manifestação subjetiva dê/pela ordem de aniquilação. (MARIN, 2002, p.31).

Abordando o conceito de violência, Costa (2003) argumenta sobre a banalidade com que tal termo tem sido tratado, até mesmo dentro da teoria psicanalítica, e da dificuldade de delimitá-lo. Critica, em especial, as vertentes psicanalíticas que admitem a violência como o trivial da experiência psíquica, na atividade de significar no desejo do Outro, como, por exemplo, no excesso do adulto que invade a criança, obrigando-a a introjetar ou interiorizar sua excitação sexual, consistindo no desejo dos pais como algo violentador. Esta é uma noção de violência fundamentada no impedimento do movimento natural das coisas. Ocorre, pois, que essa ação dos pais sobre a criança é necessária para a sua inserção na cultura, porém, tornou-se hábito na comunidade dos psicanalistas reiterar a ideia de a cultura e o psiquismo só existirem devido à ação da violência, fundando a violência simbólica.

Ou, então, a ênfase dada à violência enquanto instinto localizado na irracionalidade, tendo a cultura como ordenador desse arbitrário humano, sendo também a ação da cultura algo violento, ao determinar as relações de poder. Com o advento da pulsão de morte postulada por Freud, em 1920, juntamente com a sexualidade, os mecanismos da vida psíquica e social do homem passam a ser fundamentados nesses elementos, focalizando a tendência destrutiva do sujeito e do objeto, encarando a violência como causa das satisfações dos impulsos e desejos destrutivos do homem.

A noção de violência postulada por Costa (2003) é baseada no desejo da agressividade manifestada pelo agressor, vindo isto a determinar a ação violenta. O sujeito que é violentado percebe o desejo de destruição, a intenção de matar ou fazer sofrer, do sujeito violentador. Assim, o autor define a violência como “[...] o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional” (COSTA, 2003, p.39). Logo, a violência consiste numa finalidade destrutiva, onde a agressividade é instrumento de desejo e destruição que rege o campo das interações humanas e, segundo Costa (2003), não existe violência sem o desejo de destruição, de sorte que não é, portanto, uma propriedade do instinto.

Dentro desse contexto, o autor admite que a delinquência é uma identidade gerada pela violência na tentativa de o sujeito furtar-se de seus efeitos extremos; a identidade marginal pode ser adotada para desmentir o real de que o corpo e o psiquismo constituem fonte de sofrimento e ameaça de destruição, ante a violência internalizada.

Possibilitar, através do encontro do psicólogo com o adolescente, o conhecimento, o acesso à consciência sobre seus sentimentos de amor e ódio, raiva e impotência, é uma maneira de suportar o desamparo, é um modo de oferecer continência, de tolerar a violência das exigências pulsionais, aceitando seu aparecimento, dentro da relação que o instrumento da LA permite. Trata-se de estar com o adolescente como ele é, refletindo sobre os afetos que provocam suas atuações, de escutar seu sofrimento, na tentativa de apaziguar as formas destrutivas de expressão. Escutá-lo, enfrentando com o jovem toda a hostilidade negada, pode ser uma das funções que o psicólogo pode desempenhar junto do adolescente em cumprimento de Liberdade Assistida, porque, como bem enfatiza Marin (2002), o indivíduo tomado pela intensidade das forças pulsionais é capaz de atos violentos como afirmação última de sua singularidade.

O desamparo fomenta o excesso de excitação interna no adolescente, intensificado pela precariedade das condições sociais e econômicas da periferia em que vive, além da ausência de vínculos de confiança e de amor necessários para o aplacamento das pulsões, de maneira que permanecem impossibilitados de encontrar suportes para elaborar esse contingente que instaura a violência em ato. Marin (2002) coloca em evidência que o desamparo não passa do estado de impotência no qual o sujeito se encontra, para dar conta de sua situação vivida como traumática; a angústia consiste em um sinalizador dessa condição, de um aparelho psíquico fragilizado em sua função de simbolização, devido à tensão das pulsões. Constatamos essa situação, em nosso trabalho com os assistidos da LA, refletida na

dificuldade de falar, na falta de palavras ou de expressões para relatarem suas experiências de vida, revelando as falhas simbólicas e a alternativa da ação violenta, para não serem absorvidos pela avalanche pulsional. São conteúdos não representáveis que culminam em atuações e em inibições psíquicas.

Mediante essas ressalvas conceituais, a LA, longe de ser um processo psicoterapêutico, surge, no entanto, como uma possibilidade de promoção da palavra, do surgimento de significados do que emerge como não representável, no esforço criativo, conforme Marin (2002), de dar respostas e sentido para aquilo que se constitui enquanto trauma. Por isso, acreditamos que a narrativa de vida dos adolescentes permite a organização simbólica, com a nominação do que atua como desconhecido, no psíquico. A simbolização é, portanto, condição fundamental para o enfrentamento do desamparo.

2. A(S) ADOLESCÊNCIA(S) E A PSICANÁLISE

Considerar a adolescência como um fenômeno psicossocial não exclui o fato de que reconhecemos aspectos particulares, os quais caracterizarão o processo do adolescer, nos diferentes substratos sociais. Não é novidade para ninguém que a maioria dos jovens atendidos pelos programas de socioeducação são aqueles pertencentes às camadas mais pobres. Estamos tratando daqueles que carregam alguma marca da exclusão, que o registro da falta de um olhar continente contribuiu para que desistissem mais cedo e rápido da escola, devido às suas dificuldades de aprendizado, ou porque o tráfico os atraiu com a promessa de uma vida melhor, podendo sair de seu estado de carência, seja ela psíquica, seja social, na figura contraditória do “pai traficante” e das boas condições de se vestir, de comer, de ser, de parecer como qualquer outro adolescente que existe, pela marca do consumo.

Até que o adolescente estabeleça sua identidade, ele passará por um período caracterizado por instabilidades, no qual não se cabe esperar o equilíbrio e definições lineares de comportamentos e pensamentos.

Levisky (1995) reconhece a adolescência enquanto um processo do desenvolvimento evolutivo do indivíduo, caracterizado como uma revolução biopsicossocial, que marca a transição do estado infantil para o adulto. Durante essa transição, as manifestações comportamentais e as adaptações sociais estarão intimamente associadas com a cultura na qual o adolescente está inserido.

Durante séculos, a adolescência inexistiu enquanto um processo de desenvolvimento. Há registros históricos, mencionados na obra de Ariès (1973) e de outros autores, de que as fases do desenvolvimento não eram discriminadas, como hoje dividimos em infância, adolescência e adulto. Era comum crianças e jovens trabalhando e estudando junto aos adultos. Fato é que a adolescência passa a ter sua origem com a industrialização e o desenvolvimento da burguesia, sendo necessários para mão de obra nas fábricas e, mais atualmente, como fundamentais enquanto consumidores dos produtos lançados no mercado. O que destaca a história da adolescência é o seu não lugar, um “lugar imaginário” supostamente criado como alvo do consumo.

Levisky (1995) diferencia a puberdade da adolescência. Aquela passa a ser concebida em relação às transformações biológicas, enquanto esta se identifica pelos aspectos psicossociais. São processos concomitantes, nos quais as alterações biológicas irão intervir nas manifestações pulsionais. O autor considera que o reconhecimento do jovem

contemporâneo, enquanto adulto, está vinculado ao fato de ele próprio possuir condições e se encarregar de seu próprio destino, *status* este difícil de ser alcançado, tendo em vista a conjuntura política, social e econômica com que nossa sociedade está organizada.

Geralmente, estamos direcionados a pensar que o processo para a independência financeira e, conseqüentemente, a aquisição da autonomia se dá através da escolarização, um longo período pelo qual o adolescente tem que passar, para a sua inserção no mundo do trabalho. Ocorre que, para muitos adolescentes, esse período da escolarização perde o seu significado em função das necessidades imediatas que aqueles pertencentes às classes menos favorecidas têm que suprir. Outra questão referente à escolarização recai sobre a trajetória individual de cada adolescente na instituição escolar, marcada por reprovações, dificuldades de aprendizagem, que geram a defasagem, manifestações comportamentais difíceis de lidar, no ambiente escolar, acarretando no estigma do “aluno difícil”. Esse panorama vem nos alertar sobre a necessidade de os serviços que executam medidas socioeducativas terem que se aproximar da escola, para o desenvolvimento de um trabalho de inserção do adolescente naquele ambiente, além de pensarmos que a socioeducação não é responsabilidade apenas da instituição executora da medida socioeducativa, mas da rede e dos serviços em que se inscreve, como a Saúde e a Saúde Mental, a Educação, a Assistência Social, a Cultura e Esportes, dentre outros. Nesse sentido, temos percebido que a instituição executora de medida socioeducativa é porta de entrada para muitos indivíduos que se encontram desprovidos das mais diversas formas de assistência pública.

A nossa experiência nos permite observar a ausência de um projeto de vida pensado pelo adolescente, o que vem revelar a apatia, a falta de esperança de uma situação de vida pessoal melhor, interferindo negativamente na busca de sua autonomia, prejudicando-o na sua vinculação com a escola, com o seu processo profissionalizante e com qualquer outra instituição que necessite de investimento do jovem, nesse momento de sua vida. Isso exige do psicólogo que acompanha o adolescente com medida socioeducativa um trabalho em dupla, no qual juntos possam pensar a ressignificação dos valores de pertencimento do jovem, para que o mesmo seja capaz de se vincular e de se responsabilizar pela trajetória de sua vida.

Esses aspectos levantados agregam-se à complexidade das dificuldades que tendem a prolongar a transição da adolescência, tornando esse momento mais penoso, segundo Levisky (1995). Nossa sociedade confere à adolescência o *status* de rebeldia e irresponsabilidade. Olha para os jovens como se fossem adultos, que já deveriam ter responsabilidades por seus próprios atos, esquecendo-se e eximindo-se de sua participação no papel formador dos mesmos. Assistimos a famílias com atitudes ambivalentes com respeito aos jovens, ora

encarando-os como adultos, ora infantilizando-os e os considerando como crianças. As figuras parentais e a sociedade são importantes para a constituição de uma personalidade vir a ser crítica, consciente e responsável.

Ao discorrer sobre a ambivalência com que a nossa sociedade encara a adolescência, Levisky (1995) nos adverte sobre a necessidade de nossa responsabilização em relação aos adolescentes:

[...] torna-se necessário aprender a lidar com seu corpo, seus desejos, seus afetos e, principalmente, ter consciência das repercussões objetivas e subjetivas em sua vida. Frequentemente o que ocorre em nossa cultura é se tomar consciência após os fatos estarem consumados. Daí a importância das campanhas de esclarecimentos e da necessidade de educação preventiva. (LEVISKY, 1995, p.20).

Isso nos faz pensar que, muitas vezes, nossas atitudes em relação ao adolescente vão na contramão de suas necessidades. Estas, para serem atendidas e reconhecidas, podem ser atuadas pelos mesmos como um meio de nos comunicar o quanto estamos distantes de os reconhecermos. Desse modo, podemos tecer a hipótese de que o ato infracional e outras atitudes que têm feito parte da adolescência, como a gravidez, o uso de drogas e outros comportamentos, nesse período, podem ser sintomas da nossa cegueira quanto a esses meninos e meninas. Exigimos deles responsabilidades e maturidade, mas os encaramos como pessoas descomprometidas e rebeldes. Gostaríamos de que eles pudessem pensar e refletir sobre suas atitudes e o mundo, porém, pouco fazemos enquanto sociedade para estimular essas qualidades nos jovens. Somos intolerantes, ao ponto de esperar que eles já estejam aptos para lidar com a realidade e seus conflitos. Levisky (1995) levanta outras atitudes paradoxais de nossa sociedade, em seu relacionamento com a adolescência. Por exemplo, pregam-se os ideais de solidariedade e respeito enquanto valores necessários para a convivência social, todavia, as oportunidades para a ascensão ao mundo adulto são escassas; encaramos como tendo condições para votar aos 16 anos e de poderem responder legalmente pelos seus atos aos 18 anos, no entanto, eles não conseguem sua independência financeira com essa idade, dificultando sua emancipação. Nós os encaramos como responsáveis pela exacerbação de suas sexualidades e agressividades, contudo, esquecemos que a mídia os bombardeia com a supervalorização dos aspectos eróticos, visando ao consumo em favor dos poderes dominantes, ficando evidente o caráter paradoxal da veiculação dos códigos sociais.

Levisky (1995) também destaca outras questões relativas à adolescência, como, por exemplo, a passagem desse processo vivido de uma maneira curta por alguns indivíduos e, por outros, de modo quase que infindável. Aqueles se esbarram, devido às necessidades

econômicas, na precocidade da vida adulta, não tendo tempo suficiente para elaborar seus conflitos maturacionais. A preocupação imediata é a sobrevivência, a qual os limita de vivenciar certas experiências sem o peso da responsabilidade, ficando restritos quanto aos erros, às dúvidas e aos questionamentos por causa da imposição de adaptação à realidade.

Ademais, por causa da ebulição dos impulsos sexuais e agressivos, o adolescente, pouco preparado para lidar com tais demandas, tende a reprimi-los ou liberá-los. Os *acting outs* vêm favorecer o meio pelo qual a carga libidinal é descarregada de forma impulsiva e, muitas vezes, revelam o rebaixamento da capacidade crítica e do pensar criativo, como meios para elaboração de seus conflitos pulsionais. Uma vez que o desejo se realiza dessa forma, por meio de atuações, surgem a dor ou angústia, decorrentes da culpa, e a possibilidade de reparação. Assim, podemos pensar que, se alguns atos infracionais funcionam como *acting outs*, o momento do cumprimento da medida torna-se propício para utilizar a capacidade de reparação do adolescente e auxiliá-lo no desenvolvimento do pensar e da função crítica, minimizando a descarga pela via das atuações.

A transição para a adolescência pode ser marcada por um repertório de “situações” que vão desde o excesso ao recolhimento, evidenciando a amplitude de comportamentos ou sintomas que requerem atenção. O equilíbrio da vida afetiva depende, em alguma medida, da integração das necessidades pulsionais com o meio ambiente, sendo aquela o combustível que impele o organismo para a atividade em busca de satisfação. O desenvolvimento da personalidade está intimamente relacionado com os fatores constitucionais da libido, da influência dos fatores sociais e da experiência de vida do indivíduo, por conseguinte, será através dessa dinâmica que iremos tecer algumas hipóteses acerca dos atos infracionais.

Levisky (1995) pontua sobre a negação do jovem diante das transformações consigo mesmo. Os impulsos sexuais e agressivos assumem o primeiro plano, na cena adolescente, e tendem a se extravasar em formas de ação. A negação, enquanto mecanismo de defesa, é decorrente da incapacidade egoica do jovem para lidar com as mudanças que invadem seu corpo, sua consciência e seu inconsciente. Acrescenta-se a essa situação o funcionamento cognitivo predominantemente concreto, valendo-se da experiência para alcançar suas convicções. Da ação é que se tira o aprendizado para o jovem, pois a função hipotética e dedutiva se encontra em segundo plano, no seu desenvolvimento cognitivo. Esses assinalamentos nos levam a refletir sobre o trabalho que temos de desempenhar com nossos jovens, mediando essa passagem do ato à palavra e do concreto ao reflexivo. É certa a necessidade de experienciar situações para o desenvolvimento humano, no entanto, muitas

vezes, a experiência que o adolescente escolhe viver o coloca em risco de vida imperceptível para si próprio.

Os processos de identificação são relevantes para a nossa discussão sobre a adolescência, pois a sua resultante culmina com a formação da identidade que busca constituir-se. Para Levisky (1995), o termo *identificação*, na psicanálise,

[...] ocupa papel central em relação ao desenvolvimento, à organização da personalidade e à constituição do ser como indivíduo. Este processo decorre do interjogo entre as diversas instâncias psíquicas, e também da interrelação do sujeito com o objeto (LEVISKY, 1995, p.54).

Laplanche e Pontalis (2001) compreendem a identificação enquanto um processo psicológico, no qual o indivíduo assimila um aspecto do outro e o transforma, passando a ser um modelo, um modo de ser, de agir e pensar segundo o outro. Tais processos vão produzir mudanças estruturais que afetam a realidade interna do *self*, como também a organização do ego e do superego.

Levisky (1995) aponta para a influência dos fatores culturais de nossa sociedade, os quais têm ação direta sobre os indivíduos, determinando seus valores e os movimentos das pulsões de vida e de morte. O autor analisa os processos de identificação sob dois prismas. O primeiro diz respeito à relação do indivíduo com ele mesmo, entre seu consciente e seu inconsciente. O segundo se refere à liberação dos impulsos amorosos e destrutivos, sem os limites necessários para a convivência social, vista essa questão como uma característica da sociedade contemporânea.

Tratamos sobre o que é nocivo, sobre o que nos prejudica, como se o perigo estivesse localizado apenas do lado de fora. Não enfocamos a nossa relação com o que nos é disponibilizado, ou seja, negamos o fato de como lidamos com nossos aspectos destrutivos. Levisky (1995) nos adverte sobre a necessidade de aprendermos a entrar em contato com as situações que revelam nossos impulsos destrutivos, caso contrário, a sociedade torna-se apenas um palco para a expressão dessas manifestações, reafirmando aquilo que Marin (2002) propõe, em sua tese, assegurando a necessidade de não negligenciarmos a violência fundamental, mas entrarmos em contato com mesma, entendendo suas provocações para nossa responsabilização. Assim, cremos que o conhecimento que a psicanálise produz sobre a subjetividade possa auxiliar o adolescente, na compreensão de como ele se relaciona com os objetos que a realidade lhe apresenta, na busca do prazer ou alívio de suas tensões, ou até mesmo na satisfação de seus impulsos auto e heteroagressivos. É dentro dessa perspectiva que podemos pensar a prática do psicólogo na execução da LA e nas medidas socioeducativas, para se alcançar o objetivo de responsabilização do adolescente autor de ato infracional,

propiciando a percepção de seus impulsos destrutivos e o uso de suas capacidades reparatórias.

O autor ainda nos adverte sobre a mídia e sua tendência em estimular a nossa relação com o objeto parcial, enfatizando apenas seus aspectos bons, bastante conveniente à tendência humana de não lidar com as frustrações e de imergir os adolescentes no mundo das idealizações, afastando-os da realidade. A relação com o objeto real, fora da idealização, é condição fundamental para o desenvolvimento da capacidade crítica e de julgamento. A mídia também excede, com espetáculos desastrosos que nos violentam. A reação defensiva do inconsciente é nos levar ao estado de indiferença, perda de indignação e negação, tamanha a nossa impotência e o impacto emocional que a violência nos causa. Além disso, nossa cultura é fomentada pela marca da miséria, do desrespeito aos direitos humanos e da ambivalência da lei, os quais proporcionam um terreno fértil para que nossos jovens se identifiquem com o negativo, interferindo em sua autoestima e gerando a falta de esperança. A implicação dessas questões recai sobre a pulsionalidade do indivíduo, em especial do adolescente, que se encontra num momento de reestruturação de sua vida emocional. A partir desse panorama, Levisky (1995) conclui:

A possibilidade de uma vida criativa, construtiva, está na dependência do predomínio da pulsão de vida. Quando prevalece a pulsão de morte, predominam ansiedades persecutórias, com a consequente estagnação e enfraquecimento do desenvolvimento egóico, favorecendo atuações liberadoras, ações de descarga e não de pensamento, expressando a supremacia dos processos primários sobre os secundários. (LEVISKY, 1995, p.63).

São fenômenos como estes que interferem negativamente no processo identificatório dos adolescentes, paralelamente a todas as outras questões particulares de como cada família se organiza para exercer suas funções paterna e materna. Os pais, muitas vezes, veem-se confusos diante de suas referências internas e as que a mídia lhes oferece.

Sob uma outra perspectiva, Calligaris (2009) aborda a adolescência como uma das formações culturais mais poderosas do século 20. Segundo esse autor, o jovem aprende que há dois caminhos, nos quais ele deve se destacar, a fim de que alcance a felicidade e o reconhecimento social. Para isso, ele precisa ser “desejável e invejável” (p.15), mostrando sua potência nas relações amorosas/sexuais e o poder, no campo financeiro e social. No entanto, assimilados tais valores e sentindo-se capaz de efetivar o papel que a sociedade espera dele, esta lhe impõe uma moratória que o deixa sob a tutela dos adultos, preparando-se para exercer

esses ideais que lhe são outorgados. Ou, então, exerce tais papéis de uma maneira marginal. Dessa forma, Calligaris (2009) define a adolescência da seguinte maneira:

Uma vez transmitidos os valores sociais mais básicos, há um tempo de suspensão entre a chegada à maturação dos corpos e a autorização de realizar os ditos valores. Essa autorização é postergada. E o tempo de suspensão é a adolescência. (CALLIGARIS, 2009, p.16).

A modernidade impõe o ideal de independência à adolescência, tornando-o um valor a ser alcançado. Porém, o que acontece é que esse período, em que se espera sua autonomia, para serem reconhecidos, é um momento em que eles não conseguem meios de alcançá-la. Lembremos que no Brasil, recentemente, foram criados os programas de Jovem Aprendiz, a fim de que adolescentes, menores de 18 anos, pudessem trabalhar e ser remunerados. O que acontece na realidade, pensamos nós, é que a adolescência se tornou uma época de preparação, de instrumentação para, mais tarde, os meninos e meninas conseguirem ser inseridos socialmente através do trabalho. Esta é uma oportunidade de poucos, daqueles cujas famílias têm condições de os auxiliar nesse período de espera para a vida adulta.

Calligaris (2009) menciona três situações que se tornaram típicas da adolescência, na modernidade. A primeira se refere à rebeldia, entendida como sentimentos e comportamentos reativos à imposição de uma moratória injusta; a segunda, por ser um fase idealizada por todos, quando recai sobre os jovens o dever de serem felizes; e, por último, a indeterminação desse período.

O adolescente vive a sensação de insegurança, diante todas as mudanças que lhe ocorrem, em especial, porque agora ele já não tem mais o olhar apaixonado dos pais para a criança que um dia ele foi. Vive a falta, revelada na ausência desse olhar e de sua não admissão na sociedade, enquanto adulto.

Em busca disso que foi perdido e que lhe conferia segurança, o adolescente passa a se questionar sobre o que o adulto espera dele, em busca de conquistar o amor que desapareceu junto com sua infância. Assume, dessa maneira, a função de interpretar o desejo inconsciente do adulto e acaba, por vezes, atuando aquilo que permanece reprimido no adulto. Algumas atuações passam a ser os meios de eles se sentirem independentes, desobedecendo à ordem transmitida através das palavras, mas obedecendo, pelo desejo posto em ação. O que eles transgridem são as vontades implícitas dos adultos, como ressalta Calligaris (2009). Assim, a transgressão vai-se tornando um meio de alcançar o reconhecimento, e parece tão aversiva aos nossos olhos, porque evoca nossos desejos reprimidos, aquilo que não admitimos em nossa consciência:

Eles transgridem para serem reconhecidos, e os adultos, para reconhecê-los, constroem visões da adolescência. Elas podem estar entre o sonho (afinal, o adolescente é a atuação de desejos dos adultos), o pesadelo (são desejos que estariam melhor esquecidos) e o espantinho (são desejos que talvez voltem para se vingar de quem os reprimiu). (CALLIGARIS, 2009, p.35).

Dentro dessa compreensão, os grupos vão-se tornando o lócus para a vivência dos adolescentes, onde eles encontram e trocam entre si aquilo que foi recusado pelo adulto. Os grupos oferecem o reconhecimento, sem precisar dos adultos, por isso, é transgressor na sua função, na medida em que a violação coletiva solidifica o reconhecimento de cada um que o compõe. Relembrando Freud (1921), Levisky (1995) destaca a perda da identidade individual dentro do grupo, com a consequente diminuição do senso crítico e da autonomia individual, favorecendo os mecanismos regressivos ligados à onipotência, negação e cisão.

Calligaris (2009) concebe o adolescente delinquente como um meio, pela força ou violência, de ser ouvido. A delinquência dá-se pela negação do reconhecimento dentro do pacto social, voltando-se para fora ou contra este, consistindo a sua visibilidade por meio do pacto alternativo do grupo. Tentam, por suas infrações, realizar os projetos que foram frustrados nos adultos. O erro consiste nos adolescentes pensarem que seria agradável para o adulto a encenação de seus próprios recalques.

Acreditamos em uma postura do profissional que venha a funcionar como um ego auxiliar nos processos de luto da adolescência, para que, no futuro, o adolescente tenha condições de desenvolver o seu próprio ego independente. Todavia, salientamos antes que, sem um ego auxiliar, dificilmente um ego se constitui com mecanismos internos que possibilitem ao sujeito manejar sua vida interna e, consequentemente, as suas relações com o mundo externo. Quando nos referimos a uma postura do profissional enquanto ego auxiliar não estamos propondo uma psicoterapia, mas recursos que podem ser terapêuticos para o adolescente, como os trabalhos em grupo sobre os temas que abordem os conflitos da adolescência, através de instrumentos lúdicos, como filmes, letras de músicas, dinâmicas, grupos de discussões e outras ferramentas capazes de alcançar os seus desconhecidos mundos internos. Tais trabalhos os ajudam a pensar sobre o que acontece com eles, a criar intimidade, a trocar experiências e a promover o fluxo da palavra.

Propostas como a redução da maioria denotam que a sociedade e nossos políticos pouco conhecem sobre o fenômeno da adolescência e estão a favor do Estado Neoliberal, o qual se exime de suas responsabilidades com os cidadãos, centralizando nos jovens o problema da violência. Com isso, estancam os processos para a constituição de subjetividades criativas e de caminhos para a atuação da pulsão de vida e as transformações sociais que dela

podem emergir. Não nos esqueçamos de que, para a manutenção da ordem vigente e aceitação do poder do Estado, é necessária a existência de subjetividades passivas, impossibilitadas de pensar sobre a realidade. Mantê-los passivos e sem voz opõe-se à prática que o psicólogo deve desenvolver, na sua atuação com esse público.

O contato, no trabalho com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), nos possibilita apreender algumas particularidades acerca da dinâmica psíquica e social que essa população vai constituindo. O ideal de um mundo melhor para si e para seus familiares, algumas vezes, é pensado por intermédio da ideologia do tráfico de drogas. Essa alternativa ganha forças, à medida que os adolescentes passam a ter compreensão das restrições colocadas socialmente para serem reconhecidos e como possibilidade de ascensão ou até mesmo de suprir suas necessidades básicas, tamanha a falta de esperança que ronda uma parcela da juventude de nosso país, desacostumada a pensar enquanto indivíduos com expectativas que possam vir a ser atendidas e concretizadas. Estas são quase impossíveis de ser almejadas, uma vez que, inseridos no tráfico, por exemplo, correm o risco de suas vidas serem extintas a qualquer momento. Por isso, os “difíceis ganhos fáceis” – referidos por Malaguti, em seu livro (2003), no qual versa sobre o tráfico de drogas e a juventude pobre, no Rio de Janeiro – são alternativas preferíveis aos jovens, pois elas satisfazem, de maneira imediata, suas condições de consumidores sem implicação ética ou de manutenção para sua sobrevivência. Entre o não ter nada e a possibilidade de ter algo, mesmo que seja rápido, faz com que a vida no tráfico seja sedutora para o indivíduo que se percebe precarizado. Os jovens sofrem o apelo do consumo irresponsável provocado pela mídia e, sem meios para obter os objetos de seus desejos (pois não são adultos para trabalhar e suas famílias não possuem condições financeiras), o ato infracional se torna uma das possibilidades de acesso aos objetos de consumo, consistindo em um meio de o jovem alcançar visibilidade, porque ele passa a ter aquilo que é valorizado no imaginário da sociedade em que vive.

A respeito da constituição psíquica dos jovens, o que nos preocupa é a exacerbada vivência no mundo externo da projeção de uma vida interna caótica, denotando uma defasagem do simbólico a favor das atuações, da vivência na realidade externa de seus conflitos edipianos, sexuais, de autoafirmação etc. Esse pano de fundo nos leva a refletir sobre a crise da juventude brasileira em integrar a personalidade em formação às descobertas de suas potencialidades afetivas, intelectuais, sociais e físicas, devido ao risco iminente de desintegração. Dessa maneira, podemos igualmente entender os atos violentos como um pedido de socorro diante do estado confusional, de uma angústia desestruturante vivida consciente e inconscientemente por alguns jovens.

Para Kehl (2008), os jovens são depositários de ambivalências que se revelam na crença de suas virtualidades, de seus sonhos e projetos. Por outro lado, manifestam a descrença e a falta de esperança expressas em seus impulsos destrutivos, na falta de perspectivas individuais e coletivas e nas tendências depressivas. Sofrem com a falta de sentido e consistência de suas vidas, angustiando-se com o lugar do confinamento da alegria e do prazer que a sociedade midiática lhes legaram. Ademais, a autora considera que nossos jovens padecem da escassez de linguagem para expressar suas dores e seus vazios existenciais.

O fenômeno do prolongamento da adolescência, ou seja, o que Kehl (2008) denominou *teenagização* da cultura ocidental, recai sobre a problemática da constituição de um código de referência para os adolescentes. Os pais e filhos se confundem, porque funcionam da mesma maneira, absortos em suas aventuras e no excesso de liberdade, na falta de proteção e autoridade, dificultando a demarcação da diferenciação entre as gerações. Muitos pais passam por um esvaziamento da vida adulta que desencoraja os adolescentes a se engajar numa nova etapa de suas vidas. As dificuldades sempre existiram, o mundo sempre foi ameaçador, contudo, os adultos têm-se retraído cada vez mais, por causa de nossa cultura narcisista, que nos reduz a meros consumidores, a sujeitos infantilizados e conformistas. Não é apenas a adolescência que sofre com a demarcação das gerações, mas também os adultos parecem vivenciar um estado confusional de identidade, talhados pelas incertezas e entregues aos modelos que as capas de revistas, os manuais de Psicologia e ao modo de ser que os livros de autoajuda lhes oferecem. Funcionam como crianças submissas ao Outro, este como a mídia que regula a convivência social e o modo de ser. O resultado de tudo isso é o sentimento de desamparo diante da ausência de referências de proteção e limites para a juventude.

Outro fator que atinge diretamente a adolescência é o apelo ao gozo. Muita droga, muita bebida, muitas festas, muita academia, enfim, muito tudo. Os jovens não medem esforços para alcançar os imperativos do gozo. Cremos que a questão dos atos infracionais cometidos por adolescentes também são resultante dessa condição. Discursos de alguns jovens acompanhados pelo socioeducativo revelam a prática do roubo, por exemplo, para ter dinheiro para a balada, para o “rolê”. Estamos na era do vale tudo, vale até agredir o outro para que eu possa gozar. Quando não, as atuações violentas denotam o gozar em si, pela ação de violação do outro, da sensação de onipotência de quem pratica e da visualização da impotência de quem será feito vítima.

Kehl (2008) trata do gozo e sua relação com a adolescência: O gozo, afinal, é aquilo que pede para ir sempre além dos limites do prazer – nisto consiste seu vínculo com a pulsão de

morte. O gozo ameaça a vida do corpo e a vida psíquica. A adolescência, na nossa cultura, é a idade na qual se representam as formas imaginárias do mais-gozar (KEHL, 2008, p.23).

Nesse contexto, a autora pensa a delinquência e a drogadição como um sintoma do mais-gozar ante a recusa da castração, modalidades produzidas pelo imperativo do prazer a qualquer custo, do ir além dos limites do próprio corpo e do que o psiquismo tolera.

A pulsionalidade primitiva é retomada na adolescência, e tão bem a conhecemos que chamamos corriqueiramente de rebeldia. As críticas à família são feitas nua e cruamente, assim como todas as instituições de autoridade passam por esse crivo do adolescente. É nesse momento que nos preocupamos com os excessos que podem existir, fomentados por nossa cultura a valorizar os exageros. Notamos a precariedade de lugares, espaços e causas onde a pulsionalidade do adolescente pudesse ser trabalhada, no sentido da criatividade e de seu desenvolvimento afetivo. Percebemos, também, a estagnação de suas vozes e atitudes, o vagar de muitos meninos e meninas entregues às drogas, ao alheamento de suas próprias vidas, à mudez de suas palavras, refletidos na cultura zumbi (de mortos-vivos, e não do corajoso escravo que lutou para livrar sua gente das correntes) que hipnotizou uma geração de adolescentes, nos anos 2000.

Os modelos lançados pela mídia funcionam para o adolescente como um modo de ser. Eles vão apoiando a construção de suas subjetividades em objetos vazios, incapazes de lhes oferecer alguma sustentação psíquica. Pelo contrário, desvalorizam a solidariedade em favor de prestígio social e profissional, pois é mais forte quem alcança esses *status* e pode desfilar com suas melhores roupas, carros, aparelhos de celulares. As crianças e os adolescentes crescem acreditando que, se não forem como um desses modelos, serão pessoas fracassadas. É desse modo que a pulsionalidade é utilizada, para o acirramento das concorrências e voracidades nas relações, com qualquer tipo de objeto.

A Lei simbólica, que estrutura nosso psiquismo e consequentemente a nossa pulsionalidade, também sofre desastrosas consequências, ao confundir a metáfora paterna do poder com o poder de consumo. A Lei estruturante funciona, segundo Kehl (2008), como a transmissão de uma força que sustenta um mandado universal de ordem, de proibições, de referências, as quais organizam as relações com os semelhantes. Acontece que, diante do nosso panorama atual, chamamos a atenção principalmente às denúncias de corrupções e tudo o que a mídia manipula sobre ela, vemo-nos diante da ausência de significantes que sustentem a Lei na sociedade contemporânea de uma maneira justa e de convivência ética. É uma luta injusta entre a estimulação do excesso, que irrompe em violência, e o poder desmedido contra a moral paterna.

Kehl (2008) resume muito bem essa discussão sobre a Lei simbólica, no sentido de a mesma não encontrar sustentação no imaginário social: “É o poder de consumo que sanciona a potência paterna; em contrapartida, um pai de poucos recursos, ainda que seja esforçado, sério e amoroso, fica desmoralizado perante seus filhos.” (p.43). À medida que não se instaura a castração, como consequência da Lei do Pai, o jovem passa a provocá-la de modo concreto, como nos atos infracionais.

Os jovens da periferia, em sua maioria, têm seus próprios modos de ser e de compreender o mundo; digamos que eles têm uma ideologia singular, distinta daqueles que são marginalizados. Esta é a maneira com que eles vão se identificando uns com os outros, criando valores mais autênticos e em sintonia com a realidade em que vivem. São valores diferentes da classe mais privilegiada, porém, não deixam de passar pelo consumo. “Mas como toda estética comporta uma ética, a escolha da periferia faz alguma diferença” (KEHL, 2008, p.46), os adolescentes pobres frequentam a mesma casa noturna, vestem-se, comportam-se e falam de uma maneira que vem revelar uma contracultura em relação àqueles que podem consumir. Eles têm a percepção de que estão em uma posição que dificulta o seu enfrentamento das imposições da realidade. Sentem-se como desbravadores em uma selva. Há de se ter muita esperança para disponibilizar forças para lançar-se em suas trajetórias. O problema recai sobre a questão da violência como modelo paralelo de identificação, de potência, para a existência de muitos adolescentes, principalmente quando passam a visualizar o traficante ou o bandido como sujeitos que concedem benefícios e protegem as suas comunidades. São atitudes que reforçam a identificação com a violência, com a possibilidade de visibilidade, do vir a ser para o adolescente.

Pensamos que esta tem sido uma saída para o desamparo, a solidão e a falta de expectativas que a maioria dos meninos e meninas pobres vivenciam. A contracultura criada por eles perde sua rede de sustentação em face da violência espetacularizada, de todas as instabilidades rotineiras, de todas as suas vulnerabilidades. Ganha espaço aquilo que oferece ratificação aos destinos pulsionais do sujeito. Por isso, é necessário e emergente pensar e lutar por lugares onde os adolescentes possam trabalhar sua pulsionalidade, em caminhos divergentes aos da violência. Espaços onde possam recriar suas potências de vir a ser, compartilhar a harmonia de ideias e comportamentos, de éticas que inspirem o desejo de vida, possibilitando sentido e amparo aversos à destrutividade da violência, das drogas e da alienação. Kehl (2008, p. 106) enfatiza: “A rua invade tudo com sua violência, sua sujeira, sua indignidade. O público invade o privado não pelo excesso, mas pela falta; a privacidade fica

desprotegida em função da irresponsabilidade do Estado em relação ao espaço público nos bairros pobres das grandes cidades do Brasil.”

Acreditamos no trabalho conjunto de descoberta de potencialidades daqueles que foram oprimidos e se tornaram cegos de si mesmos, para servir ao sistema enquanto mão de obra assalariada e passiva ao “[...] apelo ao gozo mortífero que se instala ali”(KEHL, 2008, p.67). Apostamos em um trabalho que ofereça recursos como meios de eles adquirirem a capacidade de simbolizar suas experiências de desamparo. A dupla, nesse caso, o adolescente e o técnico, com os conhecimentos da psicanálise, podem alcançar, por uma prática que possibilite o discurso do adolescente, fantasiar, através da razão, da consciência, como meio de elaborá-las, de reconhecê-las como parte da vida psíquica daquele que se apresenta diante de nós apenas atuando, recalcando e sofrendo as diversas consequências que o prejudicam e o tornam objeto de rejeição e punição da sociedade.

Sobre a utilização da psicanálise, Kehl afirma:

O que a psicanálise propõe não é a realização das fantasias inconscientes que representam, para um sujeito, o seu desejo. Propõe a inclusão de alguns elementos dessas fantasias sob o domínio da consciência, que Freud chamava de “razão”. Que suportemos falar delas, nos reconhecer nelas, nos responsabilizar, na medida do possível, por sua existência em nós. (KEHL, 2008, p. 153).

Este se torna um trabalho difícil, à medida que as fantasias são carregadas de afetos, e estes despejados em nós, técnicos. São os afetos vinculados às representações de violência, ódio, exclusão, abandono e faltas, que, projetados nos técnicos, os desestabilizam, fazendo-os atuar de modo a abafar esse turbilhão pulsional. Pensemos na importância de nos engajarmos junto com os adolescentes e pensar com eles sobre tudo isso que ele carrega e nos faz sentir, como uma maneira de acessarmos a sua consciência para, a partir daí, ele ter condições de se responsabilizar e reparar seus atos.

Uma grande luta? Sim. Mas o início de um vínculo de respeito, que lhes permita ser sujeitos de vozes ativas. É um começo para a grande batalha, na qual temos que estar comprometidos e bem preparados com o conhecimento e a disponibilidade de estruturar um trabalho em conjunto com aquele que é assistido, numa relação de reconhecimento e não de anulação e desconsideração, que repete a condição na qual o sistema os coloca. Ajudá-los a se reconhecer e valorizar sua própria cultura e ideais, desdenhados pelo signo do poder que o consumo concretiza, na figura do rico que ostenta, ou do menino pobre funkeiro que se tornou famoso e aderiu aos valores do consumismo, que apaga o campo social da periferia, culminando com a falta de legitimidade daqueles que poderiam se fundar enquanto sujeitos

ali. Assistimos à consequente desvalorização desse território, enquanto lugar de estabelecimento do sujeito, ficando essa condição restrita ao ato de consumir e de enriquecer.

Cabe ressaltar que o trabalho que nos propomos caminha na contramão daquilo que a mídia tenta estabelecer como o modo de ser, na sociedade. A publicidade encarrega-se de estimular os impulsos inconscientes, autorizando-os em suas atuações, sem pensar em qualquer consequência. O público jovem, certamente o alvo maior, é tomado pelos ideais, sonhos, valores e atitudes postos pela mídia como objetos imaginários de satisfação dos desejos. Assim, o psiquismo da juventude passa a funcionar de acordo com o supérfluo imposto. Vemos muitos jovens não esboçarem um futuro, porque o que importa é a satisfação imediata, ficando alheios às suas vidas, visto que é a mídia quem dita seus objetivos. O dinheiro, segundo Kehl (2008), torna obsoletas quaisquer considerações éticas.

3. JUVENTUDE E ATO INFRACIONAL

O conceito de pulsão de morte, elaborado por Freud, em 1920, faz-se necessário para pensarmos em outros elementos que contribuem para nossa reflexão sobre o envolvimento dos jovens com os atos infracionais. Para a psicanálise, a agressividade é constituinte inato da vida psíquica de todo ser humano, mas ela se torna prejudicial, quando se transforma em instrumento de destruição. Laplanche e Pontalis (2001, p.11) assim definem a agressividade: “Tendência ou conjunto de tendências que se atualizam em comportamentos reais ou fantasísticos que visam prejudicar o outro, destruí-lo, constrangê-lo, humilhá-lo, etc [...]”.

No texto *Por que a guerra?*, Freud (1933/1996b), abordando os motivos que levariam a humanidade à barbaridade dos atos de crueldade, justifica-se pela atuação do instinto destrutivo “[...] presente em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada” (p.204), constituindo-se numa maneira de preservação da própria vida, por meio da mitigação da vida alheia. Chama de instinto destrutivo a parte da pulsão de morte exteriorizada com o auxílio de órgãos especiais, como a musculatura. A atuação de tal pulsão se deve à fragilidade do ego frente a essa demanda pulsional, consistindo a sua descarga em alívio para o organismo. E afirma que não há modo de eliminar totalmente a sua atuação, entretanto, pode-se desviá-la para outros objetivos. Segundo Freud (1930/1996a), o processo civilizatório exige a inibição da expressão da pulsão agressiva e sexual, na sua finalidade.

Em seu escrito de 1933, pontuou que o caminho para amenizar a ação da pulsão de morte, enquanto agressividade, poderia se dar com a atuação de Eros (da pulsão de vida), ou seja, pelo estreitamento de laços emocionais afetivos entre os homens, citando duas maneiras pelas quais esses vínculos poderiam se desenvolver em “[...] relações semelhantes às aquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual”(p.205), assim como nas identificações. Eros, segundo Laplanche e Pontalis (2001), tem sua ação oposta à pulsão de morte, no sentido de promover a coesão, a ligação para um estado de vida mais complexo. É sobre a atuação de Eros, de vínculos amorosos, que se dá o abafamento dos impulsos destrutivos. Pensemos em nossa sociedade, no descaso com o qual lida com os indivíduos que mais necessitam de auxílio. São meses para conseguir uma consulta médica, um auxílio judiciário ou assistencial, quando se consegue. Ser pobre, para muitas pessoas, tem se resumido à difícil condição de sobreviver com a falta em qualquer ordem.

Retomemos a questão de que a pulsão de morte é um constituinte inato da personalidade: nascemos com ela, e o ambiente, primeiro na figura materna, terá a função de moldá-la, através dos primeiros cuidados dispensados ao bebê. Essas considerações nos remetem a pensar sobre a questão do desamparo, seja ele psíquico, seja físico ou social, enquanto condição favorável para a atuação da pulsão de morte, na forma de um impulso destrutivo. O histórico de vida dos adolescentes atendidos em LA nos coloca à mercê das marcas concretas do desamparo, potencializadas pela baixa condição econômica, graves conflitos familiares e a fragilidade dos vínculos entre os mesmos, como o abandono e a rejeição. Em situações como estas, o registro da falta é vivido como forte sentimento de angústia silenciado, tamponando o impulso para a vida e o investimento nesta. Dessa forma,

[c]onstata-se não só a perda de muitas vidas decorrentes de atos de violência como também os sérios impedimentos de acesso a uma condição psíquica de investir um tempo futuro por meio de metas e projetos regidos pelas forças de Eros. (REFOSCO et al., 2012, p.189).

O desamparo, inerente à condição humana e essencial à estruturação do aparelho psíquico, exige uma ação específica do adulto voltada para a satisfação da necessidade do infante: a precariedade dos cuidados, a falta do outro é o âmago da falha. Desse modo, entendemos que a alusão às marcas do desamparo, na história do sujeito psíquico, pode ser expressa em atos e no ataque destrutivo ao outro e a si mesmo.

No que concerne ainda à questão da agressividade, Winnicott (1939/2005b) tem um olhar sobre a agressão enquanto um sintoma de medo, de insegurança do sujeito que foi desprotegido. O autor enfatiza que, dentre todas as tendências humanas, a agressividade é a que implica maior dificuldade em termos de estabelecer sua origem. Ressalta a importância de compreender as fantasias inconscientes, para entendermos a agressividade e, conseqüentemente, a conduta antissocial, descartando a exclusividade da emergência da pulsão de morte como causa. Evoca o papel da destruição mágica, manifestada por meio das injúrias verbais que não se configuram como uma violência concreta, mas que ferem, na fantasia, a quem são endereçadas.

Winnicott (1939/2005b) concebe o ato agressivo como um controle através da fantasia dramatizada, em que a criança expõe seu mundo interno, assumindo ela própria o papel destrutivo e revelando a necessidade do controle por uma autoridade externa. Porém, quando existe a esperança, a vida instintiva tem outra direção, podendo o indivíduo converter seus impulsos agressivos em bem na vida real, em atitudes reparativas, por exemplo. A ausência da esperança impossibilita a sublimação e desata na destruição excessiva, a qual impede a

reparação, constituindo estes os aspectos da agressividade com que podemos deparar, em nossa rotina diária, ou seja, da dramatização da realidade interna que a criança não pode tolerar e, por ser terrível, destrutiva, não pode ser utilizada na sublimação. Logo, Winnicott (1939/2005b) é diretivo, ao se remeter à importância dos adultos, no aspecto da contenção dessa agressividade:

É tarefa de pais e professores cuidar para que as crianças nunca se vejam diante uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade. A assunção de autoridade provocada por ansiedade significa ditadura, e aqueles que tiveram a experiência de deixar as crianças controlarem seus próprios destinos sabem que o adulto tranquilo é menos cruel, enquanto autoridade, do que uma criança poderá se tornar se for sobrecarregada com responsabilidades. (WINNICOTT, 1939/2005e, p.101).

Diante de tais ressalvas, o autor conclui que toda agressão suportável que o indivíduo consegue assumir é aproveitável para o trabalho de reparação e restituição. Nesse sentido, a agressividade pode significar uma reação à frustração, mas também constitui uma das fontes de energia do indivíduo. Compreendida dessa maneira, o papel dos pais (ou do adulto que se responsabiliza pelos cuidados do infante) é de suma importância, para que a criança aprenda a dominar as excitações agressivas por vias que possibilitem atividades construtivas no ambiente familiar e social, de sorte que a mesma sinta satisfação por meio desses caminhos e não através do alívio provocado pela descarga do impulso destrutivo. O autor afirma que a mãe, ao acompanhar o filho em seu desenvolvimento, dará suporte para que ele tolere as relações com objetos não eu, fora de seu controle onipotente. Winnicott (1939/2005e) lembra que,

[...] quando existe participação adequada da mãe e boa orientação dos pais, a maioria das crianças alcança saúde e capacidade para deixar de lado o controle e a destruição mágica, e para desfrutar da agressão que nelas acompanha as gratificações e todas as relações ternas e riquezas pessoais íntimas que compõem a vida da infância” (WINNICOTT, 1939/2005e, p.110).

Winnicott considera o ambiente como fator responsável pela organização pulsional de todo ser humano. Esse ambiente, primeiramente, pode ser entendido como a mãe e os cuidados que a mesma dispõe ao seu filho ou, então, por qualquer pessoa que exerça esse papel. Em sua produção, o autor mantém um olhar especial para as instituições que abrigam crianças, orientando o trabalho por intermédio dos cuidados, autoridade e compreensão do que acontece com a criança privada dos cuidados de seus pais, as quais já estão em sofrimento, abrindo mão de práticas punitivas tão difundidas por vertentes pedagógicas e

psicológicas. Sua obra vem contribuir para a compreensão de que alguns comportamentos violentos revelam a única via de satisfação para o indivíduo, inibido na sua função simbólica para encontrar outras formas psíquicas de elaboração diante de seu contingente pulsional, causando-lhe o empobrecimento da capacidade criativa, ou seja, da falta de recursos para a elaboração de seus aspectos destrutivos, seja por meio das palavras, seja de atitudes construtivas.

Essa teoria psicanalítica, resultante da experiência do autor no trabalho com crianças institucionalizadas, dá-nos subsídio para pensar nas abordagens técnicas, no modo de olhar para o adolescente e em nossa prática com ele, para que assim possamos desenvolver uma atuação contrária à tendência do gerenciamento das ditas populações vulneráveis socialmente, conforme assinala Benelli (2014), fornecendo mão de obra e sendo protagonista da marginalidade, trabalhando como se estivéssemos atendendo a uma demanda de mercado, de alta produtividade e produtos bons, sem defeitos. Trabalhar com adolescentes autores de atos infracionais não é nada fácil: exige conhecimento e sensibilidade daqueles que se atêm a esse território, em busca de compreendê-los. Podemos deparar com um adolescente em crise, devido aos lutos mal-elaborados comuns a essa fase, ou com um jovem vítima desse explorador sistema social no qual estamos inseridos, como também receber um delinquente que sonega a autoridade paterna, ou com um menino fazendo molecagens, através das quais testa as autoridades e se lança em seus impulsos aventureiros, por ter invadido a piscina de um clube, pulado o muro da escola à noite para brincar na quadra, pegando pelo menos seis meses de LA. cremos que uma crítica ao sistema é válida, contribui para pensarmos pelo menos em melhorias assistenciais, por meio de políticas públicas, entretanto, apostamos em um trabalho com o adolescente, no qual, através de seu discurso, ele possa reconhecer-se enquanto sujeito e ultrapassar a condição de alienação pessoal e social, assumindo, dessa maneira, a responsabilidade de suas ações. Devemos, assim, pensar em vias para a promoção desse discurso, para a saída do sujeito de sua condição alheia.

Adentrando mais especificamente no terreno da delinquência, Levisky (1997) compreende-a como um movimento criativo do sujeito que tenta resgatar sua capacidade de busca, sua esperança perdida como resultado de falhas existentes nas suas primeiras relações emocionais estabelecidas. Nesse sentido, o adolescente está o tempo todo reivindicando aquilo que lhe fez falta, que lhe assegurava o seu sentimento de existência e que, de alguma forma, foi perdido, causando-lhe a experiência do desamparo.

Para muitos, haveria na cultura brasileira, igualmente, o predomínio de uma violência passiva, coercitiva dos direitos de seus cidadãos, de submissão, herança dos tempos de

colonização, reforçada pela época da ditadura militar e, atualmente, pela descrença no poder do Estado enquanto emancipador de nossos direitos, isto é, um Estado considerado corrupto, indiferente e negligente. Sobrevivemos a um clima, segundo Levisky (1997), de violência estrutural de nossa organização social e psicológica, com profunda desvalorização das relações humanas, favorecendo a liberação pulsional direta, deficiente de recursos para a sublimação. Estes nos parecem ingredientes essenciais para o fomento da pulsão de destruição e a precarização da atuação de Eros.

A família, tida como a principal responsável pela transmissão de sentido e valores aos jovens, em seu processo constitutivo moral e cognitivo, também vem passando por uma série de transformações, as quais recaem sobre seus membros, questionando suas funções diante das exigências do mundo moderno. A nosso modo de ver, são questionamentos comuns aos sujeitos da contemporaneidade que perderam suas referências fixas de autoridade que lhes conferiam segurança como um modelo de ser, na sociedade. Em face de tantas mudanças repentinas, à mercê da influência cada vez maior da mídia, na constituição do sujeito, o que as famílias têm valorizado? Quais os valores que consideram necessário transmitir aos seus filhos? Com efeito, a família tem passado por uma série de modificações em sua configuração, importantes para a compreensão daqueles que trabalham com esse público, a fim de que possamos ampliar o trabalho dentro desta nova realidade, não levando em conta apenas como saudável a família nuclear burguesa, formada pelo casal heterossexual e seus filhos. Esta tem sido a imagem de família idealizada que perpassa o imaginário social, prejudicando as famílias que divergem dessa configuração, culpabilizando-as e tornando-as alvo de preconceitos. O que importa não é a configuração familiar, mas se os membros da família conseguem exercer suas funções através dos cuidados, responsabilidade, limite, proteção e orientação.

Levisky (1997) destaca o valor fundamental das figuras parentais, na formação do adolescente contudo, reconhece a fragilidade dos mesmos em nossa sociedade:

Na família da sociedade atual, o pai simbólico, orientador, que sinaliza o eixo e os limites, e o elemento materno, continente e provedor, estão esmaecidos, confusos, ambivalentes quanto aos seus papéis e valores a serem transmitidos. A mulher à guisa de exemplo, conquistou novos espaços na sociedade, mas, em contrapartida, grandes perdas estão ocorrendo na qualidade das primeiras relações mãe-bebê e na realização da função materna. Estes fenômenos se devem, em parte, às transformações rápidas, difíceis de serem acompanhadas, característica da cultura vigente. (LEVISKY, 1997, p.25).

Prosseguindo no exame dos fatores que contribuem para a violência, na adolescência, o autor faz referência à falta de perspectiva que ronda a vida de milhares de jovens brasileiros. Seu futuro é pouco promissor, vivenciam diariamente o preconceito e as dificuldades de serem reconhecidos por uma sociedade que valoriza a aparência, o ter ao invés do ser, o consumismo e o individualismo. Também tece sua opinião sobre os abrigos de menores delinquentes, apontando-os como geradores e aprimoradores da violência. Ressalta que esse problema se agrava com a falha de diagnósticos, os quais, na sua maioria, apontam os adolescentes como psicopatas constitucionais, sem entenderem que podem ser sociopatas crônicos em decorrência dos diversos abandonos sofridos ao longo de suas vidas. Isso promove uma visão do indivíduo *mau*, de que são assim porque a sua natureza é ruim e, por isso, não compensa envidar esforços para investir nele, reforçando ainda mais a exclusão e os estigmas negativos dessa população.

Tendo em vista o nosso panorama social, Levisky (1997) entende a delinquência como uma construção social resultante da violência familiar e social; em consequência, de um sistema social organizado de maneira perversa, onde as condições socioeconômicas são desumanas, impossibilitam o cidadão de ter condições de vida justa, em que suas necessidades possam, pelo menos em parte, ser supridas.

Vale a pena recorrermos a alguns dados estatísticos, para termos uma noção do que ocorre com os jovens do Brasil. De acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013), nosso país possui uma população de adolescentes, entre 12 a 18 anos incompletos, que soma pouco mais de 20 milhões de pessoas. Menos de um em cada mil cumprem medidas socioeducativas. Dados do IBGE de 1990 demonstram que 53,5% das crianças entre 0 e 17 anos de idade, em cumprimento e que já cumpriram medidas socioeducativas, viviam em famílias com renda mensal de até meio salário mínimo. O maior número de mortes entre os jovens é constituído de vítimas do tráfico de drogas e, em segundo lugar, por acidentes de trânsito. Pesquisa exposta no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013) indica que os atos infracionais associados ao tráfico de drogas cresceram de 7,5%, em 2010, para 26%, em 2011, e que tais dados revelam que os principais motivos dos atos infracionais cometidos por adolescentes estão diretamente ligados à vulnerabilidade social a que estão expostos. No que diz respeito ao trabalho, 7 milhões e $\frac{1}{2}$ de adolescentes (entre 10 a 17 anos) trabalham com baixa remuneração. Estamos perante uma grave situação, na qual os programas atuais, dirigidos aos adolescentes, com o objetivo de inseri-los no mundo do trabalho e na escola, perdem em

termos atrativos para os lucros imediatos que o tráfico de drogas e os assaltos, por exemplo, oferecem.

Diante desses dados, podemos concluir que a maioria dos jovens que passam pelo sistema socioeducativo vivem em condições de carência de suas necessidades básicas. Como, então, poderíamos tratar de desejo, sonhos, planos para o futuro, com essa população, se nem ao menos eles conseguem se projetar no futuro, devido às privações que sofrem no presente? Se, como em muitos casos atendidos, aos 9 anos de idade crianças já entram em contato com as drogas, como meio de se alienar dessa difícil situação de carência psíquica e social, da “falta de tudo”, como bem salienta Krynski (1997), é inviável discutir soluções sobre a violência, sem antes haver uma grande reformulação psicossocial.

Cada adolescente e família são únicos e se constituem com aquilo que já lhes é próprio e com as mudanças que a cultura promove. Aproveitamos as palavras de Adorno (2002), que, ao discutir o prefácio do livro de Marin (2002), remete-nos à necessidade de

[...] pensar saídas possíveis que remetam não a mudanças estruturais, à redução das desigualdades, à constituição de formas de sociabilidade e socialidade compatíveis com a filosofia da felicidade que herdamos de nossas tradições iluministas; todavia, que acenem para a constituição de novas relações entre sujeito, história e violência. (p.12).

3.1 Quem é o Adolescente Delinquente?

A escuta psicanalítica contribui para a nossa construção acerca da compreensão sobre a trajetória dos adolescentes envolvidos com atos infracionais. Outeiral (1997) analisa essa questão com base no enfoque winnicottiano, dando relevância ao conceito de deprivação – termo este que será explorado mais à frente – na origem das tendências antissociais. De uma maneira sucinta, a deprivação pode ser concebida como a percepção da perda de algo bom que o sujeito tenha vivenciado. Estamos aludindo a uma perda, uma falta sentida no inconsciente, que foge da consciência e da compreensão do indivíduo; seria, pois, a vivência de um sofrimento que foge da percepção, mas é manifestado, por muitos adolescentes, através de seus atos. Assim, os sintomas antissociais dos delinquentes (este termo faz referência a uma deprivação psíquica, longe de qualquer acepção que venha a estigmatizar e criminalizar o adolescente) passam a ser apreendidos como sinais de esperança que orientam o indivíduo a recuperar aquilo que ele perdeu. Essa compreensão possibilita um novo viés para a teoria psicanalítica, ao enfatizar o fracasso ambiental, os fatores externos e suas consequências na estruturação psíquica. Isso não quer dizer que Winnicott desconsidere o papel das fantasias no

inconsciente; pelo contrário, relaciona-as como produtos resultantes das interações ambientais.

Dentro dessa teoria, o sujeito delinquente é aquele que estaria em busca do elemento necessário para dar continuidade ao seu desenvolvimento psíquico, inibido pela perda de seu referencial afetivo, sem o qual estaria impossibilitado de atingir a posição depressiva e todas as aquisições que dela resultam, como o sentido de responsabilidade social, por exemplo. Nesse estágio, a tendência à reparação é acentuada devido ao sentimento de culpa ocasionado pelos impulsos agressivos direcionados aos objetos. A capacidade de reparação corresponde à pulsão de vida, funcionando como meio de manter afastada a depressão. Tais aquisições levam a adaptação crescente à realidade externa e interna. Essa conquista é adquirida, se, na fase anterior, da posição esquizoparanoide, onde a relação do sujeito com o objeto ainda é parcial, o processo de internalização de bons objetos foi bem-sucedida. Tais objetos serão a base do ego e isso, conseqüentemente, facilitará o processo de integração. Se, no entanto, o ego não suportar frustrações decorrentes das falhas nesse processo, há a regressão para a posição esquizoparanoide. A passagem bem-sucedida pela posição depressiva supõe, no futuro, uma boa capacidade de o indivíduo elaborar lutos, durante a vida, uma vez que ele terá mecanismos egoicos suficientes para superar as perdas.

Em nossa experiência, pudemos ter contato com alguns jovens que nos lembravam adultos em seus modos de falar, de se comportar e de pensar, relatando momentos difíceis de suas vidas e, ao mesmo tempo, esboçando uma atitude de conformidade para com tais fatos. Acerca disso, Outeiral (1997) argumenta sobre a existência de uma pseudomaturidade, enquanto um mecanismo de defesa para proteção contra a violência que assola o corpo e a mente do sujeito, podendo vir a se estruturar em organizações tipo Falso *Self* e nas Tendências Antissociais.

A mentira e o furto estão no cerne da Tendência Antissocial. O furto vem revelar uma atuação no concreto da falta, no inconsciente, como já mencionado acima. O autor enfatiza que, quando se rouba, rouba-se aquilo a respeito de que se acha que se tem direito. Mentira e furto podem ser entendidos como sintomas resultantes dos efeitos de perdas, separações, eventos traumáticos de destruição e mortes das figuras estruturantes para o sujeito. Dessa maneira, os aspectos básicos que comportam a Tendência Antissocial são: a falha (cuidados insuficientes com o bebê ou ausência dos mesmos, deixando-o na condição de desamparo) bastante precoce da função materna; a privação e o sentimento de esperança manifestado nas atuações, como nos atos infracionais.

A organização falso *self* também se origina como resultante de cisões muito primitivas, decorrentes da falha na função materna, consolidando-se para proteger o verdadeiro *self*. Essa estruturação do indivíduo o conduz a uma adaptação social que pode ocasionar na perda da criatividade e da espontaneidade, como também pode levar, no caso dos adolescentes, a se vincular a grupos sociais ligados à transgressão, adaptando-se às regras que regem tais bandos. Para concluir, tanto as Tendências Antissociais como as organizações Falso *Self* resultam de traumas acumulativos provenientes da insuficiência daquele que exerceu a função materna, em que a função de ego auxiliar não pode, por algum fator, ser exercida, dificultando o desenvolvimento emocional da criança, sua individuação e, conseqüentemente, a separação da mãe. Outeiral (1997) deixa bem claro que a atuação, o agir, é uma maneira de comunicação do adolescente, o qual revela, ainda assim, um sinal de esperança de que alguém o resgate. Relata igualmente que os adolescentes irão buscar identificar-se com figuras que venham a representar a possibilidade de sobrevivência, podendo fazer escolhas pelo mais forte, mesmo sendo intransigente em relação à lei da sociedade. Essa colocação nos faz pensar na possibilidade de que talvez este consista em um dos fatores que contribuem para a sedução do adolescente, diante da figura do traficante, porque este pode vir a representar a força, o dinheiro, a continuidade da vida para o adolescente, frente a uma comunidade que carece de vários recursos para a sua manutenção, de sorte a vir suscitar no jovem a fantasia de uma vida melhor. Diante da realidade de muitos meninos que têm suas histórias de vida marcadas pelo abandono parental, pela falência das funções materna e paterna, restam-lhes, muitas vezes, as gangues com suas ideologias, como substitutas da família.

Melman (1992) discorre sobre a delinquência quanto ao laço social, ou seja, ao papel que a sociedade e a família determinam, na vida psíquica do homem. Ele explica que a coletividade está no lugar do grande Outro, de onde provém a mensagem para a nossa constituição subjetiva e que, dessa forma, desde os primórdios, é estabelecida uma relação de dependência entre a coletividade e a subjetividade, demonstrando que o sujeito não se constitui sem a relação com o seu semelhante. Melman (1992), ao tratar da delinquência, enfatiza a questão do acesso ao objeto, por meio do rapto e da violação e não pelo símbolo, de que tais atos têm o seu valor justamente pela condição de ser apreendido, vindo sua conotação a ser atribuída de acordo com as condições de como o mesmo foi adquirido. Pressupõe-se, por meio dessa análise, que as atitudes do sujeito delinquente são simbólicas, enquanto as estruturas sociais são reais, tendo as suas ações somente valor, enquanto uma manifestação encerrada no concreto.

Tais condutas simbólicas trazem consigo o registro da falta de acesso ao objeto fálico, que, na vertente lacaniana, diz respeito àquilo que comanda o gozo. Se não há acesso a esse objeto, sua consequência vai esbarrar na falta do registro simbólico no psiquismo. Isso orientará sua dinâmica enquanto sujeito inserido na sociedade, na medida em que as estruturas desta também serão tomadas sob o registro do real, havendo, por conseguinte, uma inversão dos registros no delinquente, o que acarreta toda uma particularidade do fenômeno, em especial, da maneira como deve ser pensado e questionado o trabalho, se possível, a ser realizado com o mesmo. Lembramos que é pela capacidade simbólica que o indivíduo pode se relacionar com o objeto, mesmo na sua ausência, não sendo necessária sua apreensão e nem sua presença.

Tendo em vista a manutenção de sua virilidade, o delinquente não poupará esforços para conseguir o acesso ao que lhe falta; pelo contrário, essa condição é que favorece a violência, pois é por ela que o objeto pode ser acessado. Assim, a delinquência passa a constituir-se como o único acesso possível à virilidade, como bem afirma Melman (1992):

[...] o ato delinquente não é o feito de um sujeito –Lacan assinala isto em seu trabalho sobre a criminologia –mas se executa em um estado crepuscular, com uma sorte de obnubilação da consciência. É como se o sujeito estivesse efetivamente ausente de seu ato, como se somente após sua execução o dito sujeito pudesse encontrar um momento de respiração, um momento de “existência” ligado à posse e à contemplação do objeto, na medida em que ele enfim o possui, mas sem que esta posse seja jamais satisfatória. Em outras palavras, o ato sempre terá sido apenas parcial, o que vai levá-lo inelutavelmente a recomeçar, porém aumentando o lance, logo, o risco. (MELMAN, 1992, p.45).

O trecho transcrito acima nos permite questionar os trabalhos desenvolvidos pelas equipes socioeducativas fundamentadas apenas em ações sobre a educação e a inserção do adolescente no mundo do trabalho. A nosso ver, a psicanálise vem contribuir como uma ferramenta de alicerce para a socioeducação, uma vez que ela oferece a possibilidade de uma abordagem do inconsciente, não como a análise feita dentro de um *setting*, mas como teoria que viabiliza a construção do trabalho da dupla (psicólogo e adolescente), na compreensão da dinâmica psíquica do ato infracional, pois, como assinala o autor, na citação referida, o ato infracional se insere como uma ação do sujeito do inconsciente.

Melman (1992) indaga acerca da possibilidade de situar o sujeito delinquente, mediante a falha existente em sua constituição na introdução à ordem simbólica. Essa questão implica a relação que o mesmo mantém com a função do Nome-do-Pai, com a qual ele se coloca numa posição onde não possa ser reconhecido, não se valendo de sua filiação, portanto, como um desfiliado – desfiliado no registro simbólico e no concreto; ante as difíceis condições da

juventude brasileira, cremos este ser um palco ideal para a propensão dos atos delinquentiais em busca de se inscreverem em algum caminho onde possam encontrar e fazer uso de alguma autoridade, mesmo que seja a judicial.

Um funcionamento mental não regido por símbolos, mas pela presença no real faz com que tais jovens procurem a autoridade nas figuras concretas, valendo-se somente destas enquanto presentes. Por isso, o investimento transferencial das instâncias educativas, policiais, judiciais, dentre outras, que se ocupam desse público específico, ser carregado de toda ambivalência inerente à relação que a criança mantém com a figura paterna. Diante dessas instituições, o adolescente delinquente mantém o processo de denegação – pois esta é sua posição frente à lei – assim como Melman (1992) ressalta, a confissão corresponderia ao desaparecimento do sujeito. Lidar com a verdade seria o caminho para a supressão do sujeito, vindo a denegação a exercer o papel de preservação da subjetividade. Por outro lado, o autor compreende que o contar mais do que aconteceu é um fazer desaparecer-se na subjetividade, atribuindo ao grande Outro o conhecimento e o seu saber.

Indo mais adiante nas ideias desenvolvidas pelo autor, este observa que a relação do delinquente com o grande Outro é permeada pela denegação e pelas *hiperconfissões*– esse termo é utilizado para enfatizar os episódios hiperbólicos relatados pelo delinquente e que não mantêm relação com a realidade. Consiste em um jogo com o saber do grande Outro, capaz de privá-lo deste, por meio da denegação. Essa amputação é vivida pelo sujeito delinquente como uma falta com respeito ao grande Outro, não encontrando asilo e lugar diante deste. Fica a cargo do sujeito restituir a integralidade do saber, através de seus relatos exagerados. É o jogo que se trava com o grande Outro, este, muitas vezes, personificado na figura do psicólogo que faz parte do sistema socioeducativo, de esconde-esconde onde o sujeito vai escolher a hora de aparecer, contudo, fantasiado, mascarado, nunca na sua figura verdadeira.

Melman (1992) explica que o encarceramento funciona como uma pena real, não tem ação no simbólico e, enquanto aprisionados, muitos delinquentes se realizam enquanto sujeitos, na medida em que são apreendidos pelo Outro, na realidade. Os sintomas fóbicos, como as crises de ansiedade e até mesmo as tentativas de suicídio, as quais muitos adolescentes manifestam, diante dessa situação, vêm confirmar que agora eles não têm mais o que esconder, nem como se evadir e o que ceder ao Outro, “[...] para acalmar sua angústia e entrar na ordem” (p.49), pois esse Outro agora o consome com o seu saber. Podemos nos questionar se muitos delinquentes não cometem novos atos infracionais como uma maneira de serem apreendidos, tornando essa atitude repetitiva um meio de alcançar o Outro, pelas vias do real. Melman (1992) questiona se medidas como o enclausuramento não serviriam senão

para o processo de validação da delinquência, enquanto encontro com o grande Outro, por intermédio dos mecanismos repressivos do sistema penal. E isso nos faz pensar se essa maneira de lidar com os adolescentes não vem colaborar para o incremento da delinquência.

Ao assinalar a causa da delinquência, na falta de reconhecimento simbólico do Nome-do-pai, Melman (1992) se debruça sobre nossas estruturas sociais, na medida em que as mesmas têm-se valido muito mais pela força do que por um consenso geral, ao qual atribuiria o seu valor simbólico, no sentido de considerá-las, por sua atuação, em melhores condições de vida e respeito a todos. Assistimos ao declínio do Nome-do-pai não somente nas famílias, mas também nas instituições que organizam a nossa sociedade, de sorte a esboçar um estado de delinquência generalizado, através de suas ações violentas e de desrespeito, que cooperam para a descrença e ódio sobre elas. Uma sociedade que valoriza o objeto pelo seu preço e este atribui o caráter vital ao homem, de tal modo que o caráter simbólico é sucumbido pela materialidade, propicia um funcionamento psíquico que funcione pelas vias do concreto em defasagem do simbólico.

O autor também se lança sobre a discussão da relação que o delinquente mantém com o objeto. Seu ato nos ajuda a compreender que sua intenção é anular o terceiro. O pai real é negado pela ação delinquente que o reduz à impotência, à fragilidade de que ele nada pode fazer para impedir o ato infracional. Segundo Melman (1992), essa conjuntura vem denunciar o caráter incestuoso da delinquência, ao anular o terceiro responsável pela castração e pela instauração da ordem do simbólico.

A mídia tem sempre o hábito de caracterizar o delinquente como aquele que não sente culpa diante de seus atos cometidos. E não o sente, antes mesmo, porque lhe ocorre que tenham faltado ao dever com ele, de sorte que assim não faz mais do que tomar aquilo que lhe foi negligenciado e que é de seu direito. Melman (1992) explica: “Alguma coisa no dever com relação a ele não foi cumprida e sua ação não faz senão responder a esta falta, esta omissão do Outro” (p.53). Essa falta que será cobrada das instituições sociais.

A discussão em torno da questão da irresponsabilidade do sujeito é irrelevante, na medida em que o delinquente se esforça para fazer-se sujeito, para sua constituição e filiação, antes mesmo da fundação da alteridade, por isso, pouco importa o que está fazendo para o outro, se isso colabora para sua fundação enquanto sujeito, e é desse modo que podemos compreender seus atos como simbólicos. Quais outras maneiras, levando em conta o fenômeno da delinquência, poderiam contribuir para o alcance do Nome-do-Pai, por parte dos adolescentes? A exclusão social, o estigma sobre os adolescentes e os maus tratos para com os mesmos só vêm a ajudar no processo de desfiliação e de rejeição dos mesmos da ordem das

gerações. A internalização da lei, a qual insere o sujeito na cultura, é resultado da elaboração do complexo de Édipo, da renúncia do sujeito ao amor materno, mediante a fantasia da ameaça de castração. Quando tudo corre bem, o sujeito é capaz de identificar-se com o pai e reconhecer a interdição que vem dele. Pelegrino (1983) afirma que, para a lei ser instaurada, ela deve ser temida, no entanto, apenas o temor não coopera para sua potência, mas para uma relação perversa do sujeito com a lei, o que o autor denomina como “lei do cão” (p.198).

Quando se tem contato com a população de jovens atendidos pelos equipamentos socioeducativos, é possível se ter uma dimensão da relação *perversa* que o sujeito mantém com a lei. Lembramos um adolescente que, desde sua entrevista inicial, falava da ambivalência da figura do pai, extremamente agressivo e religioso. O jovem relatava que o genitor “cobria ele e os irmãos de pancadas”, quando estes o desobedeciam, obrigava-os a ir à igreja e, se não estivessem de calça, o espancamento seria certo. Durante os atendimentos em pleno inverno rigoroso, o adolescente vinha de *shorts* e, às vezes, sem blusa de frio. O jovem, quando questionado sobre passar frio, sempre dizia que estava “de boa” e que não usava calça, a não ser para ir “tipo, no casamento do meu irmão”, ou seja, na igreja. Levado à consciência do jovem que tal fato poderia ser decorrente da relação que tinha com o pai, o jovem reagiu com uma forte gargalhada e uma crise de tosse, tendo que sair para beber água. Outro ponto interessante, na dinâmica desse adolescente, era a relação que mantinha com a polícia, tida para ele como “os vermes”. Esta era para o garoto o “lixo do lixo”, tinha raiva, revolta e vontade de se vingar das vezes nas quais fora pego e espancado por alguns policiais. Não tinha medo e, a nosso ver, “provocava”, dirigindo carro sem carteira de motorista e fazendo tatuagens que denunciavam sua posição de inimigo dos policiais. Provocações, raiva, desrespeito, esta era a relação desse menino com a lei, internalizada a duras penas, mediante a subordinação e imposições, desprovida de respeito e tolerância, ingredientes indispensáveis para o estabelecimento de uma relação positiva e respeitosa com a lei.

Assinala Pelegrino (1983):

A autêntica aceitação do interdito do incesto, de modo a torná-lo o nódulo crucial capaz de estruturar uma identificação posterior com os ideais da cultura, só é possível na medida em que a criança seja amada e respeitada como pessoa, na sua peculiaridade, pelo pai e, antes dele, pela mãe. (PELEGRINO, 1983, p.198).

A perpetuação de condutas hostis, incompreensivas, como modo de lidar com o adolescente em conflito com a lei, vem confirmar o quanto ele não tem lugar e espaço na sociedade, a não ser enquanto “marginal”. Uma vez tendo contato com a polícia ou passado pelo sistema de privação de liberdade, qualquer conduta que poderia ser considerada

“peraltice ou molequice” passa a ser olhada e tratada como bandidagem, delinquência, vagabundice – ou lhe dão um belo diagnóstico e ele passa, assim, a ser um doente, um portador de transtorno mental. Se a filiação lhe é negada, um diagnóstico lhe possibilita a existência diante de alguma outra ordem.

A relação com a lei, com as normas sociais, é resultante da elaboração do complexo de Édipo, em que a renúncia dos desejos incestuosos e parricidas vão permitir ao sujeito a estruturação do desejo, no intercâmbio social, na ordem da cultura na qual o ser humano está inserido. Conforme Pelegrino (1983), o Édipo é a Lei do desejo, de um desejo regido por Eros e, portanto, pode corresponder a um desejo da Lei que contribui para o processo civilizatório de humanização do homem. O que podemos entender disso é que, numa resultante saudável do complexo de Édipo, onde a Lei foi capaz de acolher e pôr limites à criança, até então submetida ao discurso dos pais e, conseqüentemente, aos desejos dos mesmos, a Lei o retira dessa posição para a de edificação de si próprio enquanto sujeito portador de seu próprio desejo. Um desejo, como frisado anteriormente, conjugado a Eros a serviço da vida. Ora, vimos que, desde o início de nossas vidas, é necessário o investimento libidinal de alguém sobre nós, para que a nossa pulsão de vida possa emergir e assim consigamos investir em outros objetos fora da tríade (mãe, pai e filho). Porém, não é somente isso que determina a socialização do homem, contudo, o social deve ser capaz de supri-lo em algumas de suas necessidades, para que possa abrir mão de sua condição infantil. O que a nossa sociedade pode oferecer, em um momento de reedição edípica, que é a adolescência, para que os sujeitos tenham condições de fazer as suas renúncias pulsionais, agressivas e eróticas, a favor da civilização? Desvalorização, preconceitos, esvaziamento da subjetividade a serviço do consumo desenfreado não são elementos consistentes para uma permuta justa entre a libido e seus meios de satisfação. É uma via de mão dupla, onde a criança e, mais tarde, o adolescente, “perde, mas também ganha”. Recebe, em troca de suas renúncias, o acesso à ordem do simbólico e tudo o que, segundo Pelegrino (1983), permita a ela se desenvolver nos planos intrapsíquico e social, abdicando da onipotência de seu desejo e do princípio de prazer, para adequar-se ao princípio de realidade. Somente sob essas condições de “renúncia e ganho” é que o sujeito adquire respeito ao pacto e se identifica aos ideais e valores da cultura à qual pertence.

Pelegrino (1983) sublinha a questão de que a manutenção do pacto social implica direitos e deveres. Gostaríamos de ressaltar os direitos, s tão negligenciados às camadas mais pobres de países como o nosso. Como é possível para os jovens pobres abdicarem dos ganhos que o tráfico lhes possibilita, objetivos e subjetivos, se, na escola, sua dificuldade escolar é

tida como um transtorno e os coloca nos destinos do analfabetismo, se o mercado de trabalho os exclui por residir em bairros pobres, reconhecidos pela violência? Este último tem sido perverso com a faixa etária dos jovens brasileiros, visto que oferecem a estes salários baixos, más condições de trabalho e posições subalternas, dentro das organizações. É como se aos jovens pobres o começar de baixo fosse uma regra, regra esta, muitas vezes, intransponível.

Esta reflexão sobre o trabalho nos coloca diante da dificuldade de realizar a inserção do adolescente no mundo do trabalho formal. Fica difícil para o jovem confirmar sua renúncia pulsional, através de posições que reafirmam sua submissão na ordem social, o seu não reconhecimento e desvalorização, por meio de baixos salários e exaustivas horas de trabalho. Se trabalha, não estuda, se estuda, não trabalha e não tem dinheiro, se não tem dinheiro, não consome e não é reconhecido. O que lhes resta? Uma das opções pode ser a ordem paralela à instituída, ou seja, o tráfico, o roubo, as propinas etc. O trabalho, assim colocado, não oferece condições para que o jovem se mantenha vinculado a ele, pois não se configura uma estrutura que respeite os direitos dos jovens. Não há um retorno que permita condições necessárias para a preservação da integridade física e psíquica do sujeito. Para deixar mais claro, façamos uso das palavras do autor:

Ofereço à sociedade minha competência e minha renúncia ao princípio do prazer, sob forma de meu trabalho. Esta oferta me foi exigida pela própria sociedade, para que eu fosse aceito como sócio dela. Em nome do exercício do meu trabalho, tenho o direito sagrado de receber o mínimo indispensável à preservação de minha integridade física e psíquica. (PELEGRINO, 1983, p. 202).

Desse modo, o que vem a conferir legitimidade ao pacto social é sua característica de ser uma via de mão dupla – renúncia em troca de alguma compensação – quando essa dinâmica não configura o rompimento, torna-se iminente e suas consequências graves. No caso brasileiro, como menciona Pelegrino (1983), essa ruptura pode se dar no nível do inconsciente, onde o sujeito não rompe somente com o trabalho, mas com todos os outros vínculos da ordem da cultura. Lesando o pacto edípico, destrói-se o mundo interno outrora sustentado pelo significante paterno. O que antes sustentava os impulsos parricidas, pré-edípicos, incestuosos, homicidas, por meio do Nome-do-pai, é rompido, o que possibilita a avalanche do retorno do recaiado, através das atitudes delinquentes e antissociais. Assim, podemos entender que o autor considera a delinquência como o retorno daqueles impulsos recaiados, mediante o estabelecimento do significante paterno, e mais, tão crescente no caso brasileiro, como ele mesmo chega a mencionar, como “[...] surto de violência, decorrente da exploração capitalista desonesta e humilhante que se espalha [...] à custa da miséria do povo”

(p.203) em favor do capital, concentrador de riquezas, excludente e marginalizante, que reduz o sujeito pobre à mera condição de força de trabalho.

Sob tais condições de sobrevivência, segundo Pelegrino (1983), não há razão para o pobre manter o pacto social com uma sociedade desleal, corrupta, que o “[...] reduz à condição de detrito” (p. 204). Não encontrando uma bandeira revolucionária que o auxilie nessa mudança social, ou pelo menos que sustente a esperança em algo melhor, ele rompe com a Lei da Cultura, vindo a se concretizar um palco perfeito para o derramamento do contingente de ódio e impulsos primitivos, até então recalcados, por meio de atos violentos, como o estupro, o sequestro e outras barbáries. Pelegrino (1983) ressalta que a assustadora violência brasileira é uma resposta à perversa delinquência à qual o sistema capitalista nos submete e que a mudança somente pode se dar através da politização e organização da massa para lutar por mudanças em nossa estrutura social. O autor, no seu íntimo de indignação, vai além, ao salientar que é menos perversa a delinquência dos oprimidos, que é contra a Lei, fora desta, do que a delinquência dos que estão no poder, institucionalizando a corrupção, a especulação, a desnacionalização, em nome da lei.

Ainda discorrendo sobre a delinquência no universo da psicanálise, Rassial (1999) enfatiza o fato de essa patologia ser do sujeito e da sociedade, específica e bastante frequente na adolescência. Suas explicações sobre a etimologia do termo *de-linquere* – *linquere* é deixar algo, ou alguém, no seu lugar, enquanto o *de* marca a separação, o destacamento (p.55) – refletem que, nesse sentido, o delinquente pode ser pensado como aquele que é contra o naturalismo próprio das coisas, aquele que se desaloja do seu lugar e do lugar que a sociedade lhe atribui. Ele se comporta à revelia do que se espera, da previsão de algo, o que faz com que os que trabalhem com esse tipo de sujeitos percam as esperanças, como bem assinala o autor, de querer lhes dar um bom lugar. Essa condição do vulgo fora da lei nos faz pensar em alguns casos de adolescentes que cumprem a medida de LA, dentro do que o SINASE (BRASIL, 2012) teoriza, inserindo-se no mundo do trabalho, comparecendo aos atendimentos semanais, matriculando-se na escola e, a menos de um mês de fechar a medida, se envolvem em outro ato infracional. O que esse sujeito vem nos ensinar? Temos refletido sobre o quanto o social influencia na condição do delinquir, de arriscar-se para manter-se sujeito dentro de um sistema que oprime os desfavorecidos. Entretanto, o caráter estrutural da patologia deve ser levado em consideração, sobretudo para pensarmos no trabalho técnico e nas políticas públicas que amparam as diretrizes para o funcionamento da socioeducação.

Trabalhamos com uma complexidade refletida nos adolescentes, entre não serem crianças e nem adultos, entre terem direitos civis de amparo que os colocam em uma posição

infantil, e ora de adultos responsáveis em eleger um candidato que os represente. É uma ambivalência vivenciada no concreto entre ser “de menor e ser de maior”, termos não mais utilizados oficialmente, mas presentes no imaginário dos adolescentes e dos que lidam com eles. Ter 18 anos, para muitos meninos e meninas, é ter condições de conseguir a carteira de motorista, de trabalhar com carteira assinada, de pensar em uma profissão, de mudar de vida. Essas expectativas são mais válidas para os adolescentes de classe média. Somos surpreendidos por alguns jovens que não manifestam sequer alguma expectativa em relação aos seu futuro. Suas falas parecem estar baseadas numa vida precária de condições financeiras e afetivas, de falta de esperança e de estímulo a viver o agora, mesmo que isso lhes custe responder judicialmente. Será mesmo que isso é um custo? O custo nos parece muito mais a história de repetições das privações necessárias para o sujeito se constituir enquanto cidadão reconhecido de direitos e em seu estatuto de filho perante a Lei-do-Pai.

Estar trabalhando com esses jovens, na condição de estarem em conflito com a lei (e nos perguntamos: qual lei, a lei que privilegia os que têm melhores condições financeiras e submete os menos favorecidos?), é mergulhar, também, nos conflitos da adolescência. Quantos atos acontecem após a morte de um de seus pais, diante de uma dinâmica familiar perversa, de machismo excessivo, de violência à mulher, de negligência dos papéis paternos etc. Não estamos querendo, com o nosso discurso, minimizar a situação do problema, pelo contrário, estamos evocando tais questões, para discutirmos a complexidade dos casos, para pensarmos na seriedade de ouvirmos os jovens e suas famílias e realizar um trabalho ético para com o que se apresenta diante de nós, e não simplesmente seguirmos diretrizes que iludam um contingente de pessoas de que vão ter uma vida melhor. Como podemos inserir um adolescente na escola, se ele nos vem com um histórico de reprovações, estigmatizado como mau aluno? Como incentivá-lo a trabalhar, a se relacionar com o mundo adulto, se os adultos que lhe serviram como referência os oprimiram, não lhe deram o direito de perguntar, de existir de forma legítima enquanto pessoa que sente, tem vontades e dúvidas? Ficamos ali, esperando e preparando-o para ser adulto que trabalhe e dê conta de sua vida, sem ao menos nos questionarmos se, na verdade, o que queriam era namorar, jogar futebol, ter uma adolescência como as de propagandas de TV. Esse é privilégio para poucos. Tais apontamentos são, principalmente, para pensarmos na atuação de psicólogos que trabalham no sistema socioeducativo. Que papel temos desempenhado? Aquele que espera a normatização do sujeito, a docilidade de seus corpos?

Rassial (1999) nos adverte sobre a constituição de um discurso reeducativo, no trabalho com os adolescentes, em especial, com os delinquentes. O espaço da LA está inserido

nos locais que o autor denomina como “fora da cura”, aqueles onde há a possibilidade, pensamos nós, de o psicólogo, que atua na assistência social e tem como ferramenta a psicanálise, abrir a possibilidade de o adolescente em conflito com a lei

[...] compartilhar alienações banais e comuns, não acentuando o recalque para suprimir o sintoma, mas usando este sintoma na intervenção possível de um discurso onde seu desejo não seja mais fechado por passagens ao ato, sempre decepcionantes em seus efeitos, quando não dramáticas. (RASSIAL, 1999, p.83).

Torna-se um trabalho desafiante, uma vez que o adolescente possa interpretar e sentir aquele espaço como um confessionário, fantasiando que a equipe técnica possa utilizar seu discurso contra ele, como também possa estar ali apenas para “assinar a folha de presença”, sem expectativa alguma para repensar sua condição. Por isso, pensamos que a psicanálise possa vir a se revelar como um operador clínico, de auxílio no trabalho com adolescentes, visto que esta enfatiza os aspectos inconscientes do psiquismo, para a criação de um lugar onde possa desenvolver o pensamento, no sentido bioniano, de poder pensar as emoções mais primitivas e que atuam na vida do sujeito, fornecendo-lhe um espaço de conhecimento a respeito de sua história.

É uma aposta no encontro, no vínculo formado pela dupla adolescente-psicólogo, discurso-escuta, de recolocar e partilhar, compartilhar uma história com suas críticas à objetividade e subjetividade, como afirma Rassial (1999), que o leve a encontrar um pouco de saber sobre sua condição de sujeito desejante – pensamos no desejo como a aproximação das vivências de satisfação, criado mediante um estado de tensão interna, no qual a satisfação resulta na formação do desejo (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). Daí a necessidade de nos afastarmos de qualquer postura opressora e nos aproximarmos de uma postura continente, de sorte a suportarmos junto ao adolescente a desconstrução dos discursos cotidianos e alienantes que venham a colaborar, de alguma forma, para a intensificação de seus sintomas. Uma postura que os ajude a pensar sobre a responsabilidade que eles têm sobre seus atos, e estes, sobre suas vidas.

Nesse sentido, Rassial (1999) ressalta que a nossa orientação a respeito da delinquência deve ir além das explicações que se detêm na deficiência da função paterna, não desconsiderando seu mérito, ampliando para a questão da tentativa de o adolescente inventar um outro espaço, um lugar enquanto sujeito, enfatizando muito mais a ordem simbólica em que se dão os atos infracionais do que as relações com os objetos. Por isso, quando o adolescente confessa que roubou ou traficou por dinheiro, podemos pensar que significado tem o ato de roubar, em que circunstâncias o mesmo se deu, dentro da dinâmica da vida do

jovem, que espaço e meio é este que ele está escolhendo e o que isso tem permitido a ele enquanto sujeito. Não esqueçamos que o delinquente está negando, sempre, o lugar que é lhe dado simbolicamente dentro da família: ele se nega a essa alienação e busca outros caminhos pelos quais ele poderia circular enquanto sujeito, por vias menos perigosas.

Outra reflexão que se faz necessária para aqueles que trabalham na assistência social com os adolescentes, quer delinquentes, quer não, é não cair na dupla armadilha de confirmar a eles sua posição de vítima das injustiças sociais e de negar a manifestação intempestiva de seus desejos a favor de uma postura educativa. Esses modelos de atuações, em especial o último citado, são responsáveis, em grande parte dos casos, por iniciar o adolescente e a sua família nos caminhos da patologização e medicalização da subjetividade. Desse modo, dá-se um novo estatuto ao adolescente, e não outros caminhos.

A condição de a adolescência inexistir na organização social, pois se reconhece a criança e o adulto legalmente, mas o jovem permanece durante anos significativos de sua vida na ambivalência, na oscilação entre funcionar, ora por processos primários, ora pelos processos secundários, propicia ao adolescente que o mesmo denuncie a ausência dos fundamentos das regras da vida em sociedade, na qual o confronto com a lei possa revelar a sua fragilidade simbólica e o restabelecimento, por meio desta, da condição de se ter um mestre a quem possa ser obediente.

Fragilidade da figura paterna, ciúmes diante o nascimento de um irmão, mudança da percepção em relação aos pais, término de um namoro, morte de uma pessoa querida e de referência, dentre outros motivos, aparecem como situações disparadoras das condutas antissociais e devem ser tratadas com atenção, já que aquilo que, num dado momento, se manifesta como uma simples reação confusional da adolescência, em função da não elaboração, por falha simbólica ou por se constituírem como situações traumáticas que necessitam de tempo e apoio, pode tornar-se repetições na vida de muitos jovens, ocasionando consequências devastadoras para sua constituição egoica e nas suas relações com a sociedade.

Rassial (1999) comenta a hipótese da presença de um questionamento precoce acerca da figura paterna, no delinquente. Este, afirma o autor, está longe de desconhecer a função do pai, mas sua operação é de interrogá-la e dissociar o pai, nas suas três dimensões – do real, do simbólico e do imaginário –, projetando-as em várias figuras e instâncias dispersas, sobretudo quando o pai apresenta uma falha particular em qualquer uma dessas ordens. Reafirmamos que esta é uma condição que marca a adolescência, porém, o que vem caracterizar a delinquência é a precocidade e a necessidade desse questionamento. É nesse momento que ele põe em xeque a força, a vitalidade, o poder e as verdades sobre as figuras parentais, porque

não nos esqueçamos de que será sobre tais aspectos que o adolescente irá firmar sua identidade. Fica difícil para um jovem estruturar-se através de figuras que o social desvaloriza, como o pobre, o alcoolista, o doente mental, o desempregado, atributos estes que justificam o assassinato do pai simbólico. Perante essa realidade, “[...] o melhor serviço a prestar a um jovem delinquente é permitir-lhe revalorizar o pai e o grupo familiar e não ratificar uma suposta culpabilidade dos pais” (RASSIAL, 1999, p.69), remetendo o discurso do mestre ao seu lugar, ao invés de arrumar um novo mestre, por substituições tão em moda em nossa sociedade, ou um cúmplice histórico. O autor acrescenta que o adolescente delinquente descobriu que, na sociedade, não existe apenas um lugar estável que garanta segurança ao indivíduo; pelo contrário, ele é um transeunte que circula entre os diferentes e contraditórios discursos.

O adolescente contesta o poder dos pais, quando descobre que os mesmos estão submetidos a uma ordem maior, deixando estes de serem os heróis de sua infância, percebem suas limitações e que, de alguma maneira, eles estão submetidos ao Outro. Os jovens identificam que somos sujeitos da falta, a qual pode ser revelada no privativo de nossas relações familiares, como também precisa se lançar na vida pública, por uma via que questiona seus desejos. São descobertas por si só que revelam nossa fragilidade, nossa dependência e angústias, pois, como assegura Rassial (1999, p. 79), o delinquente faz a experiência de um fracasso necessário. Ou seja, ele não joga o jogo das determinações dos discursos no laço social, pelo contrário, ele o revela e o contraria. Busca um outro mestre para que o mantenha enquanto sujeito, frente à derrocada da idealização das figuras paterna e materna, como também um novo discurso do mestre, para fundação de sua postura subjetiva, de que podem surgir os atos criativos ou os atos infracionais, dependendo de quem vai tomar a posição do Outro, na vida do adolescente.

Os conceitos de criatividade e sublimação, forjados na psicanálise, foram pensados enquanto possibilidades do sujeito, mediante sua experiência cultural, incidindo sobre o campo da pulsionalidade e seus destinos, pela relação do homem com a cultura.

Birman (2008) afirma que tais conceitos divergem em diferentes pontos, entretanto, procuram solucionar a mesma problemática, já citada, da inscrição do sujeito na cultura. A princípio, Freud procurou, com o conceito de sublimação, interpretar os diferentes registros da cultura, como a religião, a ciência, a arte e a filosofia, mas também, como sustenta Birman (2008), respaldar a criatividade psíquica. Este último aspecto é o que mais nos interessa, para discutirmos sobre o viver criativo, enquanto saúde psíquica correspondendo à capacidade do sujeito de amar, trabalhar, ser criativo e brincar.

A criatividade foi pensada por Winnicott dentro da concepção de transicionalidade, esta entendida como um território existente entre a realidade interna e a realidade externa. De acordo com Birman (2008), o espaço transicional constitui-se como a matriz da experiência cultural de qualquer ordem, seja esta científica, seja filosófica, estética ou religiosa. O espaço transicional é composto de objetos transicionais, os quais se configuram como a primeira possessão do bebê da ordem do registro não-eu, que, pela experiência, se mantém como algo concreto, oferecendo a sensação de constante existência e permanência, permitindo a constituição no registro da atividade. O primordial dessa descoberta diz respeito à maneira de como o infante experimenta a relação de uso de objeto e os efeitos dessa ação sobre o seu psiquismo. Retomando Winnicott (1975/2000d), Birman (2008) destaca que o infante constrói a ilusão de que teria criado o objeto, em sua atualidade, e que este não existiria na sua independência, como algo em si mesmo. Por isso, a experiência que se caracteriza é a da atividade, oposta à passividade, da relação do criador e o que fora criado.

Podemos compreender que é no espaço da transicionalidade que se constitui a criatividade, com a intersecção entre os espaços da realidade interna e externa do sujeito, nos quais os aspectos de ambas permitem a construção de um novo espaço. Birman (2008) concebe que

[...] esta experiência é a condição de possibilidade para que a potência do ser se constitua de forma progressiva no bebê, ou seja, a permanência do objeto em sua densidade e pregnância, mesmo que forjado ilusoriamente pelo infante, dá a este, pela criação que é capaz de engendrar, a certeza efetiva de ser. (BIRMAN, 2008, p.15).

Parte fundamental desse processo ocorre pela existência e presença da *mãe suficientemente boa*, estando à disposição do infante, a qual catalisaria neste a capacidade imaginativa de iludir-se quanto à potência de inventar algo ou desenvolver a condição de ser e existir, mediante os processos de separação e desilusão, provenientes da separação do corpo materno, podendo constituir-se como algo autônomo. A resultante desse processo, quando tudo corre bem, seria a ordenação de um verdadeiro *self*, pelo qual o sujeito sente a certeza de existir, devido a sua continuidade no tempo e sua inscrição no espaço, delineando o pano de fundo para a criatividade psíquica. Caso contrário, o indivíduo se forma marcado pela insegurança ontológica (WINNICOTT, 1975).

Nesse estado, o psiquismo se constitui em termos da dissociação, “[...] razão pela qual a fragmentação dominaria o campo psíquico, em que, para evitar a emergência da dor psíquica, cada uma das parcelas fragmentadas não estabelece liames com as demais.” (BIRMAN, 2008, p.17). O psiquismo torna-se empobrecido, quando é regido por esse

mecanismo da dissociação, observando-se a estruturação de um falso *self* conduzido pelo fantasiar, tornando-o um modo de ser, como também a descontinuidade do ser, porque existe o alheamento em relação ao mundo e ao outro. O psiquismo fica impedido de sonhar e brincar, segundo Winnicott (1975), inibindo o laço com a vida e a criatividade. Esse comprometimento seria resultante da falha na vivência da experiência transicional, vinculada à figura materna, que não conseguiu estabelecer uma verdadeira sintonia com o bebê, falhando no atendimento às suas demandas, deixando de satisfazer suas necessidades primárias. Nesses termos, Winnicott (1975) situa o registro do autoerotismo como condição para que a experiência, na área intermediária, se desdobre em potencialidades para o sujeito. O prazer no próprio corpo, este erogeneizado pela mãe, confere ao bebê o sentimento de segurança, sendo possível a ele se arriscar nos espaços não eu. O que conta não é o objeto em si, mas o uso que o bebê faz dele, ofertando, assim, a base para o simbolismo mediante a separação.

Notamos que a criatividade seria resultante do processo de individuação do bebê, nos rumos de sua independência, sendo necessária a criatividade como maneira de enfrentar, de forma ativa, esse processo de separação, diferentemente do conceito de sublimação, que implica a criação de um novo objeto, para a satisfação da pulsão em decorrência da perda. Esse mecanismo representa ainda uma saída para o sujeito, por seu registro na cultura. A sublimação é um dos destinos da pulsão e consiste no direcionamento das forças pulsionais sexuais para um alvo não sexual, transformando-se em energia para a realização de atividades socialmente valorizadas. Como afirma Mendes (2011), na sublimação, o sujeito tem que realizar o luto pelo objeto idealizado. E acrescenta:

Na sublimação há uma modificação tanto da meta quanto do objeto. Na modificação da meta está a dessexualização. Mas o que muda na meta pulsional é a descarga, que não é direta, e assim pode satisfazer-se com outros objetos, ainda que o móvel seja a sexualidade. (MENDES, 2011, p.60).

Em sua argumentação da sublimação, o autor remete a Castel (1998), que considera o desejo enquanto impulso para as criações, de sorte que a sublimação consistiria na capacidade de o sujeito alterar a realidade, sem desconsiderar a castração e, ao mesmo tempo, o desejo. Com o desenvolvimento do conceito de pulsão de morte, na obra de Freud, a sublimação passou a ser concebida como a transformação daquela pulsão em Eros, sempre cabendo ao sujeito descobrir por si mesmo os caminhos para ser salvo, segundo enfatiza Freud, em 1930. Mendes (2011) reitera que a sublimação funciona como a reorientação dos objetivos

pulsionais, levando em conta as frustrações que o mundo exterior provoca, fomentando a realização através do trabalho psíquico e intelectual.

Podemos, enquanto operadores do sistema socioeducativo, promover o espaço transicional a esses adolescentes? De que forma isso ocorreria?

4. CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO E MISÉRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO ADOLESCENTE

Trabalhar no sistema público socioeducativo, atendendo meninos, meninas e suas famílias, é estar em contato permanente com a população exclusivamente pobre, quando não miserável. Raro é nos depararmos com a classe média ou rica, pois estas recorrem a advogados particulares e, vista a sua influência, conseguem que seus filhos não cheguem a uma delegacia, porque possuem conhecidos políticos, policiais e funcionários do judiciário que os livram do “mal-entendido”, da “brincadeira de moleque” que seus filhos “aprontaram”. Essa questão é citada, para que possamos visualizar a dimensão da corrupção, a ambivalência da lei que formata as nossas instituições sociais e a diferença com que a sociedade encara o adolescente da periferia, quase sempre subjulgando-o – o que fica evidente nos programas televisivos –, em comparação com os adolescentes pertencentes à classe média. Ora, essa paisagem retratada leva-nos a afirmar que o sistema socioeducativo foi criado para atender uma camada marginalizada, pobre, de nossa sociedade, acostumada com o estigma de autores da violência que eles carregam. Como bem lembra Benelli (2014), as instituições socioeducativas tornaram-se parte dos dispositivos de práticas judiciais, com o objetivo de gerenciar as populações de “risco social”, ligadas ao controle e intervenção social, baseadas em estratégias correcionais, disciplinares e punitivas, objetivando a vigilância, o controle e a normalização do sujeito.

A miséria e a pobreza vão além das condições socioeconômicas daqueles para os quais o aparato socioeducativo está destinado. Este abrange as histórias de vida das famílias e dos adolescentes, desde sua concepção até, muitas vezes, a vida adulta de seus pais. São sujeitos, que, na sua maioria, não conhecem o cuidado, o pertencimento ou qualquer outro afeto que os incluam no laço social e familiar. O afunilamento que aqui fazemos sobre a nossa temática é com a intenção de enfatizar o quanto as condições de miserabilidade da vida, intensificada pelas desigualdades sociais, tendem a arrastar os homens para uma condição de alheamento de suas histórias, sobretudo quando o sistema necessita de cidadãos passivos, que não relacionam o seu mal-estar com o descaso do Estado. A ideologia neoliberal responsabiliza o sujeito pelo seu sucesso ou fracasso, eximindo-se de suas responsabilidades com os indivíduos, vindo a promover um genocídio de uma adolescência criativa, capaz de transformar a sociedade e suas próprias vidas. Este tema exige um trabalho interdisciplinar, tamanha a complexidade da problemática anunciada. Faremos uso de alguns conceitos-chave

da teoria psicanalítica, a fim de ampliar a nossa discussão, sempre nos propondo dialogar com outras áreas do conhecimento científico, as quais colaborem para a nossa compreensão teórica.

A discussão que nos propusemos formular segue na contramão de uma ordem sociopolítica que enuncia a normalização e a qualificação de uma população para a produção de riquezas concentradas nas mãos da elite do capital, que não prevê, e muito menos almeja, uma redistribuição de renda. A psicanálise nos direciona a olhar para a liberdade e os direitos dos sujeitos, para as subjetividades e as crises que dela fazem parte, sem fins diagnósticos, como alvo de criminalizações ou preconceitos de outras ordens.

Nascemos na condição de dependência física e psíquica em relação ao outro – geralmente representado pelas figuras parentais – de onde provêm os cuidados necessários, os quais vão além das preocupações com a alimentação, a higiene, o sono etc. Precisamos de afeto, para que a nossa ligação com a vida seja realizada. Sem este, estaríamos tendendo ao inorgânico, à morte, como afirma Birman (2009), na iminência de descarregar qualquer excitabilidade que viesse a se instalar em nosso psiquismo. Esse fator constitucional, como outros que fazem parte de nossa personalidade, são passíveis de mudanças pelas influências do ambiente, concebido por nossas relações familiares e sociais. Não podemos deixar de mencionar o quanto os cuidados, nos primeiros anos de vida do bebê, são importantes para que possamos nos relacionar bem com a realidade externa, formar vínculos saudáveis, tolerar frustrações e prover uma vida libidinal regida pela pulsão de vida. Ao contrário, a falta de cuidados, as condições degradantes de vida, o excesso de violência como estímulo ao psiquismo favorecem a desfação das pulsões e, conseqüentemente, o desligamento da pulsão de morte, podendo esta vir a manifestar-se através de ações contra o social e em desfavor do próprio sujeito.

Essas questões aqui levantadas servem para nos atermos à relevância de um ambiente favorável e propício às potencialidades da criança e, em nosso caso, dos adolescentes. Devemos lembrar que na adolescência, com a reedição edípica, acontece toda uma reorganização da vida pulsional do sujeito, na qual ele tem uma nova chance de fazer uma escolha objetal que lhe traga satisfação e de estabelecer uma personalidade com melhores condições psíquicas de lidar com a realidade.

Ao definir a dualidade pulsional, Freud (1921) passa a discorrer sobre os possíveis destinos das pulsões de vida e de morte. Como nossos constituintes inatos, ressalta que é apenas pela ação do outro que a pulsão de vida inicia seu trabalho de regulação da pulsão de morte. Birman (2009) nos explica da seguinte maneira:

O vivente tende para o inorgânico e para a morte, de modo a instaurar a quietude nirvânica na ausência absoluta de qualquer excitabilidade. Nesse contexto, o movimento em direção à vida ocorreria apenas em um segundo momento, pela ação constante do outro, sem a qual a vida seria impossível. (BIRMAN, 2009, p.38).

Estamos remetendo à importância do outro como précondição para que, no funcionamento psíquico, a pulsão de vida se sobreponha à pulsão de morte e ocorra o enlaçamento das duas pulsões. A defusão das pulsões é o que coloca o sujeito e seu desenvolvimento em risco, pois a atuação desmedida da pulsão de morte pode atuar na forma do sadismo, do masoquismo e da agressividade, tanto na vida interna entre as diferentes instâncias psíquicas como nas relações objetais dos homens. É assim que Freud vai desenvolvendo sua compreensão acerca da violência, da destruição e da autodestruição. Essas diferentes modalidades da agressividade demonstram a ação negativa da pulsão de morte, enquanto o seu outro lado, quando fusionada a pulsão de vida, serve-nos como um componente agressivo necessário para a construção da vida em sociedade, manejada pelo trabalho, por exemplo. Afinal de contas, necessitamos de uma dose de agressividade para ter coragem de enfrentar a nossa rotina, diariamente.

Birman (2009) não hesita em inferir sobre a ocorrência da diminuição significativa do entrelaçamento pulsional que assola as subjetividades, cooperando para o nosso mal-estar na contemporaneidade, expressado nas formas de violência, destruição e autodestruição, impressos nos registros da ação, do corpo e das intensidades, sinalizando a precariedade de simbolização de nosso psiquismo diante dos excessos que se deflagram em um imenso contingente de descarga pulsional. Segundo o autor, as formas atuais de subjetivação têm a violência contra o próprio eu ou objeto, como referência crucial no processo de consolidação da personalidade. A economia capitalista tem sido responsável, em grande parte, pela atual condição em que se encontra o homem, porque reforça seus aspectos narcisistas como meios de alcançar o sucesso, concretizado na figura do enriquecimento, da ostentação do luxo, do consumo desmedido e do agir sem pensar, cronificado na vivência do presente e na negação das consequências, no futuro. Enfim, há um superinvestimento na qualidade de objetificação do homem, alienado de sua história, alterando, até mesmo, a ordem do desejo, ficando este quase sempre restrito aos objetos de consumo. Assistimos à configuração de um cenário onde as pessoas vão se desligando da intimidade consigo próprias e com o próximo, em busca das satisfações que elas acreditam encontrar nos excessos, no corpo e na ação. Em síntese, vemos a transformação do sujeito em favor das necessidades de que o modelo econômico predominante em nossa sociedade necessita para funcionar, empobrecido no plano afetivo e

superinvestido no cognitivo, para inserir-se no sistema enquanto consumidor ou produto. E é dessa maneira que a violência vai se tornando aquilo que mencionamos anteriormente, uma referência para a subjetividade, na contemporaneidade.

A ação da violência, na constituição do psiquismo, fenômeno bastante complexo, pode ser abordada pela psicanálise, na medida em que esta propõe que a nossa condição de sujeito, inserida na temporalidade, ocorre mediante a incidência da lei, de um poder que limita a ação das forças originárias, dando condições ao sujeito de construir sua história e seus laços sociais. O poder é pensado enquanto uma força oposta à violência originária das pulsões do sujeito, ou seja, como algo estruturante. A violência torna-se transgressora, quando o poder não consegue exercer sua função de barreira, de contenção e limite, submergindo o psiquismo à violência originária. A lei impõe a fundação da ordem simbólica. A sua degradação promove a destruição da ordem simbólica ou o surgimento de uma outra ordem, segundo Birman (2009), inserida no campo da negatividade.

Com base nas ideias do autor, cabe uma reflexão sobre o que denominaremos ideologia do crime. Essa terminologia faz alusão a um código de como o sujeito, que passa a fazer parte do mundo do crime, deve se comportar e pensar, portanto, uma ordem que passará a gerenciar o funcionamento psíquico, por exemplo, do adolescente que se alia ao chamado “poder paralelo”, muito bem arquitetado e que oferece a muitos meninos e meninas uma falsa solução para o sentimento de desamparo. Fica, no lugar da lei que estrutura, uma lei que transgredir pela negatividade, como referido há pouco, e que tem sido a escolha ou “a saída” para muitos adolescentes, em busca de se constituírem enquanto sujeitos.

A ação fundante da lei alude a questões como a da função do cuidador, isto é, dos papéis materno e paterno. A lei tem sua representação na figura do pai e na função que este encerra, pela díade estabelecida entre a mãe e o bebê. A entrada do pai nessa relação, até então fusional, possibilita o processo de separação e individuação do bebê; colocando-se como um terceiro, o mesmo impõe as restrições, vindo a possibilitar o desenvolvimento do princípio de realidade, em função das frustrações que a castração exerce, delimitando o acesso do bebê em relação à mãe, retirando-o de sua condição narcísica e onipotente. É dessa forma que o pai se coloca como um representante da lei e, na medida em que faz uso de sua autoridade, ele outorga a condição de sujeito e de alteridade à vida psíquica do bebê, até esse momento fundido ao ego materno. Essa frustração da separação psíquica e física do bebê em relação à mãe viabiliza o desenvolvimento das funções do ego, no infante, que o capacitará ao relacionamento com a realidade, através da ampliação da capacidade de pensar, possível devido ao processo de diferenciação que a castração opera.

Marin (2002) faz uma significativa ressalva sobre o papel da família, na fundação da lei:

A dificuldade em assumir o lugar da lei, de se colocar no lugar de quem frustra, permitir que a criança entre em contato com sua história dolorosa para que possa fazer seu luto simbólico e se organizar, entre muitas outras situações que se poderia enumerar, vão se constituindo em dificuldades quase insuperáveis no trabalho educacional. (MARIN, 2002, p.19).

Quantas vezes escutamos do pais que não iriam “bater de frente” com os filhos, porque a situação iria piorar, porque era mais confortável deixá-los na situação infracional do que tocar no assunto. Alertados de que eram apenas adolescentes de 13 anos, 16 anos, e de que testar a autoridade dos pais era uma maneira de eles adquirirem segurança, através dessas referências, muitos nos diziam que os filhos já não tinham mais jeito, que estavam abrindo mão dos mesmos.

O agente da maternagem, ou seja, a pessoa que dispensa os cuidados para o infante, realiza o papel de escudo protetor, amenizando as excitações internas e externas que atingem o bebê, como também, na medida do possível, atendendo-o em suas demandas, aliviando-o de seu estado tensional. Nessa fase de dependência absoluta, a mãe emprestará seu corpo e seu psiquismo, decodificará os choros e movimentos, compreendendo-os e satisfazendo o bebê, nas suas necessidades, de sorte a aliviá-lo da sensação de não-integração.

Descreveremos o conceito de continência, desenvolvido por Bion (1994), para que possamos pensar no papel da mãe, enquanto receptora e tradutora das primitivas angústias do bebê. Estas são inerentes à condição do infante, visto sua prematuridade psíquica, sendo que qualquer estímulo pode provocar a sensação de desintegração, em razão da condição de subdesenvolvimento do ego infantil, ainda em formação e dependente dos cuidados maternos para se desenvolver. Pela identificação projetiva, a criança mobiliza na mãe o conteúdo de sua angústia, daquilo que a excita. A mãe, por sua vez, deve ser capaz de conter e traduzir o conteúdo emitido, dando-lhe um significado e um sentido para, então, devolvê-lo ao seu filho. Essas traduções serão as primeiras representações da criança, porque a retiram da condição de angústia e a auxiliam na formação de seu ego.

Tal função continente é fundamental para que o bebê passe do estado de comunicação primitiva, na forma de identificação projetiva, para o desenvolvimento do aparelho de pensar. Primeiramente, é necessário que o agente da maternagem exerça essa função de pensar, suportar, traduzir e acolher as angústias primitivas do bebê, a fim de que ele possa, posteriormente, vir a ter condições de desenvolver esses próprios recursos. As frustrações adequadas também auxiliam no desenvolvimento emocional da criança, na medida em que

retiram o infante de seu estado de onipotência. Porém, em doses excessivas ou escassas, elas podem provocar graves consequências, como deficiências do aparelho de pensar, uma vez que a mãe supre antecipadamente seu filho em suas necessidades, ou provocando a sensação de aniquilamento, quando o ódio toma conta do psiquismo da criança, em decorrência do exagero das frustrações.

Dessa maneira, a criança adquire a capacidade de dominar seus instintos, apenas se, como afirma Winnicott (1946/2005c), o ambiente ao seu redor for estável, capaz de suportar tudo o que ela fizer para desuni-lo. A criança testa, através de ações, se o seu ambiente familiar é capaz de tolerar seus ataques. Se deste ela obtém uma resposta positiva, por si só, ela é capaz de se acalmar; senão, torna-se uma criança inquieta, angustiada, buscando fora de casa, em outras estruturas, algo que lhe possa oferecer essa provisão. Sob tais circunstâncias, a criança vai adquirindo sua estabilidade emocional, sendo capaz de passar de sua condição de dependência para a de independência psíquica.

Mediante essas compreensões sobre o psiquismo infantil é que Winnicott (1946/2005c) explicita as diferenças entre a criança normal e a antissocial, ressaltando que esta última olha um pouco mais além, para a sociedade, ao invés de para sua família, de sorte que aquela possa lhe propiciar a estabilidade necessária para a superação das primeiras fases de sua evolução emocional. Os comportamentos antissociais são compreendidos como uma busca da criança pela mãe e, ao mesmo tempo, pela autoridade paterna, que impõe o limite ao comportamento impulsivo da criança, resultante de seu estado de excitação psíquica.

Especificamente sobre a delinquência, Winnicott (1946/2005c) observa a urgência da criança em encontrar um pai rigoroso, que proteja a mãe de seus ataques. O autor se refere a essa dinâmica fantasística nos seguintes termos:

O pai rigoroso que a criança evoca deve ser também carinhoso, mas, em primeiro lugar, deve ser severo e forte. Só quando a figura paterna, severa e forte, está em evidência é que a criança recupera seus primitivos impulsos amorosos, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se. A menos que caia em dificuldades graves, o delinquente só poderá tornar-se cada vez mais inibido no amor e, por consequência, cada vez mais deprimido e despersonalizado, acabando, finalmente, por ser incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade da violência. (WINNICOTT, 1946/2005c, p.258).

Os comportamentos antissociais podem ser entendidos como um apelo pelo controle externo, de referências fortes, carinhosas e confiantes. Aqueles que viveram essa experiência sabem de sua importância para a saúde mental deles, temem perdê-las, em virtude da sensação catastrófica que se instala com a ausência dessa continência psíquica, que lhes confere

conforto e ameniza suas ansiedades. Em contrapartida, na delinquência, “[...] o sentimento de segurança não chegou à vida da criança suficientemente cedo para ser incorporado às suas convicções e crenças.” (WINNICOTT, 1946/2005c, p.259). Essa situação psíquica coloca o adolescente delinquente à mercê da ameaça da loucura, de modo que, muitas vezes, nem mesmo diante de uma autoridade, ele consegue estabelecer o seu estado de controle. A criança, conforme vai crescendo, é capaz de adquirir a continência de seu mundo interno, se o contexto que a circunda a auxilia nesse processo, ao contrário da criança antissocial, a qual necessita do ambiente externo para obter o controle de suas excitações psíquicas.

Com base nessas explanações teóricas, podemos entender os conceitos de privação e deprivação propostos por Winnicott (1954/2000a). A privação se refere à ausência de afetos necessários para o sentimento de segurança da criança, a qual não chegou a ter, em seu mundo interno, um referencial continente, devido a graves falhas na função de frustração e dos cuidados. Já a deprivação concerne à falta manifestada pela criança desse referencial de segurança que ela teve por um período e, por qualquer eventualidade da vida, foi perdido. Assim, ela expressa a esperança em ter essa referência afetiva novamente e a solicita, através do choro, da agressividade e das tendências antissociais, como o próprio Winnicott (1954/2000b) denomina. Não somente a solicita, como recorre a outras figuras que possam exercer esse papel com respeito a ela.

Nesse estado, o sentimento de esperança existe, porque foi possível à criança experimentar uma adequada função materna, havendo preservado essa referência dentro de si. Nesse sentido, o autor entende a tendência antissocial e a delinquência como sinais de socorro, um apelo da criança ao seu objeto de segurança perdido. No delinquente, o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser internalizado por ela.

Esta discussão nos permite salientar a dependência entre os fatores internos e externos na estruturação do psiquismo e, conseqüentemente, no fenômeno dos atos infracionais cometidos por adolescentes. As difíceis condições socioeconômicas, muitas vezes, contribuem para uma despreocupação do exercício dessas funções, visto que muitos pais têm que se ocupar com as necessidades básicas da família, como a alimentação e o sono, para retornarem à rotina, no dia seguinte. Queremos deixar claro que não estamos culpabilizando os pais ou sustentando que as famílias pobres não se preocupam com os seus filhos; pelo contrário, estamos tentando mostrar o quanto a situação dos sujeitos, na condição de objeto de um sistema que necessita de uma boa parcela da população em situações precárias, para se sujeitarem às duras condições de trabalho, coloca-os na posição de mão de obra alienada de suas realidades, prejudicando suas relações familiares. A essa parcela cabe o ajustamento, a

passividade, a massificação, a exploração e a privação de uma vida digna; cabe a vivência urgente da vida, baseada naquilo que é necessário para a sua sobrevivência.

Se a classe pobre é prejudicada pela situação social em que se encontra, a elite e a classe média falham em seus exercícios enquanto pais, quando confundem suas funções como propiciadores de bons produtos de consumo aos seus filhos. Birman (2009, p. 71) traduz a condição do sujeito, na atualidade: “O desamparo perde a sua potência de vir a ser, ao não poder mais contar com o outro para a sua atividade, transformando-se, enfim, em desalento.” Desesperança e não investimento são condições propícias para que sejamos dominados pelo excesso pulsional, o qual, de acordo com o autor, conduz as individualidades à hiperatividade, funcionando como um incremento para a violência, em nossos dias, desdobrando-se em inéditas formas de crueldade. É assim que vimos assistindo com frequência a cenas holocásticas como saída para o sujeito se livrar daquilo que o excede, denotando o empobrecimento da linguagem e do pensamento, vindo a evidenciar os mecanismos de passagem ao ato.

Precariedade, nos registros psíquico e social, segundo Birman (2009), recobre as características do sujeito, na contemporaneidade. A decadência da figura e do Nome-do-pai vem colaborar para esse quadro, sucumbindo a sustentação da potência simbólica. O sentimento de desalento marca nossa constituição de sujeito, embebido pelas exigências desumanas do capital. A obra do autor tem seu mérito, por nos oferecer um referencial teórico atual sobre as condições do sujeito, na pós-modernidade, que nos auxilia a questionar nossa realidade política:

Com efeito, o Estado não pode mais proteger e amparar os seus cidadãos como ocorria antes, principalmente no tempo do Estado do bem-estar social. Com isso, as individualidades ficam expostas às voragens errâncias do Capital, que precariza e as reduz à condição da vida nua. Enfim, o desalento se institui como condição de ser nas subjetividades contemporâneas. (BIRMAN, 2009, p.73).

A desresponsabilização do Estado em relação aos cidadãos explica, em boa parte, o sentimento de falta de esperança em melhores condições de vida de muitos adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo. Eles sabem e vivenciam diariamente a ausência do poder público, a fragilidade de seus vínculos familiares e comunitários, o desemprego, a descrença nas instituições, tendo a experiência do lado cruel da humanidade. Quais os efeitos dessa segregação social? Como o psiquismo vai podendo se estruturar, diante da impossibilidade de uma vida digna?

Dessa maneira, cria-se um terreno fecundo para que o “fora da lei” se torne uma opção de sustentação para a ordem simbólica da adolescência, a qual acaba lançando mão da violência como estratégia de sobrevivência e tendo nela uma referência para a sua constituição enquanto sujeito. Obviamente, fatores de ordem interna, como uma pulsionalidade regida pela morte e o sentimento de não pertencimento, contribuem para arrastar o sujeito por vias onde a violência se torna um recurso, frente ao desamparo que assola a subjetividade, o que independe de classe social.

A sustentação da ordem simbólica fundada nos termos da violência, em nosso modo de ver, prioriza a passagem ao ato, visto que o psiquismo vai-se estruturando na ausência de um tradutor e continente das angústias primitivas, impossibilitando a formação do aparelho de pensar. O ato torna-se o órgão escoador das intensidades que tomam conta do sujeito.

O aparelho de pensar é necessário para o indivíduo pensar, traduzir suas emoções ao invés de atuá-las. Como já mencionado anteriormente, a saída do sujeito de sua relação simbiótica com a mãe, nos primeiros meses de vida, coloca-o à mercê da realidade externa. Ocorre que as vivências de satisfação são suplantadas pelo real, tendo o aparelho psíquico que ser modificado mediante essas novas condições que a realidade vai-lhe impondo. Dessa maneira, sobrevém o estabelecimento do princípio de realidade e, com ele, a função do pensar. Segundo Freud (1911), o pensar tornou possível ao aparelho mental adiar a descarga imediata, por intermédio da tensão aumentada através dos estímulos. O autor ainda aponta para o fato de que os instintos sexuais permanecem por um tempo maior sob o domínio do princípio de prazer, devido ao autoerotismo e ao período de latência. Tais fatores dificultam o desenvolvimento do princípio de realidade, o qual muitas pessoas não conseguem desenvolver. Freud (1911, p. 241) afirma: “A continuidade do auto-erotismo é que torna possível reter por tanto tempo a satisfação momentânea e imaginária mais simples em relação ao objeto sexual, em lugar da satisfação real, que exige esforço e adiamento.”

Para Bion (1994), a atividade de pensar depende do pensamento e de seu aparelho ou faculdade de pensar, sendo este necessário para lidar com os pensamentos: “[...] o pensar passa a existir para dar conta dos pensamentos”. (p.128). Assim, o pensar constitui-se como um produto dos mesmos. Em *Uma Teoria Sobre o Pensar* (1962), o autor classifica os pensamentos e define concepção como produto de uma pré-concepção e sua realização. O termo *pensamento* fica restrito ao resultado de uma pré-concepção e sua não realização, ou seja, uma frustração. Utiliza-se o modelo do bebê e seu encontro ou não com o seio. Diante da frustração, o encontro com o não-seio disponível para a satisfação, internalizado como um seio ausente, o bebê poderá fugir da frustração ou modificá-la.

Tais soluções dependem da capacidade do bebê de tolerar frustrações. Se o mesmo for capaz de suportar, o não-seio dará lugar ao pensamento, desenvolvendo, dessa maneira, um aparelho para pensar na ausência do seio. Bion (1994) retoma Freud (1911), ao destacar que a gênese para a capacidade de pensar é paralela ao predomínio do princípio da realidade, possibilitando ao sujeito transpor o fosso entre a frustração e sua satisfação.

O protótipo da relação mãe-bebê, utilizado pelo autor, por Freud e Melanie Klein, leva-nos a concluir que o desenvolvimento do aparelho de pensar está intimamente ligado à função materna, à capacidade de a mãe traduzir e conter as angústias primitivas de seu bebê. A precariedade do aparelho de pensar favorece a ampliação do aparelho de identificação projetiva e de um funcionamento mental regido pelo princípio do prazer, servindo como um instrumento que a psique emprega para livrar-se do acúmulo de objetos maus internalizados. O predomínio da intolerância à frustração dá lugar aos ataques destrutivos, à indiscriminação entre sujeito e objeto e à falta de qualquer percepção de dualidades. Outro fator característico à personalidade, mediante esse estado, pode ser a onipotência com sua indiferenciação entre o verdadeiro e o falso, a qual nega a experiência de poder “[...] aprender com a experiência por intermédio da ajuda dos pensamentos e do pensar.”(p.131).

A capacidade de pensar torna possível ao sujeito reconhecer o sentimento de frustração e discriminar o espaço existente entre a sua consecução, dando início à capacidade do sujeito de “aprender com a experiência”, como Bion (1994) denomina. Quando não é possível ao sujeito alcançar essa condição, as experiências emocionais de frustração são assimiladas como ataques persecutórios, inundando o seu psiquismo de uma angústia que necessita ser escoada, para que a sensação de fragmentação seja eliminada, de sorte a restabelecer o sentimento de unidade, tão frágil em psiquismos que funcionam predominantemente por identificação projetiva.

Viver no limite da dignidade ou tão afastados dela, fazer parte de uma sociedade que desconhece a existência do sujeito, desprovida de um engajamento de qualquer ordem, são maneiras de condenar os indivíduos ao desamparo. Esses fatores tem subjulgado a condição da adolescência no Brasil, restando-lhes os caminhos dos atos infracionais, mesmo que de maneira negativa, como forma de serem reconhecidos. Essa opção parece que se assemelha ao grito de socorro, à manifestação do sinal de esperança da juventude diante do olhar midiático, fazendo dos riscos que se correm a validação de suas existências.

Birman (2009) define:

O ato seria assim uma palavra e um discurso que não poderiam ser devidamente enunciados, pela dor e pelo sofrimento que isso poderia

provocar no sujeito em virtude da experiência de rememoração. Portanto, os atos do sujeito seriam plenos de sentido, sem existir vazio neles subjacente. (BIRMAN, 2009, p.91).

Podemos pensar que o sujeito que atua encena sua situação psíquica através da ação, denotando que o mesmo foi incapaz de elaborar suas emoções por meio de representações. Estas tornam-se cada vez mais empobrecidas, à medida que desconsideramos os discursos, desvalorizamos as vozes dos oprimidos, colocando-os na posição de mudos. Desse modo, o que lhes resta é atuar e tornar-se visíveis com os atos delinquentes. Birman (2009) também retoma o sadismo e o masoquismo como formas de subjetivação diante da falha paterna, em nossa sociedade atual. O autor nos faz entender que as manifestações sádicas, de crueldade com o outro, podem ser uma maneira pela qual a pulsão de morte se dissemina em defesa da autodestruição do psiquismo. Essa estruturação ganha forças, à proporção que a autoridade paterna falha enquanto suporte simbólico ao indivíduo, revelando a precariedade da regulação simbólica, restando ao contingente pulsional o escoamento por vias da violência contra o outro e a sociedade. Marcadas pelo narcisismo, condição reforçada pela sociedade de consumo e pela incredulidade de um projeto de futuro, as subjetividades são tomadas pelo ódio que as conduz às atuações violentas e a outras manifestações psicopatológicas.

Creemos que a passagem para o ato livra o sujeito da experiência da dor. As dores que vão se constituindo diante das misérias de suas vidas. A dor da desesperança de um futuro melhor, da falta de reconhecimento e oportunidades. A adolescência pobre vai sendo marcada por várias situações traumáticas que impedem o trabalho de luto, a simbolização de seus impasses, colocando os sujeitos numa condição melancólica, de perda da autoestima e da incapacidade de desejar, “[...] perdidos que estão pelo esvaziamento de projeto existencial, ético e político.” (BIRMAN, 2009, p.183).

Gostaríamos de discorrer sobre algumas características das famílias dos adolescentes acompanhados em Liberdade Assistida. Essas informações são resultantes da experiência profissional no acompanhamento das famílias no serviço de assistência socioeducativo e não contam como dados estatísticos. A quase totalidade das famílias encontra-se em condições de pobreza, devendo o pai e mãe trabalhar para suprir as necessidades básicas, como alimentação, por exemplo. É comum o desemprego de algum dos pais, quando geralmente contam com auxílio de renda proporcionado por programas sociais. É considerável o fato de as mulheres se mostrarem responsáveis pela educação e cuidado dos filhos, pela ausência do pai, em função das separações matrimoniais, de este ser usuário de álcool ou outras drogas ou de estar preso, dentre outros fatores que dificultam o relacionamento e o contato com os

filhos. Os pais e os filhos apresentam baixa escolaridade, até mesmo por causa da pobreza que os obriga a trabalhar muito cedo, para proverem as condições de subsistência. Histórico de abandono materno e paterno, falecimento de algum dos pais, netos criados por avós, prole de filhos com diferentes pais biológicos são fatos corriqueiros na família dos adolescentes em cumprimento da referida medida socioeducativa.

Nossa intenção de caracterizar as famílias dos adolescentes se dá pelo interesse de enfatizar o quão normal é, para eles, a precoce experiência de situações difíceis. Sob nosso ponto de vista, a paisagem retratada colabora para uma indeterminação das fases do desenvolvimento do indivíduo, à medida que muitas de suas necessidades afetivas, em especial na infância e na adolescência, ficam em segundo plano, devido às necessidades mais emergentes que as famílias priorizam para se manterem. Temos claro que esse fato seja inerente à família moderna, todavia, seus motivos divergem, conforme a classe em que a mesma se encontra. Se as crianças e os jovens da classe pobre não são atendidos pelos fatores já listados, os jovens de classe média ou ricos vivem suas faltas em razão dos projetos individuais de seus pais, da incidência maior do poder da mídia e do *status* sobre eles, por exemplo. Enfim, configura-se o que Birman (2009) chama de economia dos cuidados que incidem sobre as novas formas de subjetivação da juventude.

O autor considera que o efeito maior disso se traduz no sentimento de abandono, já que a ausência materna não foi substituída pela presença paterna, não ocorrendo uma suplência dos cuidados e concretizando a precariedade dos investimentos afetivos da infância e da adolescência.

Desprovidos das aquisições psíquicas para suportarem a realidade, entregues à violência das ruas, à cultura televisiva, à exposição precoce da sexualidade, os jovens encontram meios insustentáveis de suprir o sentimento de solidão, a carência de cuidados, acarretando no efeito maior de sua fragilização psíquica, dentre outras consequências. Na verdade, pressupomos que as consequências das deficiências das funções estruturantes do psiquismo recaem sobre a infantilização do sujeito, a dificuldade do desenvolvimento do princípio de realidade, do não adiamento das necessidades imediatas, incapacitando o sujeito de tolerar as frustrações, de desenvolver o pensamento e a linguagem como mediadora dos conflitos. Cria-se um campo psíquico propício para a cultura das drogas, a manifestação da violência e seus derivados, como a inveja nos relacionamentos interpessoais, impondo-se aos jovens como vias de expressão de seus sentimentos de impotência.

Assistimos à desqualificação da vida de uma parcela significativa da população brasileira, inclusive da juventude, a qual tende a se aliar ao tráfico ou outros crimes

organizados como estratégia de sobrevivência, como possibilidade de uma vida mais qualificada, mesmo que seja por um curto período de tempo. O mal-estar na atualidade, segundo Birman (2012), concentra-se na experiência psíquica do desamparo, ficando as subjetividades submetidas a essa experiência trágica de desconforto que as conduz para os caminhos do narcisismo, da violência, da crueldade e da destruição. As consequências dessa situação na estruturação do psiquismo provocam a perda da autoestima, na medida em que não há possibilidade da sustentação do desejo, na posição que tais indivíduos se encontram para suprir apenas suas necessidades biológicas. Via oposta para a qualificação de uma vida movida pelo desejo, empobrecido em seu fantasiar, despossuído de si, devido à desesperança de um futuro melhor. Adiantamos que a culpa e a vergonha revelam o ódio de o sujeito estar subjugado à condição passiva de marginal, de esquecido, de dejetos social. Nesses termos, os crimes vão se configurando como uma atuação na qual a *atividade* da cena do crime toma o lugar da *passividade* na cena social. Assevera Birman (2009):

O ódio, como *crueldade*, é evidentemente o catalisador maior do processo em questão, portanto, na medida em que a figura do dominado quer ser a do dominador, isto é, *gozar* como este tudo aquilo que a riqueza pode oferecer para quem a possui. (BIRMAN, 2009, p.272).

Esse ódio, referido na citação, diz respeito à condição de dominação e impotência a que a classe menos favorecida está fadada, dentro do modelo socioeconômico capitalista, de contingente de mão de obra para a exploração. Sem condições mínimas de cidadania, desprovidos de salários compatíveis para a sobrevivência e sem acesso à boa educação, saúde e habitação, esses jovens vão se tornando alvo de grupos criminosos, pois, como já afirmamos anteriormente, onde a lei não pode ser estabelecida, uma contra-lei pode ocupar o lugar. O trabalho, para a população pobre, não representa um meio de superação da dialética senhor/escravo, conforme salienta Birman (2009), pois a essa parcela social restam as piores colocações no mundo do trabalho formal, com extensas horas laborais e remuneração baixa, obrigando o cidadão a adequar sua vida a condições extremas de precariedade.

É desse modo que os sentimentos de vergonha e humilhação passam à solidez, no cotidiano dessas pessoas. Contudo, a adolescência vai observando essa cruel perspectiva futura e tenta mudar seu destino de alguma maneira, mesmo que tenha de optar por escolhas que lhe propiciem uma reduzida expectativa de vida, mas ainda lhe ofereçam um certo conforto, um lugar social no contexto de uma existência miserável.

Vai ficando clara a ausência de um contorno adequado para que nossos adolescentes, em especial aqueles que são pobres, tenham a capacidade de integrarem sua vida pulsional e

de não serem tomados por ela, como uma avalanche destrutiva. É por meio de uma nomeação que conceda um reconhecimento ético satisfatório que se oferece alicerce ao sujeito, a fim de que, à medida que ele se sente protegido, amparado, aponte a falha e condene, mas sempre disponibilizando a possibilidade de reparação. Minerbo (2013) faz uma reflexão sobre o sofrimento do sujeito, na pós-modernidade, relacionando-o com a depleção simbólica em decorrência da decadência das instituições, que antes nos serviam como modelos de ser e de se comportar, na sociedade. As novas configurações familiares, a descrença nos aparatos sociais, como a justiça, a escola, o sistema político, colaboram para a fragilidade do símbolo e, conseqüentemente, de nossa capacidade simbólica. Se, antes, o símbolo nos era oferecido por meio das instituições, hoje cabe a nós reinventarmos a nossa condição de sujeito. A questão torna-se um problema, quando ficamos impossibilitados de simbolizar e integrar todas essas novas experiências, devido à escassez de representações, em que nossa pulsionalidade permanece no estado de desligamento, vindo a provocar formas de sofrer que se referem a um vazio existencial, ao tédio, à precariedade de sentido na vida e à violência nas relações.

A autora defende que a incapacidade simbólica do sujeito faz com que o mesmo procure mecanismos compensatórios, lance mão de defesas que podem ser prejudiciais à sociedade. A função materna, a qual institui sentido ao bebê, tomada pela autora como uma microinstituição, promove o que ela chama de *apaziguamento simbolizante*, ao propiciar a ligação entre as pulsões. O contrário, o estado de depleção simbólica em que muitas subjetividades se constituem, impossibilita a elaboração das experiências emocionais, vindo a apresentar sérios danos à formação e constituição do eu, no que diz respeito, principalmente, à “gestão da angústia” através da atividade simbolizante. Tomado pelo excesso de angústia, o psiquismo tende a se desorganizar, em meio à precarização das funções do eu, vivenciando a sensação de uma angústia de morte. A identidade, compreendida como a sensação de existir em nós mesmos, consolida-se em um estado de má integração, no qual a ameaça de despersonalização passa a ser iminente para o sujeito. Outra possível consequência se refere à dificuldade de estabelecer um projeto de vida, um ideal de eu, que não se fixa, levando ao desinvestimento objetal, à perda de esperança, à sustentação do desejo. A percepção é de que o sujeito transita entre dois polos, o do apatia e o da excitação, situações que revelam um psiquismo empobrecido de símbolos, de significação da existência.

Novaes et al. (2009) abordam a constituição da adolescência pobre, em especial daqueles responsabilizados pela justiça por suas infrações, sob o ponto de vista da invisibilidade social, familiar e do estado, assim como por histórias constituídas com a

ausência de referências estáveis. Essas condições são propiciadoras do desamparo e do sofrimento, por não serem reconhecidos mediante o olhar do outro. A falta de reconhecimento pode começar na família e se expandir para a situação social, dificultando a constituição da identidade do adolescente, uma vez que esta é circunscrita pela imagem que o outro nos concede. Constituir-se na invisibilidade é estar fadado ao registro das carências objetais que faltaram na história de vida de muitos adolescentes e que procuram um objeto de ódio no exterior, a fim de direcionar a agressividade provocada pela sua invisibilidade. A necessidade de um objeto em que possam canalizar esse ódio revela, conforme pensamos, uma estratégia para que o psiquismo não seja sucumbido pela destruição que a pulsão de morte, desligada, pode provocar no sujeito.

Na condição de excluídos, eles vivenciam o rompimento com a rede social. Segundo Kemper (2013), essa precariedade objetiva vai além, torna-se uma precariedade do laço social, da inscrição simbólica e, conseqüentemente, da instalação de uma profunda ferida narcísica. Utilizando-se de uma citação de Filhol (2002), a autora remete à questão do pertencimento enquanto ato fundador da identidade. O olhar do adulto sobre a criança, a nomeação por ele dada a ela a inscreve em uma descendência. A desfiliação, oposta ao pertencimento, consiste em um problema que se agrava com as difíceis condições de privações econômicas e sociais. Estas denotam a fragilidade da ligação entre o individual e o social, que não se sustentam, a ponto de promover a humanidade do sujeito. Assim, a autora compreende que a pobreza econômica pode vir a desdobrar-se enquanto pobreza simbólica, dado o processo de desfiliação, de ruptura do sujeito com o laço social.

A violência vem representar o sofrimento decorrente dessa ruptura. Kemper (2013) parafraseia Bastos (2006), para abordar a angústia de desligamento que atravessa os sujeitos marcados pelo não reconhecimento, remetendo a Furtos (2007), quando trata da humilhação, do desprezo, da indiferença, como um quadro de dor psíquica provocado no seio das relações humanas, funcionando como uma das maiores fontes de sofrimento para o homem. Com isso, a autora argumenta que aqueles que vivenciam essa situação estão passíveis de uma clivagem psíquica como consequência de uma negação do eu e uma desconexão entre o corpo e o psiquismo. Este último sintoma, se assim podemos chamar, foi-nos possível presenciar no caso de uma adolescente, em um de nossos encontros semanais determinados pela medida de LA, a qual nos relatou sobre a sensação que tinha de não habitar seu corpo. Assim ela dizia: “Sei lá, às vezes sinto uma coisa estranha, tipo assim, de estar ali conversando com a galera mas não estar ao mesmo tempo. Parece que estou em outro lugar.” São relatos como esse que apontam para a importância do acolhimento técnico, de o mesmo propiciar ao adolescente

uma experiência de pertencimento. Ressaltamos que essa questão trazida pela adolescente aconteceu em um momento no qual ela havia saído da casa da família e passado, mais ou menos, umas três semanas na rua, traficando, de casa em casa, sem dormir, exposta a todo tipo de violência. Diante disso, pudemos conversar sobre o fato de parecer que a adolescente não pensava no que fazia, de como ela se arriscava e de como parecia que sua vida não tinha sentido para ela. Ela passava o tempo, assim, fazendo as coisas sem saber o que fazia: um corpo que age sem pensar, sem possuir algo da consciência que o rege, apenas a pulsão em excesso que necessitava ser esvaziada, quando as ações arriscadas lhe conferiam a sensação de existir, pois, dessa maneira, ela sentia que tinha um corpo.

Kemper (2013) ressalta que a passagem ao ato pode ser pensada como a impossibilidade de investimentos objetivos na vida do sujeito:

Quando a vida está empobrecida a ponto de não existirem alvos para canalizar a pulsão, esta se apresenta de forma disruptiva e destrutiva, seja contra o próprio sujeito, seja contra o exterior. A busca de um objeto oferece um continente a um transbordamento psíquico e a dificuldade de se enquadrar às exigências sociais e, nesse sentido, o pertencimento a grupos marginais serve de suporte identificatório diante da falta de outras possibilidades, como família e redes de vinculação social. (KEMPER, 2013, p.112).

É dessa forma que nossos jovens vão se vinculando aos grupos que regem o tráfico e outros tipos de crimes. Estes vêm oferecer uma ideologia de vida, um lugar para o sujeito e uma identidade, com suas leis próprias, seu vocabulário, enfim, torna-se uma instituição que oferece símbolos ao psiquismo empobrecido, mesmo que a violência seja instituída enquanto consequência inscrita no código que rege essa sociedade paralela. Os comportamentos violentos se transformam em meios de os adolescentes saírem da invisibilidade e de assumirem a posição ativa. A insensibilidade em relação à vida do outro vem refletir a própria dor de nunca ter sido visível, de a violência ter sido um fator constitutivo de sua subjetividade.

4.1 A intervenção psicanalítica em uma instituição disciplinar: possibilidades de novos sentidos

A formação da identidade se dá pelo reconhecimento do outro, através das relações estabelecidas no seio da família e no campo social. Como mencionado em capítulo anterior, a adolescência é um período essencial para a formação da personalidade, porque o jovem está

buscando estabelecer sua identidade individual, grupal e social, e, para isso, passará por uma série de transformações psicológicas, muitas vezes confundidas como crises psicopatológicas.

Sociedade de consumo consiste em um dos muitos termos utilizados para denominar a sociedade contemporânea. Segundo Barbosa (2010), a cultura de consumo tende a determinar o nosso estilo de vida, a reprodução individual, a identidade e os padrões de beleza, resultando em um conjugado de atributos negativos que se refletem na perda da autenticidade das relações sociais, no materialismo, na superficialidade, dentre outras resultantes. A identidade, por exemplo, passa a ser afirmada pelo ato de consumir, assimilado como fator essencialmente cultural. O apelo à imagem, ao ideal de beleza e ao consumo, por sua vez, coloca os jovens diante de referenciais apelativos de uma sociedade que valoriza o externo, a imagem e os bens de consumo a que o sujeito consegue ter acesso.

Esses referenciais da sociedade contemporânea tendem a provocar o estado de desamparo diante do qual a adolescência se estrutura. A exaltação da imagem e de bens de consumo, como meio de reconhecimento, coloca aqueles que não os possuem à mercê de sentimentos de culpa e vergonha, ao se considerarem despossuídos, como salienta Birman (2009), visto que os mesmos ficam impossibilitados de exercerem sua cidadania, por intermédio da rede de relações sociais devido ao desemprego, à falta de oportunidade e à baixa remuneração.

Os documentos do CFP (Conselho Federal de Psicologia) destinados a orientar os psicólogos que atuam com as medidas socioeducativas são norteados pela perspectiva da garantia dos direitos humanos e do fortalecimento da cidadania, por meio do controle social e de um Estado responsável. Baseados no ECA (BRASIL, 1990) e, por consequência, na doutrina de proteção integral, esses documentos também consideram os adolescentes como sujeitos de direitos, os quais devem ser garantidos pelo Estado, família e sociedade. Levando em conta a condição peculiar dessa fase do desenvolvimento, atribuem ao Estado a responsabilidade de garantir formas dignas para o cumprimento das medidas socioeducativas que devem abarcar todas as políticas públicas. Enfatizam a necessidade de considerar o ato infracional no contexto da história e as circunstâncias de vida do adolescente. Especificamente sobre a intervenção, entendem que “[o] compromisso e a responsabilidade social da profissão podem se revelar em uma intervenção crítica e transformadora da situação do adolescente autor de ato infracional.” (CFP, 2010, p.20).

Zeitoune (2011) tece algumas considerações sobre a prática do psicólogo, através de sua compreensão a respeito do adolescente autor de ato infracional. Tendo em vista a fragilidade dos laços sociais e a pobreza, a autora indaga-se sobre como promover mudanças

nesses jovens, questionando-se igualmente sobre qual demanda os atos infracionais vêm responder. Desse modo, aponta a necessidade de práticas que ultrapassem a promoção e o acesso aos direitos que foram negligenciados aos jovens, esperando que “[...] faça surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas, retirando-o da posição de vítima.” (p.119). Assim, a questão da “ressocialização” seria deslocada para a introdução de uma reflexão eminentemente ética, de ressignificação da posição na qual o sujeito se coloca, perante si e a sociedade, transpondo a dimensão de ações adaptativo-repressivas e a visão de sujeitos carentes que, muitas vezes, redundam em ações assistenciais de oferta daquilo que consideramos necessário para suprir suas faltas.

A autora defende a tese de que os atos infracionais revelam os impasses em face da castração, consistindo em um apelo para que aconteça algum tipo de intervenção, que aborde questões concretas, através do exercício da cidadania, como também as necessidades afetivas. Nesse sentido, o trabalho com as famílias ganha relevância, porque permite situar o que “não vai bem” no interior de suas relações, fortalecendo os vínculos familiares, retificando as funções materna e paterna, envolvendo os pais de maneira responsável, na educação dos filhos, fortalecendo e/ou propiciando o sentimento de pertença ao adolescente, em relação ao grupo familiar. As fragilidades das relações familiares recaem, pensamos nós, igualmente sobre a dificuldade que encontramos com alguns adolescentes em serem incluídos e permanecerem em programas educacionais ou profissionalizantes, devido à marca que carregam de não pertencimento social e pessoal, iniciado no seio da família e se estendendo até a sociedade. Zeitoune (2011) também é assertiva, ao afirmar que a não implicação da família desresponsabiliza ou vitimiza o filho.

Acrescenta que o pai de outrora exercia sua função moral de tradição e lei, fazendo a função do Outro consistente. Na atualidade, esse Outro não exerce a função de proibição e, muitas vezes, incita um gozar que ultrapassa os limites da moral repressiva. Coelho dos Santos (2006), citada pela autora, salienta a experiência com os adolescentes, nos seguintes termos:

O que aprendemos com os casos dos adolescentes envolvidos nos atos infracionais é que, diante da fragmentação dos laços familiares e da ausência de um Outro paterno que se faça representar simbolicamente de modo claro e consistente, o sujeito não consegue servir-se do Nome-do-pai para regular suas pulsões e seus laços sociais de acordo com o princípio do prazer. Cria-se assim, um impasse na subjetivação da sua posição sexuada. (SANTOS, 2006, p.126).

Mediante essas considerações sobre a demarcação da Lei e sua função na regulação pulsional, Zeitoune (2011) pontua algumas questões que devem fazer parte do trabalho com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Um primeiro aspecto se refere à compreensão de responsabilidade na psicanálise lacaniana, de modo sucinto, concebida como as respostas subjetivas do sujeito frente ao outro, cabendo, portanto, ao sujeito a coragem de se deparar com o saber não sabido de seu inconsciente, para que se tome um posicionamento ético diante daquilo que aparece como estranho.

Dessa forma, o ato que teve como consequência uma resposta jurídica desempenha uma função na vida do jovem e na sua relação com o Outro, sendo importante recuperar a sua participação nesse ato a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar sua posição subjetiva. (ZEITOUNE, 2011, p.129).

Através do cumprimento da medida socioeducativa, podemos entender que o adolescente é convocado a responder por ter infringido a lei. A responsabilidade penal concretiza-se de sorte a promover a assunção subjetiva da falta, responsabilizando-se por aquilo que é encenado em ato.

Conforme já se frisou, uma prática alicerçada na responsabilidade ética distancia-se da tradição punitiva, a qual confere o sentimento de injustiça ao adolescente, dificultando seu assentimento subjetivo que suscita a necessidade de vingança, além de vitimizá-lo. Possibilitar o discurso do adolescente quanto ao seu mal-estar pode ser um trabalho do psicólogo que executa a LA, configurando-se num campo para a promoção da palavra, permitindo ao sujeito sair da paralisia através da construção de um conhecimento sobre si e a realidade que o cerca. Assim, Zeitoune (2011) considera o alcance da palavra como uma forma de o sujeito intervir na sua relação com o gozo. Finaliza suas considerações sobre a prática socioeducativa nos seguintes termos:

A tradição de vida desses adolescentes, onde o laço social é fundado no abandono, agressividade e na violência, deixa marcas em sua construção subjetiva. É por meio de intervenções na dimensão clínica, educativa, social e política que se busca reconstruir com eles um novo caminho. É importante criar condições para que eles reflitam sobre a sua realidade, contêm suas histórias, formulem suas questões, se impliquem, se posicionem em relação ao seu dizer e que não fiquem, simplesmente, capturados em seus destinos, sem saídas e sem escolhas. (ZEITOUNE, 2011, p.131).

Ao repensar sobre a prática do psicólogo dentro de instituições que trabalham com adolescentes em conflito com a lei, Guirado (2006) defende a necessidade de se fazerem ajustes, além dos técnicos, para o aprimoramento da escuta, tendo como finalidade promover ao sujeito um novo conhecimento sobre si mesmo.

Por se tratar de uma especialidade dentro de outra especialidade, isto é, do assunto adolescentes em situação de atendimento diferenciado, mudanças são imprescindíveis para a apreensão dessa realidade, que diverge do *setting* tradicional. A autora adverte que trabalhar em instituições, orientados pela psicanálise, é considerar “[...] o contexto que absorve o conjunto das relações e do imaginário nela constituído” (p.57), a instituição em si e seu papel social, o que já altera a relação transferencial pensada nessa situação, enquanto adolescente e instituição. Assim se expressa Guirado (2006):

Antes de tudo, quero deixar claro que ajustes devem ser feitos. Isto porque não há nada mais fossilizado do que um saber que se coloca acima e, portanto, fora da situação concreta de seu exercício. Este é o princípio teórico e ético de que partimos. (GUIRADO, 2006, p.54).

Retomar questões referentes à atuação do psicólogo e da equipe socioeducativa é refletir sobre as características da relação que se estabelece com o adolescente e a subjetividade que ali se produz, contextualizada dentro do território da instituição. Desse modo, um primeiro aspecto a se pensar recai sobre a maneira como o adolescente chega à instituição, que diverge de uma demanda de psicoterapia ou diagnóstico. Ele vem porque é obrigado, enquanto prerrogativa para o cumprimento de sua medida socioeducativa. A figura do técnico, a princípio, pode ser investida como delatora, para o judiciário, de autoritarismo que exige obediência como punição ao ato cometido, prejudicando o estabelecimento de um vínculo de confiança, no qual os aspectos da personalidade do adolescente não encontram espaço para serem apresentados e discutidos, como enfatiza Guirado (2006):

O que importa são as imagens e expectativas que se criam em torno do serviço oferecido por estas instituições, bem como as imagens definidas (antes mesmo de chegar à frente da pessoa que vai atender) a respeito daquela instituição. (GUIRADO, 2006, p.57).

As fantasias concretizadas no encontro do adolescente com a equipe técnica determinarão a dinâmica do processo socioeducativo, levando em conta o contexto onde se dá a relação, o que se distingue de pensar com conceitos já existentes sobre o fato de o adolescente aderir ou não ao serviço, em função de resistências ao processo de conhecimento sobre si mesmo, como em uma análise. A instituição e suas práticas ganham dimensões privilegiadas, no desenvolvimento do trabalho com o adolescente e sua família.

É no território institucional que a escuta e a palavra serão construídas, e o modo de operar esses dois elementos, para a consecução do diálogo, pode vir a desencadear processos de subjetivação que servirão para a promoção dos aspectos da personalidade do adolescente,

necessários para o enfrentamento de seus conflitos, e não para sua negação, e da compreensão de sua imagem marginal como meio de sobrevivência.

Temos vivido na prática a importância do profissional estar aberto a construir um vínculo de interesse pela vida do adolescente, de sigilo e respeito com a sua história. Posteriormente, após a edificação dessa relação, é que o adolescente consegue nos escutar, ser orientado e encontrar sentido em nossas palavras, pois acreditamos que esse trabalho consista numa forma de conferirmos a eles uma existência, auxiliando-os na sua pulsionalidade. cremos que o conhecimento teórico acerca da adolescência, dos atos infracionais e da constituição do sujeito se tornam necessários, mas é através da capacidade do técnico de se vincular, de exercer a continência mediante o respeito pela história do jovem assistido, de auxiliá-lo nas questões inerentes ao seu sofrimento, que o trabalho alcança a dimensão de tradução da angústia, por meio da linguagem, em desfavor da ação violenta.

Novaes et al. (2009) assim descrevem:

Aqui Eros e Tanatos estarão unidos e a agressividade se transformará em algo criativo e criador de vida e não de uma casca, eco vazio de um ambiente em que a criança tenta em vão se ajustar e agradar sem nunca conseguir, ou a atuar a sua agressividade em forma de destrutividade. (NOVAES, 2009, p.20).

Na citação acima, substituiremos *crianças* por *adolescentes*, para compreender que as orientações técnicas, pelas quais o SINASE (BRASIL, 2012) prima, a respeito do trabalho com estes, podem funcionar apenas como eco, se, antes, a sua subjetividade não for considerada pelo profissional. Temos que admitir que esse trabalho não é algo muito simples: além de exigir do técnico algumas noções inerentes à constituição vincular dos adolescentes, vem a interferir na situação, pois nem sempre estes tiveram a experiência de vínculos de confiança, no decorrer de suas histórias de vida, muito mais referenciadas por rejeições, faltas e violências do que acolhimentos e interesse por eles. As autoras aludem a suas experiências: “[...] quanto mais tempo essas crianças e jovens experimentarem uma vivência familiar mais confiável, mais facilmente estabeleceremos o vínculo.” (p.22).

O dar a voz ao adolescente possibilita que ele saia do estado de alheamento de si próprio, de sua submissão aos outros, de subordinação à sociedade e de sua vida pulsional de sofrimento, para refletir sobre sua passagem ao ato, mesmo que seja para pagar a sua culpa. Na verdade, desde que ao adolescente seja possível elaborar, ele consegue reparar, e quem sabe, vir a reconhecer o seu desejo.

CONCLUSÃO

Análise do Caso V.: preso a um destino que não lhe pertencia (possibilidades de subjetivação através da escuta psicanalítica)

A presente conclusão se refere à análise de alguns aspectos da psicodinâmica do adolescente que participou do estudo de caso apresentado. Adiantamos que críticas possam ser tecidas devido ao fato de o estudo abordar apenas um sujeito, todavia, entendemos que a unicidade contém uma pluralidade de questões sobre a adolescência, as infrações e o sistema socioeducativo, as quais merecem ser discutidas. A metodologia do estudo de caso foi escolhida, porque este é um meio de manter um contato, o mais próximo da realidade, com o objeto de estudo. Barbieri (2010) destaca que uma pesquisa psicanalítica deve abrir diferentes vertentes de compreensão do homem, considerando inviável alcançar uma compreensão profunda do significado (consciente ou inconsciente) da experiência, sem levar em conta os aspectos humanos de uma entrevista ou de qualquer outra forma de contato com alguém. Dessa maneira, utilizaremos o *estudo de caso* como método, para uma melhor apreensão da experiência subjetiva do adolescente, tendo em vista o aspecto contratransferencial da relação, uma vez que a psicóloga responsável forma com o jovem uma “dupla” cujas manifestações emocionais são, igualmente, objeto de estudo.

Segundo Moura e Nikos (2000), o estudo de caso é concebido como a comunicação de uma experiência onde o terapeuta escolhe a situação de tratamento para desenvolver sua pesquisa. Tal experiência inicia-se e se constitui com os registros dos atendimentos, relatando-se o que ocorre na vivência entre terapeuta e paciente, o que irá compor a história clínica por um determinado período de tempo. Tal método nos serve como parâmetro, para a discussão de uma teoria que embasa a técnica utilizada na condução do tratamento, assim como nos auxilia na delimitação do objeto de investigação. Portanto, o estudo de caso é por nós escolhido, porque consiste em um instrumento que permite a investigação de determinada realidade psíquica, sem o pré-estabelecimento de um controle. Tais considerações tecidas sobre a prática da clínica psicanalítica podem ser transferidas para o contexto institucional, pois esse ambiente não é isento de emoções e reações que mobilizam a dupla ou a equipe socioeducativa, aliás, tais elementos se tornam objetos de estudo para uma investigação mais profunda e sensível acerca da realidade abordada.

Desse modo, o estudo de caso é considerado um exame da história de fatos clínicos situados cronologicamente, em um discurso que traz à luz uma hipótese metapsicológica elaborada a partir do encontro do analista com o paciente. Uma de suas consequências é a elaboração de uma teoria que se formula sobre determinado aspecto da clínica psicanalítica, e assim nos serve como importante meio de informação, ilustração e ampliação do conhecimento teórico e da experiência clínica, e, neste caso, dos dispositivos institucionais usados no acompanhamento psicológico com os adolescentes autores de atos infracionais. O SINASE (BRASIL, 2012) reconhece a singularidade do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, destacando o caráter único de cada indivíduo, na consecução do ato infracional. Assim, o elemento comum, ato infracional, torna-se amplo de significados, devido à subjetividade do autor da ação, consistindo o estudo de caso em um meio de apreensão das particularidades do fenômeno manifestado.

Cabe também ressaltar que este não é um caso dado por encerrado: a medida socioeducativa de L.A. foi concluída, mas V. continua vindo aos atendimentos psicossociais (esta é a denominação dada à função do psicólogo que atua na Assistência Social). Podemos iniciar por aqui. Por que V. continua vindo? Por que o técnico responsável pela execução de sua medida elaborou o relatório conclusivo da medida socioeducativa do adolescente e enviou para a promotoria, contudo, continuou atendendo?

A princípio, as respostas são conscientes. Ele iniciou a medida em 26/05/2014 e seu relatório conclusivo foi elaborado em 06/03/2015, ou seja, quase 10 meses após o começo de seu processo socioeducativo. A medida de LA tem um prazo determinado judicialmente de 6 meses, mas este pode ser prorrogado, revogado, podendo a medida ser substituída por outra, de acordo com a avaliação que a equipe técnica faz, tendo em vista o acompanhamento do adolescente e da família assistida. A medida foi estendida, pois havia demanda para a sua continuidade, concernente à necessidade de o adolescente ter um espaço para compartilhar suas experiências, ser orientado, ser ouvido como alguém que tem muitas necessidades afetivas, de dividir com alguém seus conflitos, auxiliando-o a pensar nas emoções deles decorrentes. Temos percebido que a promoção desse espaço e o uso que o adolescente dele faz têm contribuído para que ele possa prosseguir sua vida, fazendo outras escolhas que o distanciem da marginalidade. Um sentimento muito infantil, mas necessário para o desenvolvimento de qualquer sujeito, refere-se à sensação de pertencimento. Este é o elemento principal que possibilitou a V. formar o vínculo com a equipe socioeducativa, sendo possível, através do respeito a sua história, ao invés de condenações, distanciarmos-nos de uma

prática que o vitimizasse; pelo contrário, nossas ações foram focadas na responsabilização de seus atos e na sua elucidação. Ali ele pode ficar triste, bravo, indignado, revoltado e entrar em contato com outros sentimentos, resgatando, dessa forma, sua condição de adolescente cheio de ambivalências, sonhos e medos. Pode mostrar a sua fragilidade infantil de menino desprotegido, o qual teve de se valer de um discurso de homem onipotente, para manter-se vivo emocionalmente. Fazemos uma ressalva sobre o tempo da LA determinado judicialmente (seis meses): por nossa experiência no campo, temos observado que esse período, em muitos casos, relaciona-se apenas ao início do estabelecimento do vínculo pela dupla. Um período bem significativo, pois muitas reações emocionais e comportamentais são manifestadas pelo adolescente, colocando-nos em teste: “Será que eles vão me suportar? Tenho medo de fazer vínculo, de amar e depois ser abandonado.” Isso nos faz refletir sobre a necessidade de um tempo maior, em alguns casos, para que o trabalho de responsabilização acerca dos atos infracionais seja efetivado. Como já mencionado anteriormente, o técnico, mediante o acompanhamento, tem amparo judicial para intervir na prorrogação do prazo da medida socioeducativa, levando em consideração os aspectos subjetivos do adolescente e da família acompanhados.

O caso que analisamos se refere a um adolescente (V.), que iniciou o processo socioeducativo com 17 anos, através de uma Liberdade Assistida, por causa de ele ter sido cúmplice no tráfico de drogas. No dia em que V. foi pego pela polícia, ele estava junto com outro adolescente, que portava drogas, comendo lanche. Este foi o motivo – cúmplice no tráfico de drogas – pelo qual V. foi encaminhado pela promotoria para o cumprimento da medida socioeducativa, contudo, desde sua infância ele vinha cometendo vários atos infracionais, como furtos, assaltos e tráfico de drogas. V. passava longos períodos em situação de rua e usava os atos infracionais como uma maneira de conseguir recursos financeiros para sua subsistência. Os detalhes do caso e os relatos dos atendimentos com V. estão no apêndice, descritos de uma maneira sucinta.

Estamos tratando de um adolescente com sua pré-história que retrata uma infância desprotegida do olhar materno, de provisões ambientais e de uma ruptura que parece ser marcante para o desenvolvimento de suas atitudes antissociais precocemente. Tecemos nossas concepções teóricas nos perguntando sobre o papel da identidade marginal, na vida do adolescente em questão. A mãe e o padrasto de V. revezavam o turno de trabalho, na empresa em que trabalhavam. Enquanto ela trabalhava durante o dia, o marido trabalhava à noite, período este em que ela estava na escola. V. referiu-se, em alguns momentos, nos

atendimentos de LA, sobre ver a mãe constantemente trabalhando, tendo-se queixado da ausência materna, assim sentida pelo adolescente. V. tinha mais dois irmãos, com diferença apenas de um ano de idade (quando começou a medida, V. tinha 16 anos e seus irmãos tinham, respectivamente, 15 e 14). O desamparo psíquico acaba sendo insuportável para V., aos 5 anos de idade, época em que o padrasto se separou de sua mãe e ele passa a “dar trabalho”, segundo a genitora, tornando-se agressivo e inquieto na escola e fazendo alguns furtos.

Retomemos a teoria winnicottiana, que sinaliza a tendência antissocial como um sinal de esperança, da necessidade que a criança tem de recuperar o objeto perdido, o qual lhe proporcionava amor e proteção, para que a mesma prossiga em seu desenvolvimento. V. dava sinais, através de seus sintomas, de que estava sofrendo, que sentia falta da referência paterna e reivindicava outro contorno afetivo, que não poderia ser suprido pela mãe e, por isso, estendeu-se à sociedade. Sem alguém para cuidar dele, durante o dia, ele passa a perambular pelas ruas e a fazer parte de grupos que furtavam; como ele dizia, “eu fui aprendendo a me virar na rua”, e esta foi a lei que passou a reger seu funcionamento psíquico, como meio de se proteger do desamparo sentido com a ausência da figura paterna. Dessa maneira, foi subtraindo do mundo o que ele tinha de melhor, deixando visível apenas o que a identidade marginal lhe conferia; afastava-se das pessoas pelo medo, nenhuma autoridade era vista como meios de ordem e organização, mas como falta de respeito e imposição de sua submissão. Essas características faziam de V. o típico adolescente que não se adapta às normas sociais.

E nós perguntamos: de que forma a lei pode ser internalizada, para V.? Seu pai biológico, o qual não conheceu, havia sido morto devido a um acerto de contas, porque também fizera parte do mundo da marginalidade. Sobrou para V. seguir sua herança transgeracional? Esta era lembrada pela genitora, que seguidamente expressava o medo de o filho completar a maioridade e ser preso, porque ela não via outro caminho para ele, senão a sina de seu pai biológico. A psicanálise demonstrou que aquilo que não é elaborado é repetido e, nesses termos, V. vinha se constituindo assim, como sujeito que repete uma história que não era a sua, todavia, da qual se apropriou, para se defender do desamparo.

Pensemos ainda acerca do que Calligaris (2009) aponta, ao ressaltar que os adolescentes são rebeldes por expressarem os desejos reprimidos dos adultos. Por mais que o discurso e as atitudes da mãe de V. fossem de reprovação da conduta infracional do filho, ela se relacionava amorosamente com homens de atitudes delituosas, como o pai biológico de V.

Certa vez, em um dos atendimentos com o adolescente, este mencionou não se conformar com a atitude da mãe: “Não entendo isso que ela faz, ela não gosta que eu fumo, que eu fico na rua, que eu me envolvo, mas namora um ‘nóia’.” Inconscientemente, não sabemos quais os motivos, mas os desejos de A. (genitora de V.) eram dirigidos para figuras masculinas que transgrediam e V. captou isso, tornou-se igualmente um transgressor, trazendo à tona os desejos reprimidos de sua mãe como possibilidade de ser amado por ela.

Isso implicava a questão da dificuldade de individuação do adolescente, própria da idade, mas potencializada, pensamos nós, pela herança transgeracional e pelo desejo materno. O trabalho com V. prosseguia e, nas entrelinhas, começava a surgir o menino que aprendeu o ofício de pintor com 11 anos de idade, o tatuador e o responsável pelos cuidados daqueles que ele elegia como “irmãos”. Todas as vezes que eu pontuava suas qualidades, V. olhava-me com seriedade e em silêncio, aceitando ouvir, diferentemente do jovem que questionava a autoridade do patrão, da professora e até mesmo da mãe. Diante de seu olhar, às vezes lacrimajante, eu principiava a imaginar sobre o que ele estava pensando: “Ela está falando sério? Ela se importa comigo mesmo? Ela vê coisas boas em mim que eu não consigo ver?”. Não podemos afirmar sobre seus pensamentos, mas o fato é que V. voltava aos atendimentos, cada vez menos resistente e mais adolescente. Como isso? Passou a falar de seus relacionamentos amorosos, dos conflitos com os irmãos, mãe e padrasto, de sua preocupação com a imagem, de suas fragilidades, as quais, durante muito tempo, permaneceram encarceradas na formação do falso *self* do menino marginal. O espaço da LA passava a ser um continente das suas angústias, onde V. podia agora pensar sobre elas e descobrir suas potencialidades. De acordo com Costa (2003), “[...] para que o Eu possa reconhecer o poder erógeno do corpo (fonte de prazer e inversamente de sofrimento), ser-lhe-á necessário criar e reencontrar na cena do real um objeto que confirme a existência destas propriedades.” (p.113). A LA trazia-lhe uma nova proposta de vida, distinta dos receios da genitora em relação ao futuro do filho, que projetava sua prisão, quando completasse seus 18 anos. “Pra mim está muito difícil, no ano que vem V. faz 18 anos e eu vejo ele na cadeia ou morto, não vejo outro caminho.” Essa fala se refere ao discurso da mãe de V., em uma das entrevistas que tivemos, logo no início do cumprimento da LA de seu filho.

Ora, voltemos aos nossos questionamentos acerca da identidade marginal assumida por V. Este passa a fazer uso de maconha e a perambular pelas ruas, quando seu pai (adotivo) vai embora. Este é o momento em que V. perde uma referência de cuidado importante e passa a clamar, através dos atos infracionais, por aquilo que é necessário para a sua sobrevivência.

Nesse sentido, pensamos que suas primeiras atitudes infracionais foram sinais de esperança, um meio para ele recuperar aquilo que era necessário para a criança. Os pequenos furtos e o comportamento indisciplinar, na escola, traziam à tona o aspecto dos efeitos da privação na vida psíquica de V., ou seja, do sentimento de perda da segurança. Winnicott (1947/2000e) assevera que os efeitos da privação para uma criança são catastróficos; o autor utiliza-se do termo *desgraça*, para fazer referência aos efeitos da experiência da privação no psiquismo do infante. É possível associar esse ponto a uma fala de A., onde ela relaciona os atos infracionais com o sofrimento de V., quando o pai de criação vai embora de casa. “Menina, quando ele foi embora, esse menino chorava, ele ficava no portão chamando ‘papai, papai!’ Daí começou tudo, dar trabalho na escola, roubar, sair de casa.”

Vamos compreendendo a história de V. de acordo com as concepções teóricas elaboradas por Winnicott (1947/2000e), em seu trabalho com crianças que eram separadas de seus pais, em tempos de guerra, abordando as características das famílias e sua função necessária para a saúde mental dos filhos. O autor tece a seguinte consideração sobre esse aspecto:

Essas crianças, em tempo de paz, podem ser classificadas segundo duas amplas categorias: crianças cujos lares não existem ou cujos pais não conseguem estabelecer uma base para o desenvolvimento delas, e crianças que tem lar, mas, nele, um pai ou uma mãe mentalmente doente. Crianças como essas se apresentam em nossas clínicas em tempo de paz, e verificamos que necessitam justamente do que precisavam as crianças durante a guerra, eram difíceis de alojar. Seu ambiente familiar as frustrara. Digamos que o que essas crianças precisam é de *estabilidade ambiental*, cuidados *individuais* e *continuidade* desses cuidados. (WINNICOTT, 1947/2000e, p.82).

Esse trecho deixa evidente a importância dos cuidados do adulto em relação à criança, para que a mesma se torne segura, e estes devem ser estáveis, estarem sempre presentes na vida do infante. Quando o autor menciona sobre os pais mentalmente doentes, entendemos como aqueles pais que não conseguiram se ligar aos seus filhos, atendendo-os em suas necessidades psíquicas e físicas (necessárias para o desenvolvimento emocional do sujeito), conseqüentemente, estes irão requisitar, de alguma maneira, aquilo que lhes faltou. A partir das difíceis condições sociais de V., as quais exigia da mãe trabalhar e estudar, dentre outros fatores, como a separação dos pais (o pai adotivo, após a separação, não teve mais contato com V.), quem pôde se envolver com esse menino? Usamos envolvimento, no sentido psicanalítico, de suportar os ataques de ódio e aceitar a reparação, tornando possível o

apaziguamento pulsional, o sentimento de culpa e a posterior responsabilidade social. Quando isso não é possível, uma das saídas é se voltar para o exterior, com ataques destrutivos ou tornar-se um sujeito com o papel destrutivo, a fim de que o controle dessa excitação seja adquirido mediante uma autoridade externa. Esse ataque representa um último sinal de esperança para o alcance da estabilidade emocional do indivíduo, o qual provoca a autoridade, para adquirir ou restabelecer seu controle interno.

A não negação da agressividade, segundo Winnicott (1939/2005b), favorece o trabalho de reparação e a restituição do sujeito. Nesse sentido, vamos entendendo que o espaço da LA serviu para V., também nesse sentido. Destacamos alguns episódios, em que V. compareceu à instituição executora de medida e não foi atendido, por estar sob o efeito de maconha, ou quando vinha acompanhar alguns de seus amigos e não lhe dávamos o vale transporte, explicando que este só era permitido no dia de seu atendimento. São exemplos do limite, de uma autoridade não coercitiva, mas necessária para a ordenação do caos interno de todo adolescente. O mais interessante foi que, quando agíamos assim com V., ele esbravejava, e tínhamos a sensação de que ele não voltaria a cumprir sua medida; pelo contrário, ele retornava na semana seguinte, como se nada tivesse acontecido. Quer dizer, fomos o alvo de seus ataques de ódio, contudo, sobrevivemos aos mesmos, e ele pôde continuar seu processo socioeducativo e se acalmar. Estas não são intervenções de um *setting* psicanalítico, mas são conhecimentos da psicanálise que podem ser aplicados nas instituições com finalidades terapêuticas, enquanto uma possibilidade de a instituição funcionar como um referencial externo forte, confiante e continente para drenar o instintual, exercendo o ambiente sua função tranquilizadora, “[...] dentro de cujos limites um certo grau de maldade pode ser dramatizado e usufruído sem perigo.” (WINNICOTT, 1939/2005b, p.101).

Essa abordagem da equipe técnica nos ajuda a executar um trabalho com o sujeito na contramão daquilo que está instituído e que, a nosso ver, tem propiciado um trabalho elencado no Modo de Produção Capitalista, o qual prioriza a produção de bens materiais e a organização da sociedade em favor da objetificação do sujeito. São produções de subjetividade em série, assim como os produtos fabricados para o mercado de consumo, onde ocorre a separação do produto e seu produtor, provocando o desconhecimento daquilo que é produzido no final. Com efeito, isso vem implicar, no campo da atenção social, a alienação do sujeito frente à sua condição social causadora de sofrimento. Tais fatores têm estruturado muitas práticas da Psicologia que negam a dialética entre o corpo e a mente e repercurtem em

noções cindidas e até mesmo simplistas sobre o sujeito, sem abarcar a complexidade dos fenômenos.

Retomemos o problema da violência, na constituição da subjetividade do adolescente. Costa (2003) forja a questão da delinquência enquanto identidade gerada pela violência. Todavia, como o autor compreende a violência? De um modo não quantitativo, oposto ao excesso pulsional ou acúmulo de excitações que rompe a barreira protetiva do ego, enfatiza a natureza da representação, a qual está associada à ação violenta. Assim ele afirma tal hipótese:

O “senso clínico comum” pode provar o que afirmamos, mostrando a preeminência do elemento representativo sobre o fator quantitativo. Todos sabemos, por exemplo, que atitudes de indiferença, desamor ou desprezo dos pais para com os filhos são atitudes violentas. Ora, neste caso, é a representação que ineludivelmente dá ao afeto o timbre da violência. (COSTA, 2003, p.123).

A representação ganha tónus por conter o potencial de violência de um ato psíquico. A conotação do ato violento, que a representação porta, causa seus efeitos no psiquismo do sujeito. V., independentemente da realidade externa, tinha a representação da família como o negativo do papel protetor. Seu discurso portava o abandono, a solidão e a raiva em relação às figuras parentais. Nesse sentido, entendíamos que o fato de V. se vincular tão fortemente a outros grupos que não a família, além de ser um aspecto da adolescência, era uma maneira de ele pertencer a algum lugar; se ele nunca se sentira filho, exercia, nesses grupos, o papel de cuidador, da pessoa responsável pelos cuidados, pela orientação e pelo financeiro. Esse papel, por sinal, era o mesmo que assumia dentro de sua família e, na sua relação com a mãe, este era o papel pelo qual ela o valorizava e o desfiliaava, colocando-o muito mais próximo de uma figura parental. Ou esta era a maneira com que ele se sentia pertencido?

Ocorre, pois, que esse pertencimento vinha também com uma boa dose de abuso por parte daqueles que ele passava a cuidar, sendo este um dos assuntos mais abordados no atendimento da LA. V. relatou que chegava a passar fome para os amigos “irmãos” comerem (quando estava morando com mais dois amigos, R. e V.), que várias vezes preferiu ser considerado o culpado de algumas situações, para isentá-los da responsabilidade e poderem trabalhar. Uma estratégia de sobrevivência, tendo em vista a pobreza? Pode ser. Mas isso traz à tona o papel que V. assumia em seus relacionamentos pessoais, de cujas consequências em sua vida ele não tinha consciência. À medida que nossas discussões foram se aprofundando, passamos a relacionar sua alteração de humor como resultante da posição de abuso, na qual

ele se permitia colocar. E o consumo de maconha passou a ser compreendido por nós como um calmante para ele, um jeito de ele se apaziguar internamente da raiva que sentia, diante das situações de abuso. V. passou a consumir drogas aos 11 anos de idade; o corpo drogado, eternamente em gozo – como enfatiza Costa (2003) –, servia-lhe como uma defesa em face das experiências representadas como desamparo, ódio, saudade e solidão, sendo um artifício utilizado para o seu psiquismo não entrar em contato com suas emoções, conservando a imagem de homem protetor e forte que ele deveria assumir. Seu corpo teve que lhe prover o prazer que não podia encontrar no corpo do outro. Dessa maneira, ele se sentia valorizado? Quando ele conseguia exercer o papel de homem provedor? Quando isso era abordado, o silêncio vinha à tona, com um olhar dirigido profundamente aos olhos da psicóloga que o acompanhava, um olhar que, com o passar do tempo, tornava-se raso, devido às lágrimas contidas diante dos apontamentos.

Como consequência de uma vida permeada pela ausência do Outro, responsável pela ordenação da pulsionalidade do infante e sua proteção, daquele que é auxílio para que aconteça o processamento das emoções e as experiências possam ser simbolizadas, os efeitos na função do pensamento de V. valeram para a proteção contra a violência. Assinala Costa (2003): “Em vez de dispositivo seletor e metabolizador de afetos e representações, o pensamento reage aos enunciados ou emoções contrárias à definição da identidade, de que é parte, como uma superfície-limite, tênue e hiperestésica, pronta a sentir a palavra do outro como um “rompimento doloroso.” (p.116).

V. sempre disse que, desde criança, não queria viver com sua família, que era insuportável ver sua mãe trabalhando tanto e ele querendo as coisas. De uma forma consciente, os atos infracionais foram justificados enquanto meios para adquirir os objetos de consumo. Entretanto, sair de casa poderia corresponder a querer sair desse papel. Assim, ele passa a se vincular com a ideologia do crime, a qual lhe conferia as funções de proteção e defesa, nunca sentidas em seus relacionamentos familiares. Antes de a ideologia marginal fazer parte do amálgama dos mecanismos identificatórios do adolescente em questão, ele aprendera a profissão de pintor e sobrevivera um tempo significativo, através dos benefícios “psíquicos e financeiros” desse ofício. Essa questão será discutida mais adiante.

Fomos percebendo que V. sofria muito com os rompimentos de vínculos. Quando V. e a esposa terminaram o relacionamento, irromperam sintomas depressivos, como tristeza, desânimo, verbalizações que conotavam desejo de morte e apatia. Porém, fomos

compreendendo que esses sintomas estavam mais associados à questão de ele perder a função de homem provedor e todo o reconhecimento que essa postura lhe conferia. Nesse momento, a equipe socioeducativa se sensibilizou, na intenção de acolhê-lo e de trabalhar com o adolescente, no sentido de que ele poderia ser frágil, ser filho que precisava de cuidados, os quais provavelmente viriam dele próprio, ao invés de cobrarmos da família algo nesses termos, pois o nosso trabalho era mais no campo das representações e não das ações. Foi um momento em que V. pôde falar de sua dor e tomar consciência dos abusos que sofria, prostrado nesse papel assumido por ele durante bom tempo.

Consequentemente, ele passou a ser mais adolescente, a viver e a relatar as crises pelas quais um adolescente passa, pois o espaço da LA lhe concedeu isso. Falava das namoradas, do seu dia a dia, dos seus ódios e indignação em relação ao padrasto (usuário de *crack*); às vezes, não falava nada, expressava certa raiva em relação a sua mãe, todavia, dava sinais de que não queria se aprofundar nessa questão. No entanto, V. relatou, no seu penúltimo atendimento, que havia brigado com sua mãe e falado coisas que ele sempre quisera dizer a ela, de suas irresponsabilidades, de seu envolvimento com o padrasto, de suas ausências em relação aos filhos, o que culminou com os dois ficarem sem se falar. V. veio para o atendimento magro, abatido, novamente os sintomas depressivos emergiram como consequência do rompimento com a figura de homem forte que ele assumira. Nessa crise, sua aparência nos parecia a personificação de uma criança em sofrimento, o qual não era expresso em palavras, mas por sua imagem, que reivindicava amor, proteção e um olhar de cuidado para ele, um novo papel.

V. pôde se dar conta das negligências que sofrera, compreendendo que a família, mais especificamente as figuras parentais, rompera as regras do contrato ao qual deveria obedecer, repercutindo enquanto violência no sujeito violentado, como atesta Costa (2003, p. 130), onde o “[...] sujeito percebe que o agente da violência é concomitantemente condição inelutável de sua sobrevivência e porta-voz onipotente de sua sentença de morte”. Não estamos aludindo a ações violentas, como espancamentos ou atitudes desse porte, do adulto para com a criança, mas das possíveis negligências das funções paterna e materna. Nessa perspectiva, a delinquência tornou-se um caminho na luta contra a violência presente na vida de V., na qual ele procurou refúgio e fortaleza contra o seu desamparo.

Importante salientar que é na adolescência que o sujeito passa a ter o contato mais consciente com a realidade, segundo Vorcaro, Mazzini e Monteiro (2008), coincidindo com a queda das fantasias infantis em relação às figuras dos pais, do corpo e da própria infância.

Com isso, o medo de enfrentar o mundo adulto, de inserir-se nele, é expresso de diversas formas pelo adolescente. As atitudes com respeito aos pais são ambivalentes, expressas ora com a autonomia, ora com a dependência. No caso de V., vamos percebendo que a maneira que ele encontrou para enfrentar o medo ficou mascarada diante da figura potente do adolescente “fora da lei”, numa tentativa de aniquilar o mundo, ao invés de se ver aniquilado por este, em face de todo o turbilhão de emoções que emergem na condição do adolecer.

V. tenta encontrar um lugar na sociedade, digamos, dentro da legalidade, quando passa a trabalhar enquanto pintor (11 anos) e, posteriormente, no Ceasa (13 anos). Porém, devido à menoridade, segundo o relato da genitora, V. era impedido, pelo Conselho Tutelar da cidade na qual residia, de executar tais funções remuneradas. V. vai então se deparando com a exclusão também da sociedade. Primeiro, devido à pobreza e, depois, por lhe ser indeferido o direito de trabalhar. Passa a utilizar-se da violência, como resposta a uma violência sofrida como a privação da possibilidade de uma vida digna, negada pela sociedade. Vorcaro, Mazzini e Monteiro (2008) elucidam essa questão nos seguintes termos:

Ao tentar encontrar um lugar na sociedade, eles deparam com uma realidade que os exclui. Diante dessa exclusão, muitos deles desenvolvem uma maneira peculiar de fazer o laço social, por meio do ato infracional. Com isso, rompem com o pacto que rege as relações sociais. O ato infracional pode ser entendido como uma tentativa de inclusão nesse contexto social do qual ele é expulso. (VORCARO; MAZZINI; MONTEIRO, 2008, p.138).

Encontra um meio, por meio da transgressão, de inscrever-se no social, fazendo parte da sociedade enquanto excluído. Lembremos que o ato infracional traz a possibilidade de uma visibilidade, mesmo que às avessas, por causa da imposição do poder (quando do lugar de cidadão passivo da sociedade, o adolescente passa a ser ativo no ato do crime) e do alcance da condição de consumidor. Essa é uma questão que explica a alta incidência de adolescentes das camadas mais pobres no sistema socioeducativo.

Quando evocamos a questão do papel da família, mais especificamente das figuras parentais, estamos tratando das funções que o adulto pode realizar para a criança, enquanto ordenador simbólico e não das figuras concretas, ou seja, da presença real da mãe e do pai. A metáfora paterna pressupõe a castração e a separação da criança em relação ao desejo materno que a definia até então, possibilitando ao sujeito imprimir a sua singularidade. V. parece ter vivido por um bom tempo de sua vida nessa condição alheia de si mesmo, perdido na tradução do que ele acreditava ser o desejo materno, para possuir o amor de sua genitora. E seu

processo de diferenciação? Para V., parecia ser possível adquirir uma identidade apenas ao lado de sua mãe. Esse fato pode ser observado de modo concreto, pelo processo de retirada de seus documentos pessoais. Estes haviam sido perdidos numa abordagem policial e, no processo socioeducativo, orientávamos que os mesmos fossem refeitos. Notávamos, a princípio, uma falta de importância, um tanto sintomática, conferida a esse assunto, que aos poucos foi sendo abordada vinculada à dificuldade de ele construir sua identidade independente da mãe e da postura marginal.

Seguimos adiante, falando sobre o falso *self*, entendido por nós enquanto um mecanismo de defesa que protege o verdadeiro *self*, que o contém dos impulsos pessoais, consistindo na parte do indivíduo que lhe permite entrar em contato com o mundo, aquela parte da personalidade que o sujeito encena. Dethiville (2011), ao discutir a obra de Winnicott, menciona que o falso *self* consiste numa defesa bem-sucedida contra o esfacelamento. Segundo a autora, Winnicott encerrava o verdadeiro *self* como a fonte da espontaneidade e da criatividade, vinculada a sua origem à adaptação do ambiente às necessidades do bebê, permitindo a este a vivência de um estado de onipotência e ilusão, necessário para a transformação de sua necessidade em criação (por exemplo, quando o bebê alucina o seio, na ausência do mesmo, com a finalidade de suportar a sua falta). A autora continua:

Quando o ambiente não se adapta bem no estágio precoce, não é percebido, nem registrado, de modo que não gera sentimentos de dependência, mas quando o ambiente consegue isso, essa falha é registrada como uma invasão. Há uma angústia “impensável”, no sentido de que ela não pode ser pensada por pertencer a um tempo sem pensamento. (DETHIVILLE, 2011, p.103).

A origem do falso *self* é explicada, levando-se em consideração as falhas ambientais datadas muito precocemente na vida do bebê. Ele possui a função de proteger o verdadeiro *self* de um perigo impensável, como menciona Dethiville (2011), do perigo de ser anulado, de evitar a desintegração, o caos e a loucura, sendo um mecanismo de sobrevivência psíquica. Consideramos que V. encarnava um falso *self* marginal. Primeiro, porque, sendo forte e violento, ele não entrava em contato com a violência internalizada que ele portava. Segundo, porque essa estruturação lhe foi necessária para lidar com toda a pulsionalidade da adolescência, com medos e perigos que rondam essa fase da vida do ser humano. Terceiro, porque o falso *self* o atendia, em sua necessidade de se desvincular da figura materna, sem sofrer as dores dessa separação, de ter autonomia; por último, protegia-o de seu desamparo e da violência a que fora exposto. Pensamos também que, ao encenar o típico marginal, V. se

protegia das representações negativas das figuras parentais, substituindo-as pela adoração à figura materna que a ideologia marginal prescreve, uma vez que vemos frequentemente os adolescentes tatuarem o nome de seus pais, irmãos, ou mesmo a palavra *família*, embora, na realidade, os vínculos sejam desastrosos. De alguma forma, eles precisam lidar com essa violência, agarrando-se a uma ideologia paralela, para ordenar seus pensamentos, dar sentido às suas vivências de uma forma integrada. Dethiville (2011) destaca que, da gênese de uma falha ambiental adaptativa, ocorre a transformação em uma adaptação bem-sucedida.

O falso *self* permite que o sujeito permaneça escondido; para que este sobreviva, ele precisa encontrar alguém ou algo que encerre a função de bom ambiente, onde ele possa sobreviver. Creemos que o trabalho com V. foi pensado nesses termos, de acolhê-lo em suas necessidades psíquicas, de permitir a ele compreender seus ódios e suas angústias, de suportá-lo como uma criança que pede, que necessita e utiliza, muitas vezes, a agressividade para comunicar aquilo de que ele está precisando. Uma questão que nos chamava a atenção a respeito de V. era a instabilidade de sua vida: cada vez que vinha aos atendimentos, estava em determinada situação – um dia morando junto com a namorada e amando intensamente, outra hora separado, voltando às baladas e morando com a mãe, depois, morando com os amigos, morando na rua, voltava a morar na residência da mãe, trabalhando como pintor, depois como colocador de placas. Uma mutação constante, que atendia às suas necessidades de vida, porque ele precisava sobreviver e, para isso, tinha que “se virar”, ainda que isso pudesse denotar, igualmente, o reflexo de um adolescente tentando se posicionar no mundo adulto e assumir uma identidade.

Desse modo, acreditamos que foi importante para V. o acompanharmos nessa sua vida de camaleão. Percebíamos suas frustrações, compartilhávamos suas tristezas, conquistas e alegrias, e também orientávamos. Assim, segundo as palavras de Dethiville (2011, p. 111), “[o] sujeito, que se fabricou segundo as expectativas do outro, finalmente pode entregar-se e ‘ser’.”

Fomos apreendendo a história de V. enquanto percurso em busca da constituição de sua identidade e não como a tradução do desejo materno o qual ele acreditava que precisava ser, para ser amado e pertencer à sua família. A verbalização de V. “eu sempre quis sair de casa desde criança, ter a minha vida” pode ser entendida como um desejo desse menino, desde muito cedo, de querer romper com o papel que lhe era imposto, de um homem com condições de se cuidar, um papel que o colocava à mercê do desamparo, pois não havia um olhar para

uma criança que precisava de cuidados básicos, como atenção, acolhimento, disposição e limites; por isso, foi difícil para V. expor suas fragilidades, durante os atendimentos de LA. No devir desse acompanhamento, através do vínculo que possibilitou a circulação da palavra, o conhecimento do desconhecido e da transferência, V. foi aos poucos demonstrando suas fraquezas, porque havia um espaço, um continente para este, sem demandas para ele cumprir, apenas um lugar para ele começar a existir, para cuidar da criança perdida e dismantelar a caricatura do homem forte e responsável.

As diretrizes do atendimento socioeducativo foram ficando de lado, nesse primeiro momento, porque achávamos que precisava surgir um sujeito pertencente a ele próprio, para que pudesse responsabilizar-se por seus atos e dar rumo ao seu “novo projeto de vida”. Aliás, esse projeto de vida não foi pensado com os parâmetros da socioeducação (estudar, ser inserido no mercado de trabalho etc.), pois, assim, estaríamos funcionando como figuras parentais que lhe exigiam essas questões concretas, sem antes lhe dar condições afetivas que possibilitassem V. de assumi-las. O seu novo projeto de vida foi direcionado pela demanda que o adolescente trazia, de acolher e pensar sobre o seu sofrimento, a fim de que ele pudesse dar respostas subjetivas que o afastassem do destino da violência.

O Atendimento socioeducativo de LA e sua intersecção com a Psicanálise: uma proposta de intervenção

A experiência com adolescentes autores de atos infracionais, sob a luz da psicanálise, orienta-nos a pensar sobre os novos sintomas que surgem em decorrência das transformações sociais e tudo o que vai acarretar na estruturação do sujeito, sendo necessário um lugar para tais questões serem ditas, ouvidas e pensadas. Nosso propósito é manter uma prática socioeducativa próxima da natureza do cuidado, como formulam Dias e Loparic (2008), e não restrita às medidas assistenciais. Tais autoras argumentam sobre uma prática, em conexão com as diretrizes do SINASE, que possibilite uma “autêntica” reconstrução do projeto de vida dos adolescentes, que priorize a retomada do processo de amadurecimento psíquico e a autenticidade da experiência, sob a luz da espontaneidade e da criatividade. Lembramos que as autoras explicitam suas propostas dentro do referencial winnicottiano, o qual enfatiza o inato processo integrador do ser humano, sob as circunstâncias de um ambiente facilitador, e a adolescência como um momento da vida onde esse ambiente deve auxiliar no processo de integração da personalidade.

A adolescência é o período da vida no qual o indivíduo tem a chance de sedimentar as conquistas já feitas e de integrar à personalidade aquilo que não foi integrado nos estágios anteriores do amadurecimento. Assim, a família e a sociedade continuam sendo sumamente importantes como ambiente facilitador. Cabe ao ambiente (famílias ou instituições sociais substitutivas) aceitar e acolher a imaturidade do adolescente, a sua oscilação dependência-independência, ou seu sentimento de irrealidade, a sua necessidade de ser alguém em algum lugar, de confrontação, de procurar as próprias soluções e de não aceitar falsas soluções. Além disso, o adolescente precisa de um ambiente que esteja disponível para a comunicação verdadeira, que facilite a integração de sua instintualidade e exerça a lei sem retaliar e sem simplesmente punir. (DIAS; LOPARIC, 2008, p. 52).

Logo, acreditamos que a LA tem funcionado para V. como um espaço que tem ajudado em seu processo de independência, auxiliando na retomada de seus processos integrativos, à medida que nos dispomos enquanto ambiente facilitador, onde é possível a sua livre expressão dos ódios e dos amores, de questionamento das soluções que o sistema socioeducativo propõe, tendo em vista as condições de sua realidade social, do pensar enquanto processo integrador de afetos que sai do campo das explicações intelectuais e das necessidades imediatas, aproximando-se do sujeito e das reflexões que este faz sobre si e acerca do mundo a sua volta.

O pensar conferiu a via do questionamento sobre a verdade a qual V. acreditava ser seu destino, sobre as crenças que sustentavam suas atitudes, abrindo caminho para a ampliação do pensar e, conseqüentemente, da individuação, processo este que o retirou da necessidade de corresponder àquilo que, conforme cria, lhe era imposto e que o fazia atuar numa impostura.

Obviamente, isso não aconteceu de maneira instantânea: foi necessário tempo e espaço, para pensarmos nas suas atuações. Recordamos que V. voltou a vender drogas por um curto momento, quando sua família estava endividada e ele acabou correspondendo à demanda de resolver esses problemas. Esse momento de repetição abriu uma janela para várias discussões em torno do papel que ele exercia, do que os atos infracionais estavam lhe servindo, de rememorar que ele poderia estar recorrendo a essa impostura da mesma forma que seu pai biológico fazia, para dar conta de atender às necessidades de sua família. Enfim, repetir abriu as portas para a recordação e para uma possível elaboração daquilo que vem como impulso, sem o pensamento.

V. pode falar sobre vender drogas sem ser punido; foi alertado sobre os perigos, mas, antes, pode pensar por que essa atividade havia se constituído como via única de respostas ante suas necessidades. Pudemos pensar juntos que a resposta intelectual de “ajudar a família”, não desconsiderando suas reais condições socioeconômicas, revelava um sujeito cindido, impossibilitado de pensar nos afetos. Nessa questão, apoiamo-nos em Zygouris (2011), que discorre sobre a importância do estabelecimento do processo de pensamento:

As coisas não passam de “consciente a consciente”, nem de inconsciente a inconsciente, mas de pensamento para pensamento, ou seja, de processo de pensamento para processo de pensamento. Os pensamentos são encarnados. (ZYGOURIS, 2011, p.15).

Aos poucos, fomos conseguindo abarcar as situações de sua vida, porque, juntos, conseguimos pensar sobre os afetos, uma vez que a cisão foi a melhor maneira que V. encontrou para lidar com estes, tamanha a dor e diante da ausência de um continente que pudesse conter seus ódios, sua violência, sua imaturidade. Zygouris (2011) enfatiza que não há pensamento sem afetos. V. atuava, porque estava cindido (no sentido de não ligar os afetos aos pensamentos, devido à sua precariedade egoica); juntos, fomos pensando sobre suas infelicidades, de tal modo que ele pudesse lidar com elas, sem se colocar em risco de morte ou à mercê de atitudes destrutivas. Consolidava, a partir daquele momento, uma busca identitária, na qual os processos de subjetivação se afastavam da violência. Não olhávamos para V. apenas como vítima, mas como um sujeito que precisava reconhecer os impactos da realidade traumática por ele vivida, de sorte a entender que ele havia sobrevivido e não que precisava repetir para sobreviver. Ao lado de suas dores, agora acolhidas, revelava-se um adolescente com todos os conflitos da adolescência. Ele não precisava mais apresentar-se diante de nós como um “fora da lei” ou um “homem responsável por sua família”, porém, como um menino que estava crescendo e precisava de um ambiente facilitador.

O vínculo foi o meio de esse ambiente facilitador ser sentido e proporcionou o acesso ao pensamento. Um vínculo sem as características de um jogo de poder, através do conhecimento sobre o outro: o conhecimento era construído junto, o que não quer dizer que não havia diferença entre as nossas posições, dentro do processo socioeducativo. Esta esteve presente, na medida em que oferecíamos os limites, mas não constituiu um impedimento para o estabelecimento da confiança de V. em relação à técnica, oportunizando um espaço para a repetição restringir-se até o momento em que pudéssemos pensar sobre ela. Não tínhamos pretensões ansiosas sobre V. tornar-se um bom socioeducando, atendendo a todas as metas de

seu PIA, mas não podemos negar que havia um anseio de ele poder ser alguém distante da violência. Zygouris (2011) admite o vínculo como instância necessária para o surgimento do pensamento, e o pensar tem sua importância, por ser a gênese do processo de separações psíquicas necessárias a uma vida autônoma.

Tal postura da equipe técnica visava ao retorno da esperança de uma vida que poderia ser vivida de forma digna. Sabíamos que tínhamos de suportar os ataques de V. e que estes serviam para ele testar o ambiente: este sendo estável e resistente, poderia promover a diminuição de suas tendências antissociais, caso estas não fossem reforçadas por ganhos secundários. Estes podiam ser os objetos que ele conseguia com os lucros do tráfico, com o reconhecimento da família e dentro do grupo do qual ele funcionava como o mais forte, o experiente. Porém, ao mesmo tempo em que isso era verdade, portava também os riscos, as instabilidades, e isso não era suficiente, mesmo que se sentisse pertencido, pois V. carregava as marcas de um grande sofrimento. Existia a demanda socioeducativa, contudo, antes disso, havia questões anteriores que V. nos trazia e para as quais não poderíamos deixar de olhar; se assim fizéssemos, estaríamos, mais uma vez, confirmando as negligências que marcaram sua vida. Precisávamos auxiliá-lo a dar nome àquilo que nunca fora nominado anteriormente.

Nessa perspectiva, passou a operar a transferência. Que lugares ocupamos, para que V. pudesse trazer toda a sua demanda? O que representávamos para V., de tal modo que ele estava podendo repetir situações primitivas de sua vida? Começamos a pensar no que V. nos causava. O sono e a indisposição fizeram-se presentes, no início de seu processo. Esta era uma comunicação através da identificação projetiva, era isso que V. nos provocava, ou seja, era isso que ele sentia, quando se relacionava com suas figuras parentais, uma indisposição frente a toda demanda que ele necessitava que fosse olhada e cuidada. O sono também refletia o desligamento, a dificuldade que V. tinha de manter-se ligado à sua realidade, porque anteriormente não se ligaram a ele, e refletia a solidão. Zygouris (2011) assegura que o sono pode ser compreendido como a primeira reação psíquica da criança, diante da separação da mãe. Era assim que V. nos comunicava, de modo primitivo, o estado de seu mundo interno, permeado, assombrado pela solidão, por um desamparo sem palavras, mas que era confirmado no seu olhar, no seu silêncio, o qual refletia a ausência de palavras para significar esses registros.

Sentíamos-nos impotentes, questionávamos-nos sobre o que poderíamos fazer. E a primeira resposta que nos escapulia era: “vamos continuar ficando junto com ele”.

Captávamos seu estado emocional, estávamos inconscientemente, como ele, paralisados, inibidos, em contato com sua parte mais sofrida. Zygouris (2011) faz um significativo apontamento, o qual justifica a nossa atitude:

Estar “com” é ser um alguém separado em contato vivo com um outro. Para tanto, não é necessário invocar a grande figura teórica do sujeito desejante... Podemos dizer que estar “com” convoca a pulsão de vida na relação com o outro. Só assim é possível fazer apelo ao pensamento consciente sem estar clivado dos processos inconscientes. (ZYGOURIS, 2011, p.51).

Antes de adentrarmos na discussão sobre a transferência, não podemos deixar de mencionar que V. era seu primeiro nome, todavia, sua mãe, familiares e amigos o chamavam pelo seu segundo nome, H. Certa vez, ele pediu para que colocássemos o codinome de Coringa, quando estivéssemos escrevendo sobre ele, na pesquisa. Essa denominação fazia referência a sua rivalidade com a polícia e confirmava sua identidade pautada na marginalidade. Nunca nos ocorreu de escrever sobre V., usando a palavra Coringa. E nos perguntamos: por quê? Parece-nos óbvio agora, porque a todo o momento estivemos conectados com V., com a sua intimidade e com a descoberta de sua identidade: recebíamos o garoto V., desde o princípio de seu processo socioeducativo, sem anseios de como ou quem ele deveria ser.

Prosseguimos nossa discussão, avançando para o terreno da transferência, enquanto um dispositivo clínico psicanalítico que pode ser operado dentro da prática socioeducativa, em especial com os adolescentes em LA. Laplanche e Pontalis (2001) se referem à transferência, em psicanálise, como um processo no qual os desejos inconscientes são atualizados pela relação estabelecida entre o paciente e o analista, tornando possível a repetição dos protótipos infantis, na atualidade. Ela se instala especificamente, segundo Ribeiro (2011), com aquele que se coloca na posição de escutar, revelando para este a posição daquele que fala perante o Outro, consistindo na repetição através do ato da realidade psíquica do sujeito.

A transferência existe em todos os tipos de relacionamento e, não por acaso, não deixaria de existir no atendimento com os adolescentes em L.A. Portanto, ela deve ser considerada e compreendida dentro no contexto socioeducativo, a fim de que seu manejo ocorra de uma forma diferente da transferência que se instala no *setting* de uma análise, onde ela é interpretada. Enquanto profissionais da Psicologia, orientados pela psicanálise, a transferência incide sobre a nossa prática como uma maneira de apreendermos como o sujeito

se relaciona com os objetos a sua volta e consigo mesmo, torna-se uma via para a compreensão do infantil e dos sentimentos mais primitivos, presentes em qualquer ser humano. O seu manejo pode se pautar, principalmente, como um instrumento de conhecimento para o técnico da dinâmica psíquica daqueles que são atendidos pelo sistema socioeducativo, por intermédio do qual o trabalho de levar à consciência partes obscuras da personalidade do sujeito se torna mais fácil de ser refletido pela dupla, enquanto o trabalho de responsabilização do sujeito para com suas ações venha a se concretizar.

Os limites e os cuidados para o manejo da transferência, no contexto assinalado, devem ser bem estabelecidos, de sorte a não se correr o risco de o técnico corresponder às demandas de amor do adolescente assistido, caindo no campo da sedução, ou afastar-se devido às cargas afetivas de ódio que igualmente se farão presentes, em algum momento. De nossa experiência, constatamos que o não reconhecimento da transferência acarreta práticas que vitimizam o sujeito, porque o técnico seduzido se envolve com o discurso da criança “carente”, oferecendo amor, isentando-a de sua responsabilidade na consecução do ato infracional. Ou, ao contrário, quando o adolescente revela sua violência, é considerado e abordado como um criminoso, ganhando um *status* jurídico ou de doente mental. Os relatos hiperbólicos de cenas violentas estarão presentes no atendimento com alguns adolescentes em cumprimento de medidas, porém, temos de estar atentos para o seu significado e o que ele vem revelar sobre aquele sujeito e também sobre a relação que está se criando entre ele e a equipe socioeducativa.

Regressemos ao caso, para ilustrar alguns aspectos da transferência. A princípio, V. se apresentava à equipe socioeducativa com um discurso de comprometimento com os parâmetros socioeducativos, como, por exemplo, inserir-se no mercado formal de trabalho. Essa postura se referia, a nosso ver, ao papel que representávamos para ele, enquanto instâncias investigativas que forneceriam as informações para os órgãos judiciais. Essa também era a maneira, diante da vida, de ele se portar como um “sujeito homem”, responsável, que teria a aprovação da instituição socioeducativa e de seus familiares. Como não nos identificamos com esse lugar do poder, foi possível o florescimento da singularidade do adolescente em questão. Houve alguns atendimentos pontuais nos quais V. se apresentou com um aspecto um tanto “fétido”, exalando cheiro de cigarro misturado com suor, as roupas sujas e amarrotadas, as unhas compridas e sujas, dentre outras características que figuravam sua situação emocional. “Ele estava um lixo” – isso pôde ser dito para ele, à medida que ele fora revelando o que estava acontecendo. V. estava em um daqueles momentos em que

rompia com tudo – namorada, família, trabalho – e estava dormindo na rua. Verbalizava que estava cansado, sem forças, que pensava em se matar como única solução. V. não viera ao atendimento apenas para falar do que estava acontecendo, mas queria ver se realmente suportávamos toda a sua miserabilidade. Confessamos que fora difícil permanecer com V., naquele momento, em função da situação que se apresentava. Entretanto, precisávamos pensar sobre o que aquela repulsa poderia representar.

Enfatiza Ribeiro (2011): “Tal como Sócrates e Alcebíades, o técnico deve reconhecer o que está em jogo na transferência e possibilitar um espaço de construção de algum saber a partir do próprio adolescente, sem jamais ocupar o lugar de mestre ou até mesmo de juiz” (RIBEIRO, 2011, p.71). O manejo da transferência não é nada fácil e requer do técnico certo distanciamento, para pensar a respeito do que ocorre no atendimento com os adolescentes em LA. Vários são os sentimentos despertados, como os de ódio, pena, culpa e encantamento. Toda essa gama afetiva consiste em comunicações primitivas que devem ser pensadas dentro do contexto da vida do adolescente; caso contrário, corre-se o risco de atuações do próprio técnico que correspondam a essas demandas e nada auxiliem no processo de subjetivação do adolescente, na retomada de seu desenvolvimento emocional.

Ribeiro (2011, p. 71) reitera: “Ainda que a medida não vise o trabalho analítico do jovem, saber-fazer com a transferência contribui para o processo de responsabilização, uma responsabilização que também passa pelo campo da palavra.”

Não estamos propondo a análise, mas deixando evidente o quanto alguns recursos da clínica psicanalítica podem ser transpostos para o campo da socioeducação, servindo para a promoção do sujeito e sua responsabilização perante seus atos. V. continua em atendimento, a princípio, porque entendemos que a estabilidade do ambiente facilitador lhe confere a segurança e a confiança necessárias para que as defesas das quais abriu mão não sejam novamente instaladas. E, segundo, porque temos a sensação de que ele não tem recursos ainda para lidar com essa separação. Ou esta seria uma atuação nossa, ao nos identificar com o adolescente, que, após a separação dos pais, passa a manifestar seus sintomas antissociais? Ou, ainda, de relevar essa situação, pois percebemos a sua fragilidade egoica e toda a sua erupção da agressividade e sexualidade, devido à adolescência? É o caso de pensarmos com ele, juntos, sobre isso.

Concordamos com Dias e Loparic (2008), que discutem sobre as práticas socioeducativas, argumentando que a contenção social oferecida pelas instituições executoras

das medidas deve ter a intenção de amparar o adolescente para a retomada de seu crescimento pessoal e na reelaboração pessoal das relações ambientais, mediante a oferta de contribuição com algo, desde que seja permitido, considerando os aspectos da criatividade do adolescente. Essa concepção carrega o *status* da consideração em defasagem da obrigação ou punição, contudo, não desconsidera as regras que organizam o funcionamento da instituição, o que auxilia o adolescente na compreensão da lei e do limite como algo organizador, estruturador e de proteção para a vida de qualquer sujeito, na sociedade.

As autoras abordam ainda a questão de o espaço socioeducativo funcionar como um ambiente facilitador necessário para o adolescente se recuperar de suas tendências antissociais, de tal forma que ele passe a confiar em si e nos outros e a construir, de maneira criativa e singular, e não adaptativa, nos moldes de um falso *self*. Este, por sua vez, pode surgir, em especial, quando as defesas violentas do adolescente não são trabalhadas e atendendo à demanda de amor, instala-se, então, o falso *self* cordial, adaptativo, reprimindo a agressividade e outros aspectos destrutivos da personalidade, de modo a inibir a capacidade criativa do sujeito.

Sobre a atuação dos agentes da socioeducação, Dias e Loparic (2008) asseveram que

[...] eles devem garantir que o adolescente possa estabelecer relações de natureza afetiva marcadas pela confiabilidade, que ele poderá tomar como referência para a sua vida, que possa regredir de modo limitado e temporário, à dependência e a provisão ambiental inerentes a uma idade anterior à sua, assentar-se em espaços de pertinência grupal e comunitária sadia, ter oportunidade de contribuir pessoal e criativamente à vida comunitária e receber educação que amplie seus horizontes sócio-culturais, junto com a educação profissional. (DIAS; LOPARIC, 2008, p.56).

Nesse sentido, vale a pena relatar sobre a relação de V. com a instituição executora de medida, para termos concretude de como uma dinâmica institucional (ofertada apenas por alguns agentes da socioeducação) contribui para o estabelecimento de um ambiente facilitador. Quando V. saía de seus atendimentos com a técnica, a cozinheira já preparava lanche para ele. Ela fazia poucas perguntas, as quais demonstravam que ela iria direcionar sua prática de acordo com o que V. gostaria. A cozinheira perguntava como ele estava, dava-lhe a oportunidade de escolher o lanche que ele preferia, dentre as opções que ela podia oferecer, naquele momento. V. falou que não gostava de leite quente e toda vez que ele vinha, ela já ia correndo para a cozinha preparar o leite frio batido no liquidificador para V. Este retribuía sendo organizado, levando os copos e objetos sujos até a pia e colocando os restos de

alimento no lixo. Houve também um momento delicado, em que V. compareceu ao socioeducativo bastante fragilizado, com intensos sentimentos de ódio contra alguns policiais, pois havia apanhado deles, e manifestava desejo de ir embora da cidade. Dois educadores, enquanto davam os vales transportes para V., perceberam seu estado e foram conversar com ele, aconselhando-o e acalmando-o, dentro de seu papel, dando oportunidade a V. de perceber o respeito e a consideração que ele passou a ter, dentro da instituição.

Nosso trabalho esteve pautado na escuta da voz silenciada de V. Diariamente, lutávamos para não adentrar no campo “minado” das práticas normalizantes e tutelares, com vistas a promover a singularidade. Este era nosso medo e, por isso, a Dissertação nasceu. Estávamos com medo de não saber atuar, de não saber o que fazer, mas de uma coisa tínhamos consciência: não queríamos ser meros reprodutores de práticas alienantes, que distanciavam os adolescentes e suas famílias das reais demandas. A perplexidade tornou-se constante, à medida que percebíamos o hiato entre o discurso socioeducativo e a postura de alguns profissionais. Eles sabiam muito sobre o ECA e o SINASE, falavam de singularidade, de metodologia, mas apoiavam que alguns utensílios de recreação fossem retirados da instituição, porque eles contribuíam para os agrupamentos dos adolescentes e, nesse caso, o perigo era iminente, porque eles não seriam mais um grupo de jovens, mas uma quadrilha. Ou, então, porque qualquer contestação ou recusa de alguma norma era vista como má educação ou servia para tachar o adolescente como perigoso, denotando que, na instituição, não havia espaço para a tolerância e a compreensão acerca da adolescência.

Talvez tenhamos nos sentido como alguns adolescentes que frequentavam a instituição, quando iniciamos o nosso trabalho, na socioeducação. Estávamos perdidos nos discursos muito bem fundamentados e desesperançosos em relação à mudança, devido a algumas práticas que ceifavam a espontaneidade, por causa da primazia das metas do PIA (plano individual de atendimento) e dos anseios pedagógicos de alguns técnicos. Nosso trabalho pode não ter sido o certo, mas tentou se afastar da recriminação dos adolescentes e suas famílias, de fazer com que os conflitos não viessem à tona, apoiando-se na compreensão do ato infracional enquanto um sinal de esperança do sujeito, na intenção de ele ser acolhido afetivamente, para dar continuidade ao seu desenvolvimento emocional.

As instituições assistenciais tiveram sua origem sob o olhar filantrópico e assistencialista, proveniente de seus promotores. Durante muito tempo, as instituições religiosas ou leigas, privadas ou estatais, ficaram responsáveis pelos cuidados de crianças e

adolescentes que vagavam pelas ruas, sem ter onde dormir e o que comer. Desse modo, foram surgindo os educandários, os orfanatos e, mais recentemente, as ONGs, funcionando de maneira precária. De acordo com Benelli (2014, p. 22), “[...] visavam atender a crianças e adolescentes de classe popular, retirá-los das ruas, oferecendo-lhes atividades socioeducativas, alimentação, lazer e socialização.”

Somente na década de 1990 é que passam a existir, no Brasil, leis que regulamentam o funcionamento de tais instituições e dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, vindo a constituir-se dispositivos das práticas judiciais que tendem ao gerenciamento das ditas populações vulneráveis socialmente. Esse termo escamoteia o fato de que são sujeitos pobres, como bem ressalta Beneli (2014), aquela parte da população necessária ao sistema capitalista para ser mão de obra barata e protagonista da marginalidade. Entender a origem das instituições assistenciais é uma maneira de conhecer os motivos pelos quais as concepções de infância, adolescência e delinquência foram se moldando, a fim de atender a uma demanda de intervenção e controle social, sem ao menos questionar os fatores sociais que cooperavam para a transformação de grande parte da população pobre em “criminosos”. Com o crescimento desordenado das cidades, o desemprego, a falta de moradias e de serviços básicos, os adolescentes foram se tornando alvo de ideologias correccionais baseadas na disciplina do trabalho. Dá-se início a uma lógica instituída e difícil de ser combatida, através das instituições de internação, com os seguintes objetivos: privação de liberdade, enquadramento e normalização do sujeito.

As instituições podem ser pensadas, segundo Lourau (1975), como uma norma universal que rege modelos, regras e valores de comportamento de uma sociedade, constituindo-se enquanto formas sociais visíveis, dotadas de uma organização jurídica e/ou material. Nessa linha, surgem os presídios, as escolas, o exército e outras instituições, sempre relacionadas ao conjunto de um sistema social. Através da passagem do homem por tais instituições, de maneira concreta ou abstrata, os corpos são domesticados a favor do modo de produção de determinada sociedade. Ou seja, toda forma social possui uma finalidade/função, seja ela educativa, seja produtiva, estando inserida em um sistema social que se organiza e a autoriza, em sua funcionalidade, para a manutenção do mesmo. Assim, a maneira de analisar tais unidades funcionais deve levar em conta as relações com o sistema socioeconômico que as fundamenta.

Com qual propósito podemos pensar a origem do sistema socioeducativo? A serviço de quem o mecanismo de Liberdade Assistida (LA) tem sido empregado? São perguntas que devem ser debatidas, para que tal instrumento não venha a se constituir como mais um aparato de controle, de sujeição e de subjetividades alienantes, apoiadas em um discurso da “meritocracia”, no qual fica sob o encargo do sujeito o seu fracasso ou o seu sucesso. Nossas perguntas são lançadas nesses termos, pois entendemos que as subjetividades são formadas a partir das instituições, numa rede de micropoderes que sustenta discursos de reconhecimento ou de rechaçamento de nossas ações concretas, conforme assinala Benelli (2014):

É na prática social que se repete e se legitima, ao se repetir, num movimento entre forças instituintes e instituídas. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade em seus vários atores; sujeitos são fundados no interior das práticas, ao mesmo tempo constituídos e constituintes do cotidiano institucional. O pensamento costuma reificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais. (BENELLI, 2004, p.56).

Pensar no modo como a LA tem-se instaurado é uma maneira de nos aproximarmos das práticas dos profissionais que a instituem, como também das subjetividades por ela produzidas, personalidades estas que podem ser inseridas na reprodução do capital ou do consumo, atendendo à lógica do capitalismo. Os pilares do sistema socioeducativo têm-se concretizado pela inserção do adolescente no mercado de trabalho, como também no seu retorno à escola. Não queremos ser radicais, a ponto de negar a importância de se trabalhar e de se estudar, para a estruturação e autonomia do sujeito. O problema se agrava, à medida que a escola e o trabalho vêm determinar cidadãos passíveis de regulação, por exemplo, quando o aluno só tem condições de permanecer na sala de aula e de aprender com medicação, para seu vulgo “autocontrole”. São discursos presentes tanto na prática escolar como na de técnicos executores das medidas socioeducativas.

Apesar de a socioeducação estar inserida na política da Assistência Social, podemos tecer algumas associações com a compreensão que Costa-Rosa (2013) tem sobre a atenção em Saúde Mental, pois a LA tem sido tomada como um acompanhamento psicológico, havendo, portanto, um sujeito assistido por um profissional psicólogo. A demanda diferencia-se: na Saúde Mental, existe um sofrimento psíquico consciente, manifestado pelas psicopatologias, enquanto, na LA, há um sujeito encaminhado pelo judiciário, sendo que seu sofrimento psíquico não é consciente, contudo, na maioria das vezes, atuado na forma de atos

infracionais. Ademais, pode igualmente inexistir, consistindo apenas em manifestações típicas da adolescência, as quais a promotoria da infância entende como uma infração.

Vemo-nos diante de duas práticas, com suas discrepâncias:

[...] dois modos contraditórios: reposição dos indivíduos nos processos de produção saúde-adoecimento, o que em termos do Modo de Produção atualmente dominante significa repor o indivíduo na reprodução do capital ou no consumo, efeitos homólogos; e reposicionamento dos indivíduos nos conflitos e contradições de que vieram se queixar. (COSTA-ROSA, 2013, p.24).

A nossa proposta de intervenção dentro do sistema socioeducativo baseia-se no pressuposto psicanalítico da escuta e da implicação do sujeito a partir desta, como uma maneira de o indivíduo expressar a sua singularidade e reconhecê-la, podendo romper com os caminhos permeados pela pulsão de morte, tendo condições de romper com as repetições e com os históricos deterministas restritos à violência e à marginalidade. Trata-se de um trabalho permeado por emoções intensas, e é por meio destas que conseguimos nos aproximar do sujeito, pois, mediante o estabelecimento do vínculo e das identificações projetivas, podemos alcançar os sentimentos que não conseguem ser verbalizados e que são, muitas vezes, atuados por meio dos atos infracionais. Tais sentimentos mobilizam os trabalhadores da socioeducação, fazendo com que se afastem dos casos, tamanha a dimensão do sofrimento, do ódio e da impotência com que são mobilizados. A psicanálise possibilita conversar sobre o que sentimos e entender nosso afastamento e nossa não implicação com o sujeito. Os mecanismos que utilizamos para isso podem se dar desde a burocratização sistemática dos serviços até os encaminhamentos para outras instituições, afastando de nós aquilo que vem revelar a nossa limitação e a miséria psíquica da humanidade.

V. tem sido um dos muitos casos que usamos para ilustrar o que, neste período de trabalho na socioeducação, resultou na nossa compreensão sobre os atos infracionais, ou seja, que estes revelam sujeitos marcados pela violência e desamparo. Deparamo-nos com casos nos quais percebíamos um transtorno mental já configurado, mas este também tinha suas origens pelas marcas já citadas.

Ripoll (2013) salienta a urgência daquilo que consideramos necessário para o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, afirmando que se mostra a urgência de uma escuta singular dessas vozes silenciadas e a potência da psicanálise como instrumento

de reconstrução subjetiva e política dessas vidas condenadas pelo Estado à existência apenas como *vidas nuas*, numa exclusão inclusiva (p.24).

Os atos infracionais não trazem apenas o poder de compra, através do dinheiro, mas oferecem satisfações subjetivas, como o lucro de o adolescente sair da invisibilidade e o sentimento de existência, pela adrenalina que coloca sua vida em risco, como também da dominação daquele que é feito vítima. A violência expõe o sujeito a fatos que excedem a capacidade do aparelho psíquico. Nesse sentido, a LA pode ser um meio de tornar esse excesso representável, seja por meio dos atendimentos psicológicos que atentam para a escuta e a promoção da palavra, seja por outros recursos que podem ser pensados através das artes, por exemplo, como meio de o adolescente poder representar seus conflitos. Para isso, a instituição tem que se colocar como continente do conflito e de sua exteriorização, a fim de que a alteridade possa vir a se constituir.

Por sinal, pudemos apreender o quanto os recursos artísticos são desvalorizados e escassos, na prática da instituição executora de medida socioeducativa estudada. Dionisio e Yasui (2012) enfatizam a necessidade de espaços que articulem o cuidado, a expressão, a invenção e a arte como uma maneira de abarcar o sofrimento psíquico, ampliando as vias para sua captura, muitas vezes restrita apenas à promoção da palavra. Aliás, esse objetivo sempre permeou o nosso trabalho, enquanto uma preocupação, porque percebíamos um clima institucional repressor e estigmatizante, fechado a novas ideias e conhecimentos que pudessem ultrapassar aquilo que estava instituído. A socioeducação incentiva, legalmente, as oficinas de profissionalização para atender a uma demanda concreta, a qual se refere à baixa escolaridade e ao despreparo para a inserção do adolescente no mercado de trabalho, ou seja, são necessidades concretas que merecem atenção, porém, não podemos nos restringir apenas a esse território. Os adolescentes atendidos nos revelam questões subjetivas que estão implicadas diretamente com a execução dos atos infracionais, e estas precisam ser trabalhadas com recursos que promovam sua expressão.

Já mencionamos, anteriormente, que uma das dificuldades no trabalho se referia à inibição que muitos adolescentes tinham de verbalizar suas experiências de vida, o que inviabilizava o estabelecimento do vínculo com o técnico. Essa mudez sintomática nos sinalizava a resistência, o medo de se ligar a alguém e, depois, sofrer com o abandono, uma personalidade apática, um psiquismo, no qual a via da palavra não servia como comunicação, dentre tantos outros sentidos que nos remetiam a pensar sobre a necessidade urgente de outros

aparatos, dentro do serviço, que pudessem dar outras possibilidades de os adolescentes se expressarem.

Dionisio e Yassui (2012) compreendem as oficinas artísticas para um âmbito além do terapêutico, abordando o aspecto do processo sublimatório singular. Da experiência com o trabalho nas oficinas de expressão, os autores assinalam: “Nesse contexto do trabalho diário e construído com a expressão, o que nos interessa é conseguir escutar as questões pungentes que existem nessa criação de si mesmo.” (p.59). E acrescentam que “[...] resgatar a possibilidade de criação, assim como o fazem a oferta de oficinas que aqui destacamos, significa estar radicalmente como o outro; significa criar certo nível de flexibilidade subjetiva para se colocar numa posição de coautoria em relação ao vivido.” (p.60).

Essas questões trazidas pelos autores encerram a necessidade de questionar as práticas institucionalizadas e exigem a coragem de reinventá-las, para a abertura de condições possíveis para se construir valores políticos, sociais e subjetivos.

Voltamos a V., para finalizar nosso trabalho. Ele continua sendo atendido pela equipe socioeducativa, mensalmente. Às vezes, ele aparece na instituição executora de medida socioeducativa, não nos dias agendados, para alguma urgência sua ou porque não pôde vir no dia marcado; desse modo, ele adianta ou posterga, mas ele vem e nos dá uma justificativa. Nesses quase dois anos, no último atendimento ocorrido em meados de março de 2016, V. nos contou que estava matriculado no supletivo e que iria começar a estudar à noite, junto com sua mãe, e que também estava procurando emprego. Dispusemo-nos a fazer seu currículo e lhe passamos algumas vagas de emprego anunciadas no *site* da cidade. Nos últimos tempos, ele continuava vivendo de bicos: cortador de grama, pintor, servente de pedreiro e outros trabalhos informais. O tráfico de drogas deixara de ser a primeira alternativa, em face de suas angústias concretas e afetivas. Não podemos afirmar sobre o destino de V., se ele vai conseguir manter suas escolhas longe dos riscos da violência, todavia, podemos garantir que continuaremos a atuar dentro de nossa proposta interventiva de acolhimento do sujeito, da promoção da palavra, da escuta, da nomeação dos conflitos, do apoio diante das dificuldades em que o desamparo os coloca.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

BARBIERI, V. O rigor da pesquisa psicanalítica: métodos de avaliação de sua validade e confiabilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, IV, 2010, Rio Claro. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/90.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELO, F. Os efeitos da violência na constituição do sujeito psíquico. **Psychê**, São Paulo, ano VIII, n. 14, p.77-94, jul.-dez. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v8n14/v8n14a05.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

BENELLI, S. J. **Entidades Assistenciais Socioeducativas**: a trama institucional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BERGAMO, B.; SAVIETTO, A. Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais “desmapeados”, filhos desamparados. **Rev. Latinoamericana Psicopatologia Fundamental**, v. X, n. 3, p.438-453, set. 2007.

BION, W. **Uma Teoria sobre o Pensar**. Estudos Psicanalíticos Revisados. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

BIRMAN, J. A Dádiva e o Outro: Sobre o Conceito de Desamparo no Discurso Freudiano. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 09-30, 1999.

_____. Criatividade e Sublimação em Psicanálise. **Psicologia Clínica**, RJ, v. 20, n.1, p.11-26, 2008.

_____. **Cadernos sobre o mal**: agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 08 mar. 2015.

_____. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). 09/02/2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SHD). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CALLIGARIS, C. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2009.

CECCARELLI, P.R. Laço social: uma ilusão frente ao desamparo. **Reverso**, Belo Horizonte, ano 31, n. 58, p.33-42, set. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Brasília: CFP, 2010.

COSTA, J.F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DETHIVILLE, L. D. W. **Winnicott**: uma nova abordagem. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2011.

DIAS, E. O.; LOPARIC, Z. O Modelo Winnicott de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. **E-prints**, série 2, v. 3, n. 1/2, p. 45-58, 2008. Disponível em: www.sociedadewinnicott.com.br. Acesso em: 18 fev. 2015.

DIONISIO, G. H.; YASUI, S. Oficinas expressivas, estética e invenção. In: AMARANTE, P.; NOCAM, F. (Org.). **Saúde Mental e Arte**: práticas, saberes e debates. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2012.

DOR, J. **O Pai e sua Função em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FREUD, S. **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental**. Rio de Janeiro: Imago, 1911. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XII).

_____. [1930]. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XXI).

_____. [1932-1933]. **Por Que a Guerra?** Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XII).

GARCIA, C.A.; COUTINHO, L.L. Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito no contemporâneo. **Psychê**, São Paulo, ano VIII, n.13, p.125-140, jan./jun. 2004.

GUIRADO, M. A psicanálise dentro dos muros de instituições para jovens em conflito com a lei. **Boletim de Psicologia**, v.I. VI, n.124, p. 53-66, 2006.

KEHL, M.R. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. SP: Olho d'Água, 2008.

KEMPER, M. C. Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. **Caderno de Psicanálise – CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 105-125, jul./dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141362952013000200007&script=sci_abstract. Acesso em: 22 set. 2015.

KLEIN, M. **Inveja e Gratidão e outros trabalhos**: Algumas Conclusões Teóricas Relativas à Vida Emocional do Bebê. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KRYNSKI, S. O adolescente e a violência: um processo em busca da identidade. In: LEVISKY, D.L. **Adolescência e Violência**: consequências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p.35 -39.

LAPLANCHE, J.; E PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEVISKY, D.L. **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Adolescência e Violência**: consequências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LOURAU, R. **Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MALAGUTI, V. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARIN, I.S.K. **Violências**. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2002.

_____. Violência e transgressão: interrogando a adolescência. **Ver. Latinoam. Psicopat.Fund.** Recife, n.3, p.94-109, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2330/233018065007.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

MELLO, S.L.; PATTO, M.H.S. Psicologia da Violência ou Violência da Psicologia? **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n.4, 591-594, out./dez. 2008.

MELMAN, C. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania**: uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

MENDES, E.R.P. Pulsão e Sublimação: a trajetória do conceito, possibilidades e limites. **Reverso**. Belo Horizonte, ano 33, n.62, p.55-68. set. 2011.

MINERBO, M. Ser e Sofrer, hoje. **IDE**. São Paulo, v. 33, n.55, p.31-42, jan. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v35n55/v35n55a04.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

MOURA, A.; NIKOS, I. Estudo de caso, construção de caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XII, n. 140/141, p. 69-76, 2000.

NOVAES, J.V. et al. As crianças que ninguém quer: a clínica psicanalítica em uma instituição de portas abertas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.16, n.1, 2009.

OUTEIRAL, J. **Distúrbios de conduta na adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Adolescência: modernidade e pós-modernidade. O Mal-Estar na Escola**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

PELLEGRINO, H. Pacto Edípico e pacto social. **Folha de S. Paulo**, Folhetim, 1983.

RASSIAL, J. J. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

REFOSCO, L.L.; TOMASI, L.O.; SILVA, C.M.; FIN, J.N.; MACEDO, M.M.K. Adolescência e lei: conflitivas singulares. In: MACEDO, M.M.K.; WERLANG, B.S.G. (Org.). **Psicanálise & Universidade: potencialidades teóricas no cenário da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

REY, G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

RIBEIRO, C.N. A contribuição do conceito de transferência para as medidas socioeducativas. **CliniCAPS**, v.5, n.15, p.61-72, 2011.

RIPOLL, L. A Justiça é cega, ela não me vê. Uma escuta psicanalítica atrás dos muros. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jan./jun. 2013.

ROCHA, A.P.R.; GARCIA, C.A. A adolescência como Ideal Cultural contemporâneo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 28, n. 3, p. 622-631, 2008.

SAVIETTO, B.B. Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais "desmapeados", filhos desamparados [versão eletrônica]. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v.10, p. 438-453, 2007. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/fedida/3men.htm>. Acesso em: 28 set. 2015.

STEFFEN, M.I. Delinquência: privação, trauma e passagem ao ato. **Pulsional**, v. 19, n. 188, p. 82-86, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/5-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

VORCARO, A.; MAZZINI, C.A.; MONTEIRO, J.P. Ato Infracional de a metáfora paterna. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 2, p.135-146, 2008.

WINNICOTT, D. W. W. A preocupação Materna primária. In: _____. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1956.

_____. Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1960.

_____. A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962.

_____. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: _____. **O Ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1963.

_____. A posição depressiva no desenvolvimento emocional. (1954). Cap. XXI. In: _____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000a.

_____. Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto psicanalítico. (1954). Cap. XXII. In: _____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000b.

_____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000c.

_____. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1975). Cap. XVIII. In: _____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000d.

_____. O ódio na contratransferência. (1947). Cap. XV. In: _____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. RJ. Imago, 2000e.

_____. Agressão e suas raízes. Agressão (Escrito para professores, 1939). In: _____. **Privação e Delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. Alguns Aspectos psicológicos da delinquência juvenil. (1946). In: _____. **Privação e Delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005c.

_____. Crianças sob estresse: experiência em tempo de guerra. Evacuação de crianças pequenas. Carta ao British Medical Journal (16 de dezembro de 1939).). In: _____. **Privação e Delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005e.

_____. **Privação e Delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005f.

ZEITOUNE C.M. A Clínica Psicanalítica do Ato infracional. **Psicanálise & barroco em revista**. v.9, n.2, p. 117-134, dez. 2011.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos Psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZYGOURIS, R. **Psicanálise e Psicoterapia**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

APÊNDICES

Apêndice A

Identificação

D.N: 25/07/1997 / 17 anos / sexo masculino

Início L.A: 26/5/2014 – atendimento semanal / assíduo, no sentido de comparecer toda semana, porém, em dias e horários aleatórios.

Ato infracional: cúmplice no tráfico de drogas. Estava em uma lanchonete com um amigo que portava drogas, a polícia os abordou e encontrou a substância, sendo infligida a V. a medida de Liberdade Assistida por 6 meses. No primeiro atendimento, V. veio acompanhado por sua mãe. A mesma relatou que passou a ter problemas com o filho, quando este tinha mais ou menos 5 anos de idade, época em que ela se separou de seu segundo marido. O pai de H. (como a mãe se refere ao filho) é falecido e ele nem o conheceu. Com 9 anos de idade, ele já passava o dia na rua, envolveu-se com roubo e tráfico.

Segundo o relato da genitora, V. passou a consumir maconha com 11 anos de idade. V. relatou que esporadicamente fazia uso de cocaína. Ficou internado durante 6 meses em uma clínica de recuperação. A mãe contou que o filho começava a trabalhar e o Conselho Tutelar não permitia.

V. revelou que sempre teve vontade de sair de casa, aquela em que morava com a família; que com o fato de “sua mulher” estar grávida, ele começou a pensar em sair do crime. Na verdade, estava casado há três meses, quando iniciou sua L.A. Relatou, naquele momento, que sua esposa estava grávida de um mês e estavam morando com mais um casal de amigos. A mãe estava suspeitando de que o moço com o qual o filho estava morando o estava usando para o tráfico, por ele ser “de menor”.

22/10/2014: V. compareceu ao atendimento com um semblante bastante cansado, era perceptível que não havia feito uso de maconha. Perguntei como ele estava e ele me respondeu que estava tudo bem, que estava cansado, pois havia se levantado de madrugada para trabalhar no Ceasa.

Começou a relatar seu dia: que estava morando em P., “fica de boa por lá”, dorme o dia todo, quando vai trabalhar no Ceasa, à noite fuma maconha com as pessoas que moram no mesmo quintal.

De repente, seu semblante foi mudando, quando começou a falar da polícia:

V.: “Oh, tô cansado de apanhar, toda vez que eu venho para Maringá, a polícia me persegue, mesmo não tendo nada, não tando mais envolvido, eles me batem.”

J.: “Mas o que está acontecendo?”

V.: “Ah, eles me marcaram, eu não sou obrigado a ficar apanhando e escutando na minha cara que eles vão me matar. É um absurdo, eu aprontei, aprontei, mas agora não estou fazendo mais nada, mas dá vontade de voltar a fazer as coisas erradas, de ser vagabundo. A polícia é mais suja do que a gente, eu estou pagando pelo que fiz, venho aqui toda semana – e eles? Pior são eles que “faz” juramento e não agem na lei.”

J.: “É, V., parece que está difícil para você se manter como está. Você fica com tanta raiva de estar sendo injustiçado, apanhando da polícia, que dá vontade de jogar tudo para o alto e voltar a ser “vagabundo”: estou usando o termo, a palavra que você usa.”

V.: “Eu desço no terminal, vou falar com a pi lazada que é meu irmão e eles vêm atrás de mim, me deixaram sem roupa, só de cueca.”

J.: “E por que você não faz uma denúncia? Vá até a promotoria e faça uma queixa.”

V.: “Não adianta, deixa isso quieto, eles vão me marcar mais ainda. Me dá muita raiva, a hora que eu matar um quero ver.”

J.: “V., não vai se prejudicar com isso. Comece a se cuidar. Desça um ponto antes ou um ponto depois, não fique nos lugares em que você sabe que você vai encontrá-los. Se cuide. É assim que a gente faz na vida, quando a gente não pode com uma coisa que é maior do que a gente, a gente dribla. Eu sei que você fica com muita raiva e se sente injustiçado.”

Ficou me olhando. Tive a impressão de que estava me ouvindo, que minhas palavras estavam fazendo sentido para ele.

J.: “Recomeçar não é fácil, como você mesmo está sentindo na pele, mas tem seus ganhos. Você está tranquilo, não se envolveu com mais nada que lhe dê dores de cabeça, passa os dias em paz com sua turma.”

V. continuava me olhando fixamente. Despedimo-nos e eu disse que sua mãe viria assinar o termo de consentimento. Ele me perguntou o dia em que ela viria e foi embora.

07/11/2014: A. [genitora de V.] compareceu para o atendimento e para assinar o termo de consentimento. Falei para ela que V. estava vindo aos atendimentos semanais, que ele parecia estar tranquilo, estar tentando construir um novo caminho para ele, porém, tem sofrido bastante com a ação violenta da polícia sobre ele.

A. passou a sessão inteira chorando. Disse que se preocupa muito com ele e que tem pensado em se mudar, pois “só assim o filho vai ter sossego.”

A.: “Aqui acabou para ele. A gente não pode nem denunciar na promotoria. Você nem imagina como fui tratada na delegacia. O delegado não respeita a gente como mãe, a gente é

vista como mãe de bandido, que não tem direito de nada. Nunca fui tão humilhada na minha vida.”

A. passou a relatar as atitudes de alguns policiais no bairro onde mora. Contou que eles espancam os adolescentes, tiram suas roupas, plantam provas, dizendo que acharam armas e drogas com os meninos. Disse que eles só não fazem isso com os que pagam para eles.

A.: “Pra mim está muito difícil, no ano que vem V. faz 18 anos e eu vejo ele na cadeia ou morto, não vejo outro caminho. Quando ele estava trabalhando colocando laminados, a hora que ele estava voltando do trabalho, descendo da circular, a polícia pegou ele, levou para uma moita e espancou ele. Menina, você não sabe o que é ver um filho chegando assim em casa.”

J.: “Dona A., a senhora não vê outro futuro para V., esse destino é muito ruim, e nós temos que trabalhar com a hipótese de que ele pode, sim, ter outro caminho, porque senão o V. vai desistir. Vamos falar pra ele ficar quieto, não ficar nos lugares onde os policiais estão, vamos orientá-lo a se proteger, por enquanto.”

A.: “É muito difícil, é muito dolorido.”

J.: “Sim, é mesmo, fale-me uma coisa: como é a história da morte do pai de V.?”

A.: “Na verdade, o V. começou a dar trabalho quando o pai dele morreu, o pai de criação que criou ele desde que ele tinha um aninho. O pai biológico morreu, dizem que foi afogado, mas não foi. Ele também era envolvido, a gente estava casado e ele estava bem, tinha parado, mas sabia de muitas coisas. Então, os cara afogaram ele no rio, espancaram primeiro e depois jogaram o corpo no rio. Ninguém fala, mas a história é essa. Aí, depois eu fui morar com um amigo, dividir a casa com ele, porque a gente trabalhava no frigorífico, um de dia e outro à noite, e dava para dividir a casa. A gente era amigo e com o tempo começamos a namorar, mas, quando V. estava com oito anos, nós nos separamos. Menina, quando ele foi embora, esse menino chorava, ele ficava no portão chamando “papai, papai!” Daí começou tudo, dar trabalho na escola, roubar, sair de casa.

J.: “Às vezes, eu percebo o V. bastante depressivo. Triste, desesperançoso, com ideias de querer acabar com a vida dele, da vida não ter mais sentido.”

A.: “Ele é assim, ele tem este lado. Mas tem um também muito difícil, de não ouvir, de achar que só o que ele pensa é o certo.”

Encerramos com minhas explicações sobre a pesquisa: li para ela o termo de consentimento, de assentimento. A. disse que concordava, que sabia como funcionava, pois já havia feito pesquisa, quando fez o magistério.

12/11/2014: V. compareceu ao atendimento, iniciei perguntando como ele estava e como havia sido sua semana.

V.: “De boa, não tô saindo mais de casa, fico só por lá mesmo, não tô vindo para Maringá. Fico em casa, às vezes passo no bar, tomo uma cerveja, mas tudo lá”.

J.: “Isso mesmo, fique por lá, lá ninguém te persegue e você fica de boa.”

V.: “Essa semana não fui trabalhar, porque fiz tatuagem e tava doendo.”

J.: “Humm? Tatuagem?”

V.: “É, olha, eu mesmo fiz, eu faço, eu tenho a maquininha. Agora, essa semana tenho que dar um jeito de pagar o aluguel. A mina que tá lá com a gente disse que tinha a grana e eu passei o mês gastando com as coisas para o barraco. Daí ontem o dono foi cobrar e ela disse que não tinha. Eu vou esperar o mês fechar e mandar ela ir embora. Lá é assim, todo mundo se ajuda. Mas tá foda, tenho que arrumar dinheiro. Amanhã vou fazer duas *tatoo*.”

J.: “Ah... quanto você cobra?”

V.: “Eu não cobro não, faço por fazer, porque eu gosto.”

J.: “V. sabe que eu acho que você tem se mantido numa posição de deixar as pessoas abusarem de você. Você passou o mês todo contribuindo com as coisas para a casa onde vocês estão morando e a menina deu pra trás, na hora de pagar o aluguel. Acho que você tinha que pensar melhor em quem você ajuda. Se alguém dá uma mancada comigo, não tem porque eu ficar ajudando. Eu ajudo quem me ajuda também, ou quem contribui de alguma forma para alguma coisa comigo, ou um favor, sem nada em troca. Mas você, não é a primeira vez que vem aqui reclamando dessas coisas, você sempre está cansado, desanimado, fazendo seus “corre”, como você mesmo diz, para ajudar os outros, sem ao menos pensar em que tipo de relação você está se envolvendo. Isso cansa, a gente fazer, fazer, fazer e nunca ser valorizado, pelo menos respeitado.”

V.: “É...”

J.: “Você faz muitas coisas pelos outros, precisa fazer por você. Reconhecer que você tem algumas coisas, mas parece que você escolhe ficar ajudando todo mundo que não tem o que você tem, como, por exemplo, você tem uma casa, uma família. Parece que você se sente mal em ter essas coisas.”

V. ficou me olhando com o olhar fixo, em silêncio.

Encerramos e eu disse para ele que, na próxima semana, não teria atendimento, que ele viria só daqui a quinze dias. Ele me perguntou por quê, e eu disse que eu estaria fora. Nos despedimos e ele disse:

V.: “Fica com Deus!”

V. tem que se vincular a alguém para sua vida ter sentido, quando houve a separação dele e da esposa, ele veio para o atendimento deprimido, disse que sua vida não tinha sentido, que queria morrer.

13/10/2014: V.: relatou que passara a semana “de boa, suave” e que estava ajudando os irmãos na mudança. Eles conseguiram alugar uma casa em P., porque lá é mais barato. Agora estavam no “corre” para conseguirem os móveis, ele iria ao Centro POP ver se eles arrumavam alguma coisa para eles. Disse que havia ficado com vontade de voltar a vender drogas, porque ninguém os ajudava e estava sem dinheiro.

V.: “Ai, esqueci de ir lá no ‘bagúio’ que o meu padrasto pediu para eu ir ver.”

J.: “O que é?”

V.: “Ah, um serviço lá que ele tinha visto para mim e pediu para eu ir conversar com o rapaz.”

J.: “Humm, e você disse que ninguém o ajuda.”

V. ficou em silêncio olhando para mim. E disse:

V.: “Eu não fui lá, porque estava ajudando os muleques na mudança.”

Questionei V. por que motivos ele ajudava tanto R. e V. a ponto de esquecer dele. V. disse:

V.: “Ah, não sei, é uma coisa que tenho que descobrir, né, mas eu nem como, eu vou atrás de comida pra eles e passo o dia todo sem comer nada, não tenho fome, não me faz falta.”

J.: “Sabe, V., parece que você se sente mal de ter coisas que eles não têm, como sua família, sua mãe, uma casa.”

V. ficou olhando para mim em silêncio, encheu os olhos de lágrimas e disse:

“J., se for preciso, eu fico sem comer para ajudá-los.”

22/10/2014: V. compareceu ao atendimento bastante sonolento, disse que havia ido trabalhar no Ceasa e estava com sono. Falou sobre sua rotina, disse que lá eles começam trabalhar às 3h e ele para às 9h, que trabalha lá desde os 13 anos. O pessoal já o conhece, ele pega frutas e verduras lá, não pode, mas, segundo V., todo mundo que trabalha lá pega, até os seguranças.

V.: “Ah, eu tô lá em P. porque é mais perto do Ceasa e eu consigo carona mais fácil, tem um monte de gente que trabalha lá.”

J.: “E depois, o que você faz quando chega do trabalho?”

V.: “Eu durmo o dia todo, acordo e fico lá fumando um ‘bauru’ com os meninos à noite. Todo mundo lá é envolvido.”

J.: “Envolvido de vender ou de usar?”

V.: “Não... de usar. Tem uma família e um rapaz que mora sozinho nas outras duas casinhas. Quando a gente fuma, a gente fala para a criança, a filha do casal, que é fumo de corda. Esses dias apanhei de novo lá no centro.”

J.: “Como assim?”

V.: “Fui cumprimentar meus amigos que vendem CD e DVD pirata e a polícia enquadrrou. Nós saímos correndo e eu fui atrás do R. Aquele policial, o de sempre, me pegou e me deu 4 socos na barriga. Eu já jurei ele de morte, ele sempre me bate, não lembra daquele dia que eu cheguei e nem conseguia andar? Era porque ele tinha entrado dentro de casa e me batido.”

J.: “Nossa, que difícil!”

V.: Eu sinto raiva, você sabia que muitos adolescentes se revoltam por causa disso? Dos policiais que ‘bate’ na gente e eles não tem que cumprir nada, a gente tem. Os cara faz juramento e não cumprem nada.”

J.: “V., você vem aqui pelo seu bem, para a gente poder te orientar a ter um emprego melhor, voltar a estudar, sair dessa vida, né, que te prejudica muito, ajudar você a pensar nas suas escolhas. Mas parece que você sente aqui como uma obrigação a cumprir.”

V.: “Eu sei de todas as consequências que pode ter se eu acertar ele. Mas eu vou ficar apanhando, esperando o cara me matar?”

J.: “Pois é, você mesmo disse que eles fazem juramento e não cumprem, você sabe que eles estão errados.”

V.: “É, mas só a gente que vê e ninguém faz nada.”

J.: “Já que você percebeu isso, fica longe, V., não vai sujar sua vida com este cara, fica longe pra evitar que você fique nervoso, se cuide você. Continue trabalhando, nós temos que elaborar seu PIA, pensar em propostas para sua vida, ao invés de você ficar achando que seu tempo aqui é curto, fazendo um monte de bobagens e que você não tem nada a perder.”

V. ficou me olhando, quieto.

J.: “Podemos combinar de semana que vem fazer seu CV? É uma época boa, final de ano, para conseguir trabalho.”

V.: “Tá... se eu não vier na terça venho na segunda, porque terça no Ceasa é mais difícil.”

J.: “Tudo bem.”

24/11/2014: V. compareceu ao CRSE solicitando encaminhamento para a confecção de seus documentos. Ele sabia que eu não estaria na instituição, pois havia avisado V. na semana anterior que estaria ausente durante uma semana.

27/11/2014: V. disse que não foi fazer seus documentos, porque, quando ele chegou ao cartório, a fila estava enorme e não o atenderam, porque já estavam fechando. Falei para ele chegar mais cedo, que as coisas tinham horário de funcionamento, como aqui também tem, mas ele vem no dia e horário que quer. V. disse que vinha aqui quando ele podia, o dia que ele aguenta, pois tem dias que ele passa dormindo para poder aguentar trabalhar durante a madrugada. Eu disse que sabia disso e por isso concordava em atendê-lo, porém, ele tinha que esperar as pessoas que estavam agendadas.

V.: “Ah... assim que eu terminar a medida, eu vou embora para outra cidade, recomeçar em outro lugar. Tem muitas coisas que você não sabe! Eu terminei com a mina que eu estava ficando, porque ela falou que a mãe dela não ia aceitar um cara com a vida como a minha e, também, ela trabalha no terminal, o que piora porque é difícil para eu ir lá!”

J.: “Como assim recomeçar? Sem ter onde ficar, sem documentos...”

V.: “Isso aí e o de menos, eu fico na rua.”

J.: “V., você sabe que as coisas não são bem assim, como alguém vai te dar uma oportunidade se você não tem documento, referências e está na rua? Deste jeito fica muito mais fácil de você cair novamente no tráfico.”

V.: “Isso daí, se eu quisesse, eu já tava!”

J.: “Pois é, mas você está tentando fazer escolhas diferentes e eu estou aqui para te ajudar a pensar sobre elas. Percebo que você fica numa posição assim: ‘Será que posso confiar nela?’ Precisamos fazer seu currículo, sua documentação, para que você tenha condições de arrumar um emprego melhor, se matricular na escola ou em qualquer curso profissionalizante.”

V.: “Ahhh, toda vez que eu tentei alguma coisa, nunca me deram oportunidade.”

J.: “V., as coisas não são tão fáceis assim, levam tempo, empenho, paciência. São coisas que você precisa ter e que para você é muito difícil, você quer tudo para ontem!”

V. permanecia me olhando sério.

J.: “Por que a gente não começa fazendo seu currículo, você distribuindo nas vagas oferecidas. Você já conseguiu isso uma vez, se lembra quando veio aqui logo no início, você havia conseguido emprego no Mc Donalds!”

V.: “Tá... trabalhar lá no Ceasa não é fácil, os meninos mais bobos se machucam. Quantas vezes já vi gente perdendo perna, dedo.”

J.: “Então, veja como é arriscado. Seria legal se você tivesse um trabalho mais tranquilo.”

V.: “Tá.”

04/12/2014: Assinatura do PIA (Plano individual de atendimento) e confecção do currículo. V. estava cansado, com pouca paciência. Perguntei o que havia acontecido com sua mão que estava enfaixada e ele não quis responder, disse que não havia acontecido nada.

08/12/2014: V. contou que havia machucado a mão no carrinho no CEASA. Sorri e disse para ele:

J.: “Ahhh, você se lembra do que havia me falado em algum atendimento anterior?”

V.: [sorrindo] “Eu não, eu não quis falar, porque pensei que você fosse me dar uma bronca.”

J.: “Eu, V., esta não é a minha função. Mas posso te lembrar de que você disse que quem se machucava eram os meninos novos, que eram bobos, que não têm manha, que não aguentam o trampo!”

V.: [sorrindo] “É, mas é mesmo. Acidentes acontecem!”

J.: “É, até com os mais espertos, ou até com quem se acha mais esperto, né!”

Novamente veio com o discurso de que iria embora da cidade, que não sabia para onde, mas que só saindo daqui é que vai ter condições de fazer sua vida. No final de semana, havia ido ao baile, e estava ainda com a namorada.

J.: “Sabe, V., às vezes a gente fica achando que só vamos conseguir mudar a vida em outro lugar, numa outra cidade, e não fazemos nada para ficar diferente no agora, na situação em que estamos.”

V. ficou olhando para mim, sério.

J.: “Olha, tenho uma vaga de emprego aqui. Você aceita?”

V. disse que sim, orientei-o e foi embora.

15 -19/12/2014: Primeira semana em que V. faltou ao atendimento.

23/12/2014: V. justificou sua falta na semana anterior, dizendo que estava trabalhando com panfletagem e, por isso, não pôde vir. Afirmou que agora, em sua casa, não faltava mais nada, que queria saber se podíamos ajudá-lo com cesta básica. Respondi que verificaríamos com o CRAS. Contou que havia ganhado um tênis da mãe, que passaria o Natal com ela, que estes dias havia passado na casa de sua família. Em relação à namorada, revelou que havia terminado o namoro antes de se apegar, já sabia que não iria dar certo, porque a mãe dela não iria concordar com o tipo de vida que ele levava.

Jogamos o jogo “Túnel do Tempo”, V. respondeu a algumas questões como:

“Minha profissão atual não vai bem financeiramente e eu...”

V. completou: “Preciso de um emprego que ganhe melhor. Eu faço qualquer coisa, desde que eu ganhe bem” [retomei com ele a questão da documentação].

“Se eu fosse o cara mais forte da minha turma, eu...”

V.: “Batia em todo mundo. Eu já sou magro desse jeito e gosto de bater...” [sorrindo].

“O gênio da lâmpada apareceu na sua vida e te pede para que faça 3 pedidos...Quais seriam?”

V.: “Ah...tudo. Polícia não existiria mais, eu sei que ia piorar, na verdade não sei o que iria virar, mas não ia ter.”

“Se tivesse poderes mágicos, o que mudaria no mundo? Por quê?”

V.: “Tudo...”

“O que mais marcou nas minhas professoras foi...”

V.: “Af, não lembro da cara de nenhuma, eu ia bagunçar, elas me passavam de ano por elas, tinha dias que eu decidia ficar quieto e estudar... coisa de muleque!”

“Os meus melhores amigos são... Gosto deles porque...”

V.: “V. e R., os que moram comigo. Não sei por que gosto.”

J.: “Eu acho que você sente dó deles. Por isso, faz de tudo por eles.”

V.: “É... sei lá, mas eu gosto.”

Falou sobre a mãe, referindo-se a ela como uma pessoa de boa, mas não tem nada na relação dela com os padrastos que ele teve.

V.: “Este eu nem me dou bem... eu nem gosto de falar, porque ele é envolvido, para não dar mais briga. Mas, se ela estivesse correndo risco, ele nem estaria mais lá.”

05/01/2015: V compareceu ao atendimento, disse que havia passado o final de ano tranquilo, “de boa”, que provavelmente iria descer para a praia. Quando perguntei onde ele iria ficar e como iria, V. respondeu: “Tenho uns contatos lá”. Falou que iria atrás de serviço, mas não agora, que “está de boa”, que não tem documento e por isso pensa em trabalhar sem registro. Perguntei por que ele estava tão resistente em tirar seus documentos.

V.: “Para eles queimarem de novo?”.

J.: “Eles são a polícia?”

V.: “É.”

Falei com V. sobre os benefícios de ele ter sua documentação, principalmente no que diz respeito a conseguir emprego registrado, ter a sua identidade, ter um nome. V. disse que iria pensar sobre.

V. passou a falar de sua casa, que ele cozinha, que sempre se virou, que aprendeu a cozinhar com a mãe e assistindo aos programas de TV.

V.: “Eu faço macarrão com maionese, pastel, até a massa sei fazer, porque, se for comprar pastel todo dia, a grana não dá.”

J.: “Você tem muitas habilidades, né, nas artes com as músicas, a tatuagem, a cozinha. Você cuida tanto de seus ‘irmãos’, determina as regras na casa. Quantas coisas bacanas, boas, que você tem!”

V. ficou apenas me olhando e eu continuei:

J.: “Precisa usar pra você, pra você se organizar.”

V.: “Que jeito, quando a gente precisa dos outros, eles não ajudam.”

E passou a falar sobre sua família. Contou que se sente melhor com a família paterna do que com a materna. Que esta é falsa, vivem falando mal um do outro, que ele não confia em ninguém, que para ele a pessoa que erra uma vez é capaz de fazer sempre.”

J.: “Parece que você não consegue confiar nas pessoas e nem tolerar muito os erros que uma pessoa possa cometer.”

V.: “Não.” [com o rosto sério]

12/01/2015: V. disse que havia saído no final de semana, que estava com muito sono, mas não queria ficar em casa. Foi ao baile, contou que estava vendo um serviço como pintor, que esta é a profissão de que gosta, é o que ele sabe fazer, que foi a primeira profissão que aprendeu. Relatou que, quando queria sair da casa da mãe, “ser independente”, ele começou a trabalhar como pintor, que um rapaz o ensinou. Ele trabalhava, morava com a mãe e a ajudava com o dinheiro que ganhava, mesmo sem ela precisar.

V.: “Eu tinha consciência de que ela tinha gastos comigo. Eu sempre digo pra vocês, se eu não puder trabalhar, vou ter que vender droga. Eu nunca quis morar junto com minha mãe, com alguém, queria meu canto.”

J.: “Será que você queria mesmo morar sozinho? Você sempre morou com alguém, com seus irmãos, suas namoradas, agora com o R. e a V. Será que esse lugar a que você se refere como seu canto não seria um lugar onde você determinasse as coisas, suas regras, sua lei, sem dar satisfações? Quando a gente mora com alguém, com família, a gente acaba tendo que se adequar. Sua escolha foi sair de casa, ter um lugar pra você, então, você tem que buscar, tem que construir, ou seja, arcar com as consequências de sua escolha.”

22/01/2015: V. avisou que V. não iria vir esta semana, porque estava trabalhando na panfletagem.

J.: “E você, como está?”

V.: “Eu tô bem, mas parei ontem com a panfletagem, porque briguei com o cara lá.”

J.: “Mas o que aconteceu?”

V.: “O cara lá começou falar que a gente tinha pegado os panfletos, sumido com eles e queria pagar só meia diária. Eu não sou escravo de ninguém para trabalhar o dia todo e ganhar só 25 reais.”

J.: “Me conta certo o que aconteceu.”

V.: “Ah, é assim: a gente pega 6 mil panfletos para distribuir, e eu, a V. e o R. fica tudo na mesma esquina, só que em pontos diferentes. O cara fica rondando, vigiando, pra ver se a gente tá distribuindo. Aí, quando eu fui receber minha diária, ele falou que havia sumido panfletos e deu a entender que era eu e queria me pagar só 25 reais. Eu falei que queria o meu dinheiro. Ele disse que queria saber quem era, que, se não aparecesse o responsável, ele não ia deixar nenhum dos três mais trabalhar. Aí hoje eu falei pra V. mandar uma mensagem, falando que foi eu mesmo, pra eles dois poderem trabalhar.”

J.: “Mas, V., você assumiu a culpa, a responsabilidade?”

V.: “Ué, é melhor dois trabalhando do que nenhum. Eu arrumo serviço rápido, já estou vendo um em uma metalúrgica lá em P. mesmo, a vizinha me disse que a empresa tá precisando e é registrado. Viu, eu quero um encaminhamento para fazer os meus documentos.”

J.: “Sim, vou fazer. Mas V., você sabe que trabalhar para os outros exige algumas coisas das quais você não gosta muito, né! Que precisa ter paciência, uma certa tolerância para poder resolver as coisas conversando.”

V. ficava me olhando sério, enquanto eu falava.

J.: “Porque senão você não vai parar em nenhum lugar e olha o quanto é difícil você viver de bicos, ‘no corre’, como você mesmo diz. Se você fez a escolha de sair de casa, você tem que dar conta de outras coisas para você poder organizar a sua vida sozinho, como você quer.”

V.: “É, mas você sabe que eu não gosto deste negócio de lei.”

J.: “Eu sei, sim, mas a gente precisa entender que às vezes precisamos passar por cima de algumas coisas para poder conseguir outras. Por exemplo, você precisa parar em um trabalho, aprender a se relacionar com mais paciência, para poder organizar a sua vida sozinho, como você quer.”

V.: “Tá.”

J.: “E como você passou essa semana?”

V.: “Tranquilo, roubaram o nosso bujão de gás, mas eu já sei quem é, e o dele tá guardado.”

J.: “O que é que está guardado?”

V.: “Ah, ele vai ver o pessoal do Requião baixar lá!”

J.: “O que você está pensando em fazer?”

V.: Nada não [sorrindo].

J.: “V., vamos conversar, ao invés de você ficar pensando em resolver as coisas por outras vias que só te complicam!”

V.: “Ah, é assim que funciona. O cara é um ‘nóia’, e ele roubou o ‘bujão’ pra usar *crack*, ele é rato. E ele veio falar comigo e eu falei pra ele nem chegar perto, que o era dele tava guardado. Aí o irmão dele já ficou me olhando com maldade.”

J.: “Como assim rato?”

V.: “Rato, ué, ele rouba dos irmãos, de quem não tem, de quem precisa, de quem rala pra conseguir.”

J.: “Hummm, me explica como funciona isso.”

V.: “É o seguinte, por exemplo, você pode roubar de quem tem, de quem não tem, não. E quem rouba de quem não tem é rato, geralmente é ‘nóia’, que rouba pra consumir. A gente não, a gente rouba porque não tem, por isso a gente pega de quem tem, de quem tem muito.”

J.: “Hummm, e quando você roubava, como era?”

V.: “Eu roubava com touca pra não reconhecer, porque, se a pessoa testemunha, a gente vai preso, aí é nossa liberdade. Se a pessoa obedecer, tipo, nós entra, pede pra ficar quieto, olhando pra baixo, tranca no quarto, não vai acontecer nada, a gente só rouba. Senão, tem que matar, né!”

J.: “E se mata, como fica?”

V.: “Ah, tem uns que pira, outros fica normal, tem de tudo quanto é jeito.”

J.: “E você, tem coragem?”

V.: “Ah, se for pra eu ir preso, porque o que vale é a liberdade, eu faço.”

J.: “Nossa, você tem coragem?”

V.: “Não é coragem, é assim que funciona, vocês não entendem.”

J.: “V., e quando tudo isso começou, onde você aprendeu?”

V.: “Ué, na rua, desde os meus 6 anos eu faço isso.”

J.: “6 anos??? Pra mim, essa é nova... eu achava que era desde os 13, do início de sua adolescência.”

V.: [sorrindo] “Vixi, desde os meus 6 anos eu ficava na rua. A minha mãe trabalhava e estudava, chegava em casa e eu estava dormindo. Eu nem via ela. Passava o tempo todo na rua e fui aprendendo, já conhecia os canal. A pessoa nasce com isso, é a mesma coisa de você ter um filho e ensinar as coisas para ele. É igual uma mãe que ensina certo e errado.”

J.: “Você está dizendo que, se sua mãe convivesse com você e te ensinasse o que era certo e o errado, você não teria entrado nessa?”

V.: “Sei lá, pode ser. É a lei, a pessoa nasce assim. Eu com 6 anos já fumava maconha, roubava grana em bar.”

J.: “E quando você tiver um filho, como vai ser?”

V.: “Eu vou ensinar o certo. Meu filho não vai precisar disso. Eu não tenho vergonha de falar disso.”

J.: “É hoje você falou de coisas sobre as quais eu não sabia. E que são importantes V. pra gente se entender. Você foi criado nisso. Esta é a sua lei.”

V. sorriu.

28/01/2015: V. havia vindo no dia 26/01, acompanhando sua amiga. Disse para mim que viria para o atendimento no dia seguinte, pois estava indo para a casa da mãe, porque ela iria com ele fazer seus documentos. No dia seguinte, 27/01, choveu muito e V. não compareceu, mas veio no dia seguinte, 28/01, do qual segue o relato.

V. estava com a mesma camisa da semana anterior, porém limpa. Disse que estava vindo da casa da tia, estava bravo e eu perguntei o porquê.

V.: “Ah, a gente saiu pra resolver a questão dos documentos, chegamos lá na casa da minha tia e ela quis fazer almoço, acabou demorando e eu dei uma cochilada. Que saco! Era pra fazer tudo rápido.”

J.: “Mas sua tia quis fazer algo para você, você nunca vai lá.”

V.: “Eu não gosto que as pessoas façam as coisas por mim. Eu já saí da casa da minha mãe para fazer as coisas sozinho, não gosto. Gosto de fazer para os outros, pra mim, deixa que eu mesmo faço!”

J.: “Nossa, como você não consegue aceitar coisas boas dos outros!”

V.: “Eu não gosto mesmo!”

J.: “Sabe que eu até andei pensando que tudo o que você faz pela V. e pelo R. seriam coisas que você gostaria que fizessem por você?”

V.: “Ah não, hein, eu não gosto.”

J.: “É, acho mesmo que você faz por eles, porque tem dó. Por você ter sua mãe por perto, você acredita que tem mais do que eles e sente pena. Acho que até se sente mal por ter sua mãe, sua família e eles não.”

V.: “Ah, sei lá. Nem sei se tenho tanta dó assim. A V. já está ‘dando pra trás’, você pensa que ela é certa, ela não tem responsabilidade [falou bravo].”

J.: “Mas o que está acontecendo?”

V.: “Hum, tô querendo meu canto. Eu já paguei todas as nossas contas, sempre falta a parte deles, o R. até consegue pagar, mas dou um desconto, porque ele é muleque, criança. Agora deu de ficar o dia todo empinando pipa, não sei por que eu inventei de comprar as coisas pra fazer a pipa. Ele passa o dia todo brincando com os meninos no campão, até esquece de trabalhar. Agora a V. não tem responsabilidade, se ela tem uma conta de 120,00 pra pagar, ela dá 80,00 e fala que depois paga o resto.”

J.: “Por que você acha que ela faz isso?”

V.: “Porque não tem responsabilidade.”

J.: “É, acho que ela já sabe que você acaba dando seu jeitinho e pagando, e também sabe que você releva muitas coisas que ela faz.”

V.: “É, mas tô querendo meu canto. Sei lá, vou tentar este trabalho e acho que só vou ficar mais este ano por aqui. Quero ir para um outro lugar.”

J.: “E como está a questão dos policiais?”

V.: “Tá de boa agora, quero ver eles baterem, o terminal tá cheio de câmeras.”

J.: “Por que eles te perseguiram tanto?”

V.: “Porque eles nunca conseguiram me pegar com nada. Eu vendia na frente deles e, quando eles chegavam, eu engolia tudo. Quando eles me pegaram, essa LA aqui que eu estou cumprindo, é porque eu “tava” com um piá, as coisas não eram minhas. Essa é a 2ª LA que eu faço. A primeira foi em Floresta.”

J.: “Por qual motivo?”

V.: “Porque a gente roubou lá no Ceasa. 1500,00 cada um. A gente tava em 3.”

J.: “Nossa, e até há pouco tempo você ainda fazia diárias lá. E esse negócio de engolir aí?”

V.: “Ah, eu só engolia as trouxinhas que eu fazia, amarrava bem, com as sacolas, porque eu sabia que se as “polícia” me “pegasse”, eu ia ter que engolir.”

J.: “E você não ficava com medo?”

V.: “Nossa, ia pra casa rezando. Chegava, tomava água e ficava esperando sair. Passava a noite toda preocupado. Quando passava, aí já tava pronto pra outra.

J.: “Que tenso, hein, quanto se arriscar! Quanto você acha que já engoliu?”

V.: “Ah...”

J.: “Fala em trouxinha, porque em gramas eu não tenho noção.”

V.: “Era de *crack*, né, porque *crack* dá dinheiro. Umas 120 ‘troxinha’.”

J.: “Minha nossa, hein. Ainda bem que você tá se direcionando para um outro caminho, menos arriscado, né!”

V.: “Já tirei todos os documentos, só falta aquela bosta de título. Vou tentar aquele serviço mesmo. Lá na metalúrgica, é 1200, 00 por mês.”

J.: “Isso, faz isso mesmo. Você não vai mais precisar se arriscar, ficar tenso, procurando jeitos de arrumar grana.”

V.: “Hoje fui com minha mãe lá no centro, comprei meus materiais.”

J.: “Quais materiais? Escolar??!!”

V.: “Não....claro, ué. Vou tentar estudar lá em P. mesmo, se der, né, porque a ‘muié’ que trabalha lá sai 5 da manhã e volta pra casa 19 da noite.”

J.: “É cansativo, né, mas acho que vale a pena. Vale a pena se arriscar por coisas que não prejudicam, que fazem bem pra gente!”

V. ficou quieto. Enquanto eu pegava os vales-transportes para ele, encontrou um conhecido na recepção. Eles começaram a falar do significado das tatuagens. Disseram que o coringa, que é um palhaço, era matador de polícias. V. disse que havia comprado seus cadernos com palhaços desenhados na capa e disse:

V.: “O Coringa é massa, é isso. É este que eu quero que seja o meu codinome na pesquisa. Pedi para que ele ficasse quieto e relembrei-o do sigilo.”

05/02/2015: V. havia vindo com V. no início da semana, mas não para ser atendido, apenas acompanhando a mesma. Quis os vales-transportes para ir embora e eu não dei, justifiquei que ele não havia sido atendido e, por isso, ele não tinha direito aos vales. V. achou ruim, disse que não viria mais para o atendimento esta semana, que não tinha dinheiro.

Fui buscá-lo na recepção e logo disse:

J.: “Ué, você veio? Saiu daqui bravo na segunda-feira.”

V.: [sorrindo] “Ah, eu vim, porque vou começar a trabalhar.”

J.: “Você vai começar na metalúrgica?”

V.: [sorrindo] “Eu nem fui atrás mais daquilo. Vou chapiscar um muro de um barracão.”

J.: “E os estudos? Você vai voltar mesmo?”

V.: “Ah, minha mãe não foi buscar meu documento ainda. Ela até esqueceu de pagar o boleto da identidade.”

J.: “E você falou com ela?”

V.: “Falei com ela antes de ontem. Eu nem vou lá.”

Começou a falar que estava esperto com o padrasto, que o mesmo fuma pedra, que ele já falou com a mãe, que algumas coisas já começaram a sumir de casa, e a mãe pede pra ele ficar quieto, não ir atrás para não dar briga.

V.: “Ele é trabalhador, mas sei que ele é metido ‘numas parada’ aí. Eu falo pra minha mãe, ela sempre disse que nunca gostou disso, sempre pediu para eu parar de fumar, que quando ela namorava meu pai, até parar de fumar, ele parou, porque ela gostava. Eu já falei com ele que meus irmãos são bobinhos e ele engana, mas eu não.”

J.: “Você não confia nele, né?”

V.: “‘Rapá’, se ele fizer alguma coisa e envolver a minha mãe, ele tá ferrado.”

J.: “É, V., você não está feliz com a escolha da sua mãe. Você não pode fazer muita coisa diante disso, mas pode fazer por você, fazer escolhas diferentes para sua vida.”

Me explicou como ele chapiscava, disse que iria cobrar 5 reais por metro, que daria para tirar mais ou menos uns 3 mil reais.

J.: “Olha, você vai tirar bem. Você consegue se virar com as coisas que você sabe fazer, pintar, chapiscar. Se isso fosse frequente, você conseguiria organizar sua vida.”

V.: “É mesmo.”

J.: “O que pensa em fazer com a grana?”

V.: “Ah, gastar, eu sou assim, o que eu tiver vontade de comprar eu compro.”

J.: “Com o que você gosta de gastar?”

V.: “Assim, gosto mais de roupa. Mas não sei se o cara vai querer descontar no aluguel. Já pensou, nossa! Vou ficar um tempão sem precisar pagar.”

J.: “E você não está precisando de mais nada na sua casa, pra você ficar melhor acomodado?”

V.: “Não, eu comprei uma box por 30 reais.”

J.: “Mas como? Tão barata assim? É roubada, né?”

V.: “Que, rapaz, é negócio, quem pechincha consegue comprar as coisas baratas. A casa lá tem tudo.”

J.: “Como é sua casa?”

V.: “Ela é pequena, de material. Dorme no quarto eu, a V., que tem a cama dela, e o R. que tem um colchão no chão. A gente fala pra ele sair do chão, mas o bicho nem se incomoda. Mas eu já tive casa boa, só morava em casa grande, boa. Você acha que se eu estivesse envolvido eu estaria morando do jeito que eu tô hoje?”

J.: “V., e o que fez você renunciar tudo isso?”

V.: “Ah ‘fi’, minha liberdade não tem preço, né, vou fazer 18 anos.”

J.: “Isso mesmo, e você tem todas as condições de se organizar sem traficar. Você é trabalhador, esperto, sabe fazer um monte de coisas. Você pode ter muita liberdade com essas coisas, já que isso é tão importante pra você.”